



**UFSM**

**Dissertação de Mestrado**

**Comunicação de risco e cobertura de desastres: o campo  
jornalístico e as fontes especializadas**

**Ananda Delevati**

**PPGCOM**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2012**

**COMUNICAÇÃO DE RISCO E COBERTURA DE DESASTRES: O  
CAMPO JORNALÍSTICO E AS FONTES ESPECIALIZADAS**

**Ananda Delevati**

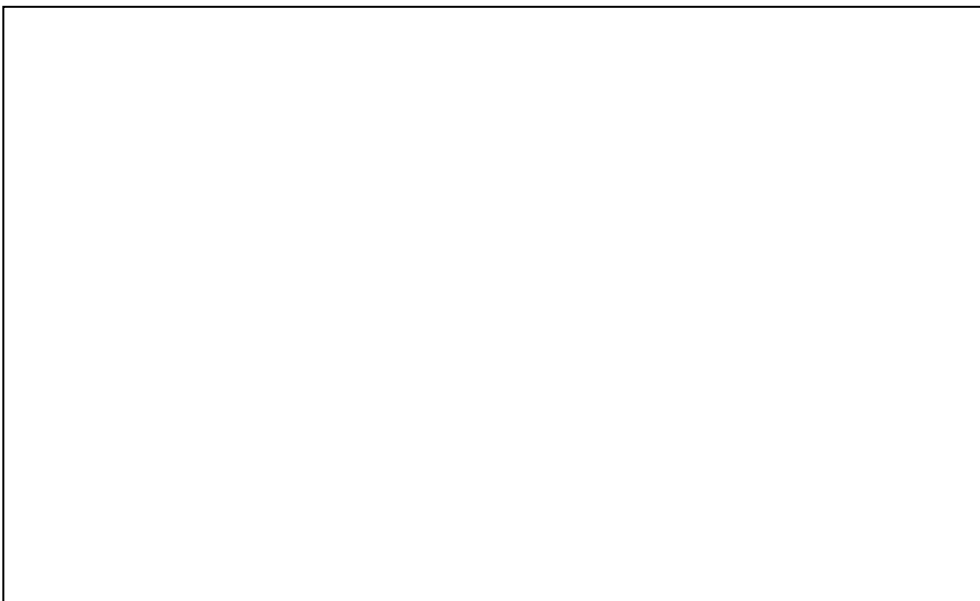
Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação  
em Comunicação Midiática, linha de pesquisa mídia e identidades  
contemporâneas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS).

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Márcia Franz Amaral**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2012**

**Ficha Catalográfica:**



Ficha catalográfica elaborada por

Nome do(a) bibliotecário(a) e número do CRB.

Biblioteca Central da UFSM (acrescentar quando for bibliotecário da instituição)

---

© 2012

Todos os direitos autorais reservados a Fulano de Tal. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

Endereço: Rua Doze, n. 2010, Bairro da Luz, Santa Maria, RS. CEP: 97110-680

Fone (0xx)55 32225678; Fax (0xx) 32251144; E-mail: ufesme@ct.ufsm.br

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Departamento de Ciências da Comunicação  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Dissertação de Mestrado**

**COMUNICAÇÃO DE RISCO E COBERTURA DE DESASTRES:  
O CAMPO JORNALÍSTICO E AS FONTES ESPECIALIZADAS**

elaborada por  
**Ananda Delevati**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Comunicação**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Márcia Franz Amaral, Dr<sup>a</sup>.**  
Presidente/Orientadora

**Anelise Silveira Rublescki, Dr<sup>a</sup>.**

**Rejane Oliveira Pozobon, Dr<sup>a</sup>.**

Santa Maria, 17 de novembro de 2012.

*“O futuro da Terra como um planeta pequeno e limitado, da humanidade que não pára de aumentar, dos ecossistemas fatigados pelo excessivo estresse do processo industrialista, das pessoas humanas, confusas, perdidas, espiritualmente embotadas mas ansiosas por formas de vida mais simples, transparente, autênticas e cheias de sentido, esse futuro depende da nossa capacidade de desenvolvermos ou não um espiritualidade ecológica. Não basta sermos apenas racionais ou religiosos. Mais que tudo temos que ser sensíveis uns aos outros, cooperativos em todas as nossas atividades, respeitadores dos demais seres da natureza, numa palavra, devemos ser espirituais. Só então irradiaremos como seres responsáveis e benevolente com todas as formas de vida, amantes de nossa Mãe Terra e veneradores da única Fonte donde promana todo ser e toda bem-aventurança”.*

*Leonardo boff*

*“Os jornais em suma, não têm saída: são veículos de ideologias práticas, mesquinhas. Mas têm saída: há neles indícios da realidade e rudimentos de filosofia prática, crítica militante, grandeza submetida, porém insubmissa”.*

*Nilson Lage*

*“Ao produzir-se livremente nos limites da objetividade, ele produz a própria objetividade do mundo. Ou seja, o homem não só escolhe o seu destino ao atuar objetivamente sobre o mundo, mas também transforma o mundo à medida que escolhe seu destino, pois ele mesmo – corpo e espírito é parcela desse mundo”.*

*Adelmo Genro Filho*

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à Universidade Federal de Santa Maria por me possibilitar avançar nos meus estudos com qualidade por meio de um Programa de Pós-Graduação com excelentes professores. Também à Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior, pela bolsa, que viabilizou a dedicação integral à pesquisa.

Dentro da academia, gostaria de agradecer à professora Dr<sup>a</sup>. Viviane Borelli, minha orientadora de iniciação científica, que me apresentou um mundo cheio de questionamentos e reflexões. Ao meu orientador de trabalho final de graduação, Dr. Antônio Fausto Neto, que me permitiu iniciar os estudos em uma área que me interessa profissionalmente e pessoalmente, o meio ambiente. Além disso, possibilitou-me chegar a inúmeras reflexões, mas ainda mais questionamentos, para que pudesse continuar pesquisando. Também gostaria de agradecer à minha orientadora Márcia Franz Amaral, que me acolheu no programa de Pós-Graduação da UFSM, que me apresentou um tema novo e relevante para a pesquisa em comunicação e sempre esteve disposta a me ajudar a avançar na construção do conhecimento e das reflexões sobre a atividade jornalística.

Também gostaria de agradecer à escola na qual concluí meus estudos, a Escola de Educação Básica Educar-se: uma escola de ideias. Muito além de apenas nos dois conceitos que tinha ao invés de notas para avaliar os alunos, justamente para não diferenciá-los, ensinou-me de diferentes formas que a função de uma escola não é ensinar conteúdos para o vestibular, mas ensinar a pensar. Além disso, proporcionou-me momentos de questionamentos, reflexões e diversidade. Essa escola é essencial no que eu sou hoje e na maneira com que conduzi meus estudos até aqui.

Agradeço também a todos os colegas do Mestrado, com os quais eu dividi as aulas, as aprendizagens, as discussões, as reflexões e também as inúmeras dúvidas e questionamentos desse período. Em especial, Fernanda Sagrilo, um presente que o Mestrado me trouxe e com a qual dividi inúmeras dúvidas.

Gostaria de agradecer aos meus pais, Miriam e Dionei Delevati, pelo amor incondicional e por me possibilitarem, e principalmente por me incentivarem, a ir sempre além. Por todos os incentivos diretos e indiretos (como o Tao da Física ou o livro sobre macrobiótica zen na estante) que me fizeram estar aqui hoje. Obrigada por serem essas pessoas maravilhosas que me ensinam pelo exemplo e permitam que eu seja livre para fazer minhas escolhas.

Também a todos os meus amigos que entenderam minhas ausências durante alguns momentos e que em outros me proporcionaram momentos de lazer, carinho e diversão, tornando o percurso mais fácil e prazeroso.

Também não poderia deixar de agradecer a Taozinha, minha companheira de leituras e escritos, que tantas vezes chorou ao meu lado para ganhar um colo e depois ficava por horas nele enquanto eu escrevia.

Por último, ao Tao de verdade, por todas as oportunidades, experiências e aprendizagens e, o mais importante, pela busca da consciência em todos os momentos.

## RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática  
Universidade Federal de Santa Maria

### **COMUNICAÇÃO DE RISCO E COBERTURA DE DESASTRES: O CAMPO JORNALÍSTICO E AS FONTES ESPECIALIZADAS**

AUTOR: ANANDA DELEVATI

ORIENTADORA: MÁRCIA FRANZ AMARAL

Data e local da Defesa: Santa Maria, 17 de novembro de 2012.

A partir dos pressupostos da Comunicação de risco, o trabalho investiga as relações entre fontes e jornalistas na cobertura de desastres, para avaliar o papel do jornalista e apontar alguns elementos que possam contribuir com uma cobertura de qualidade. Metodologicamente, o trabalho baseia-se em revisão bibliográfica e em entrevistas individuais e semiabertas. A partir da análise de seis meses de edições Zero Hora, mapeamos e entrevistamos as fontes especializadas utilizadas pelo jornal nas matérias relativas a desastres que envolvem o clima. Também entrevistamos os jornalistas autores de matérias sobre desastres, para saber como eles lidam com o desafio de cobrir o tema e como se relacionam com os especialistas. Por meio das entrevistas, o trabalho apresenta as compatibilidades e os antagonismos presentes na relação entre o campo jornalístico e os campos das fontes especializadas. A dissertação divide-se em três capítulos. No primeiro capítulo, “A sociedade e a comunicação no contexto dos riscos”, aborda-se o conceito de Sociedade de risco e de Comunicação de risco. O segundo capítulo, intitulado “Campos sociais e fontes jornalísticas na cobertura de desastres”, discute o conceito de campo, as especificidades e as relações entre os campos, além do conceito de fonte. Já o último capítulo, “A visão dos especialistas sobre a cobertura jornalística de desastres”, analisa as entrevistas com as fontes especialistas e com os jornalistas e propõe algumas ações para nortear o trabalho jornalístico. A análise das entrevistas está dividida em duas partes. A primeira diz respeito à lógica e ao funcionamento do campo jornalístico e abrange valores-notícias, apuração e relação entre fontes e especialistas. A segunda parte busca estabelecer elementos para um protocolo de ação e está dividida em três partes: “Antes do desastre: a necessidade da prevenção”, “Momento de crise: os cuidados e limites para os jornalistas em um desastre” e “Após o desastre: a fiscalização jornalística”. Com o trabalho conclui que, assim como outros campos, o jornalismo precisa de protocolos para lidar com situações de riscos. Além disso, ainda há muito para se avançar no diálogo entre o campo jornalístico e as fontes especializadas, uma relação que apresenta incompatibilidades, principalmente tendo em vista que os campos seguem lógicas diferentes. Entendemos que o jornalista não pode ser apenas um testemunho dos fatos, mas tem que realizar um trabalho intelectual para analisá-lo e compreender a sua função e seu papel dentro da rede de desastres, tendo em vista o papel social do jornalismo. A dissertação insere-se na linha de pesquisa Mídia e identidade porque compreende o jornalismo no interior do paradigma sociocêntrico e leva em consideração as ações da sociedade junto ao jornalismo, destacando o papel ativo dos jornalistas na produção da informação.

**Palavras-chave:** Comunicação de risco. Cobertura de desastres naturais. Relação entre fontes e jornalistas. Fontes *experts*.

## **ABSTRACT**

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática  
Universidade Federal de Santa Maria

### **RISK COMMUNICATION AND COVERING DISASTERS: THE JOURNALISTIC FIELD AND SPECIALIZED SOURCES**

**AUTHOR: ANANDA DELEVATI**

**ADVISER: MÁRCIA FRANZ AMARAL**

Based on Risk Communication assumptions, this paper investigates the relationship between sources and journalists in covering disasters, to evaluate what is the role of the journalist and point out some elements that might contribute to a quality coverage. Methodologically, this paper is based on literature review and individual and semi-open interviews. From the analysis of six months of Zero Hora editions, we mapped and interviewed the expert sources used by the newspaper in articles related to disasters involving climate. We also interviewed the journalists authors of disaster related articles, to know how they deal with the challenge of covering climate and how they relate to the experts. Through interviews, this paper presents the capabilities and antagonisms present in the relationship between journalistic and expert sources fields. This dissertation is divided into three chapters. The first chapter, “Society and Risk Communication”, addresses the concepts of Risk Society and Risk Communication. The second chapter, entitled “social fields and journalistic sources in news coverage of disasters”, discusses the concept of field, the specifics and relations between fields, and also the concept of source. The last chapter, “The vision of experts on the news coverage of disasters”, analyzes interviews with the expert sources and journalists and proposes some actions to guide the journalistic work. The analysis of the interviews is divided into two parts. The first concerns the logic and operation of the journalistic field and covers: news values, determination and relationship between sources and experts. The second part seeks to establish elements for a protocol of action and is divided into three parts: “Before: the necessity of prevention”, “Moment of crisis: precautions and limits to journalists in a disaster” and “After the disaster: the journalistic oversight”. The paper concludes that, like other fields, journalism needs protocols for dealing with risk situations. Moreover, there is still much to advance in the dialog between journalistic field and expert sources, a relationship that has incompatibilities, especially considering that the two fields follow a different logic. We understand that the journalist can not be just a witness of facts, but must have an intellectual work to analyze it and understand its role within the network of disasters, in view of the social role of journalism. This dissertation is part of the Media and Identity line of research, because it comprises journalism within the sociocentric paradigm and takes into account the actions of society along with journalism, highlighting the active paper of journalists in the production of information.

**Key-words:** Risk Communication. Coverage of natural disasters. The relationship between sources and journalists. Sources experts.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>1.1 Justificativa</b> .....	9
<b>1.2 Problema de Pesquisa</b> .....	14
<b>1.3 Objetivos</b> .....	16
1.3.1 Objetivo Geral .....	16
1.3.2 Objetivos Específicos .....	17
<b>1.4 Estado da Arte</b> .....	17
<b>1.5 Concepções teórico-metodológicas</b> .....	22
<b>2 A SOCIEDADE E A COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO DOS RISCOS</b> .....	28
<b>2.1 A Sociedade de risco</b> .....	29
<b>2.2 As representações sociais do risco</b> .....	34
<b>2.3 Comunicação de risco: a importância da mídia dentro da sociedade de risco</b> .....	37
<b>2.4 Dificuldades na Comunicação de risco</b> .....	42
<b>2.5 O jornalismo público como alternativa para a Comunicação de risco</b> .....	44
2.5.1 Jornalismo Público no Brasil.....	46
<b>2.6 Comunicação de risco e catástrofes naturais</b> .....	46
<b>3 CAMPOS SOCIAIS E FONTES JORNALÍSTICAS NA COBERTURA DE DESASTRES</b> .....	50
<b>3.1 Autonomia, legitimidade e disputa nos campos</b> .....	51
<b>3.2 O campo jornalístico</b> .....	55
3.2.1 As fontes jornalísticas.....	58
3.2.2 As fontes especialistas e as suas relações com a mídia .....	64
3.2.3 Ciência e jornalismo .....	69
<b>4 A VISÃO DOS ESPECIALISTAS SOBRE A COBERTURA JORNALÍSTICA DE DESASTRES</b> .....	72
<b>4.1 O jornal Zero Hora</b> .....	74
<b>4.2 Matérias sobre desastres no jornal Zero Hora</b> .....	75
<b>4.3 A entrevista</b> .....	79
<b>4.4 Quem são os entrevistados</b> .....	80
4.4.1 Representante do INPE: Tânia Sausen .....	80
4.4.2 Representante da Defesa Civil: Tenente Coronel Adilomar Jacson Silva.....	81
4.4.3 Representante dos Bombeiros: Major Romeu Cruz Neto .....	81
4.4.4 Representante da Central de Meteorologia do Grupo RBS: Cléo Kuhn .....	82
4.4.5 Representante da Cruz Vermelha: Débora Andressa da Silva .....	82
4.4.6 Jornalista da Zero Hora: Humberto Trezzi .....	82
4.4.7 Jornalista do Zero Hora: Carlos Etchichury .....	83
4.4.8 Jornalista do Zero Hora: Diego Araújo .....	83
<b>4.5 Análise das entrevistas</b> .....	83
4.5.1 Lógica/funcionamento do campo jornalístico .....	84
4.5.1.1 Valores-notícias .....	84
4.5.1.2 Apuração: erros e equívocos.....	91
4.5.1.3 Relação entre jornalistas e especialistas: a necessidade de um trabalho conjunto .....	96

<b>4.6 Em busca de um protocolo de ação</b> .....	106
4.6.1 Antes do desastre: a necessidade da prevenção.....	107
4.6.2 Momento de crise: os cuidados e limites para os jornalistas em um desastre .....	111
4.6.3 Após o desastre: a fiscalização jornalística .....	119
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	123
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	128
<b>APÊNDICES</b>	
Apêndice A – Roteiro Básico da Entrevista com as Fontes Especialistas.....	134
Apêndice B – Questionário para os Jornalistas .....	136

# 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa parte dos pressupostos da Comunicação de risco para investigar o papel do jornalismo na cobertura de catástrofes que envolvem a natureza e, mais especificamente, analisar como as fontes jornalísticas especializadas vêem o trabalho jornalístico na cobertura de desastres. A Comunicação de risco surgiu como um conjunto de preocupações ligadas à prevenção de acidentes e ao socorro de vítimas. Nessa perspectiva, o jornalismo, assim como outros campos, precisa cumprir algumas funções sociais. O trabalho busca, com a contribuição das fontes especializadas e a compreensão de como acontece a sua relação com os jornalistas, ou seja, as compatibilidades e os antagonismos entre os diferentes campos sociais, sistematizar alguns elementos que possam embasar uma cobertura de qualidade e apontar algumas ações para nortear o trabalho jornalístico.

A dissertação insere-se na linha de pesquisa Mídia e identidade porque compreende, a partir de Motta (2004), o jornalismo no interior do paradigma sociocêntrico. Leva em consideração as ações da sociedade junto ao jornalismo e destaca o papel ativo dos jornalistas na produção da informação. Embora o trabalho considere todas as pressões econômicas que cercam a atividade jornalística, o foco se desloca da mídia para o social, no sentido de que tensionamos a postura jornalística por intermédio das exigências sociais implicadas na cobertura das catástrofes, bem como por intermédio do que as fontes pensam que o jornalismo deve ser nesses momentos. Ao dar importância ao que a sociedade civil imagina que a cobertura deve ser, consideramos o jornalismo como um espaço de disputa permeável às exigências sociais. Assim, partimos da premissa da potência do jornalismo, mas compreendemos que à atividade jornalística cabe também ceder e negociar, especialmente em casos específicos como na cobertura de desastres.

## 1.1 Justificativa

O interesse pessoal por assuntos relacionados ao tema ambiental existe desde o trabalho final de graduação, em que analisei como dois jornais do interior do Rio Grande do Sul, o jornal Diário de Santa Maria, de Santa Maria-RS, e o jornal Gazeta do Sul, de Santa

Cruz do Sul-RS, retratavam o meio ambiente em suas páginas. Concluiu-se que as coberturas, do ponto de vista ambiental não eram satisfatórias e deveriam ser mais comprometidas com as necessidades da população, que com aspectos econômicos e comerciais. Analisamos também, que os jornais, ao serem pautados por determinados critérios de noticiabilidade, simplificam e reduzem a complexidade da vida social.

Ao aprofundar o tema no Mestrado, encontramos o aporte de uma área conhecida como Comunicação de risco. Ainda incipiente no Brasil, a Comunicação de risco surgiu como um conjunto de preocupações legitimadas por agentes sociais ligados à prevenção de acidentes e ao socorro de vítimas. Assim, definimos, na Dissertação de Mestrado, escolher esse aporte como norteador de uma reflexão sobre como deve ser a cobertura de desastres, considerando o jornalismo como uma atividade que se revela de extrema utilidade pública em momentos de crise. Compreendemos que o campo jornalístico é atravessado por múltiplos interesses, entre eles o econômico, mas detivemo-nos, nesse trabalho, à preocupação de construir um espaço possível de atuação jornalística que possa ser efetivado em casos extremos, em que preocupações recorrentes das empresas jornalísticas, como a concorrência e o furo, precisam ser tensionados. Assim justificamos sua necessidade, tanto do ponto de vista da academia, quanto do ponto de vista da profissão.

O tema também é bastante relevante socialmente. Segundo informações do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais<sup>1</sup> (INPE), ocorreram 150 desastres de 1900 a 2006 no Brasil. Destes, 84% aconteceram a partir da década de 1970, o que demonstra um aumento de incidência nas últimas décadas. Nesse período, o total de vítimas fatais foi de 8.183 e o prejuízo estimado em aproximadamente 10 bilhões de dólares.

Os tipos de desastres mais frequentes foram as inundações. No Brasil, 80% dos desastres estão associados às instabilidades atmosféricas severas, responsáveis pelo desencadeamento de inundações, vendavais, tornados, granizos e escorregamentos. Mais de 60% dos casos ocorreram nas regiões Sudeste e Sul.

Outro dado impactante é que 70% dos desastres aconteceram em países em desenvolvimento, conforme EM-DAT<sup>2</sup>, o que reflete o alto número populacional em áreas de risco, bem como a falta de planejamento urbano e de investimentos. Esses fatores também

---

<sup>1</sup> O INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) tem como missão produzir ciência e tecnologia nas áreas espacial e do ambiente terrestre e oferecer produtos e serviços singulares em benefício do Brasil. Busca ser referência nacional e internacional nas áreas espacial e do ambiente terrestre pela geração de conhecimento e pelo atendimento e antecipação das demandas de desenvolvimento e de qualidade de vida da sociedade brasileira. Fonte: <<http://www.inpe.br>>.

<sup>2</sup> EM-DAT é um produto do CRED (*Center for Research on the Epidemiology of disasters*). Trata-se de um banco de dados de desastres internacional. Ele fornece uma base objetiva para a avaliação da vulnerabilidade e tomada de decisão em situações de desastre. Fonte: <<http://www.emdat.be>>.

refletem no número de vítimas fatais, já que tornam as populações mais vulneráveis aos desastres. Mais de 95% do total de mortes por desastres aconteceram em países considerados mais pobres.

Segundo o INPE, a maioria dos desastres naturais que ocorreram no Brasil não poderia ser evitado, mas ações preventivas podem minimizar ou reduzir os impactos dos mesmos. Por outro lado, certas práticas agravam a situação, entre elas os desmatamentos, as queimadas, o assoreamento de rios, o acúmulo de lixo, a ocupação urbana desordenada, as edificações mal construídas e a ausência de planos diretores nos municípios. Todas essas práticas são assuntos passíveis de serem pautados pelos veículos de informação e dizem respeito à prevenção de catástrofes.

Dos 5,5 mil municípios brasileiros, mais de 3,3 mil viveram situações de catástrofes de 2005 a 2010 (STEIMBERGER-ELIAS, 2010) e boa parte delas envolve o clima. Conforme Andi (2011), a América Latina e o Caribe estão entre as principais regiões com elevada vulnerabilidade aos efeitos das alterações do clima, o que torna a implementação de medidas efetivas urgente. Tanto o relatório da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) quanto o do Banco Mundial são categóricos ao destacar a necessidade de que o continente estabeleça políticas de enfrentamento do fenômeno.

O ano de 2011 foi emblemático no Brasil, com 860 mortos, mais de 200 desaparecidos e milhares de desabrigados e desalojados nos deslizamentos ocorridos principalmente nas cidades de Teresópolis e Nova Friburgo (Rio de Janeiro). Este considerado o maior desastre natural do país. Em agosto de 2012, a presidenta Dilma Rousseff lançou o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Desastres Naturais<sup>3</sup>. O Plano destinará 18 bilhões para obras de infraestrutura contra inundações e deslizamentos, drenagem e contenção de encostas, compra de equipamentos e monitoramento de situações de risco. Os recursos serão investidos até 2014. O governo também está mapeando as 821 cidades que mais sofreram com desastres nos últimos tempos.

O conjunto de ações será coordenado pela gestão do PAC. Desde 2007, o governo já havia investido R\$ 27,6 bilhões em ações de prevenção de desastres. O governo também investirá em mil profissionais da Força Nacional do Sistema Único de Saúde (SUS), estoque de medicamentos, materiais de primeiros socorros e módulos de hospitais de campanha para atender a ocorrências simultâneas.

---

<sup>3</sup> Informações retiradas dos sites G1 e Extra Online, e divulgadas no programa de rádio “Café com a Presidenta”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/08/plano-contradesastres-naturais-tera-mais-de-r-18-bilhoes-afirma-dilma.html>> e <<http://extra.globo.com/noticias/rio/tragedia-regiao-serrana-2011/governo-federal-lanca-plano-contradesastres-naturais-5724750.html#ixzz2Ak1dpczv>>.

Ao mesmo tempo em que o número de desastres aumenta, é possível notar as dificuldades da mídia para abordar o assunto. Diversos campos sociais interagem quando o assunto é Comunicação de risco, mas os veículos jornalísticos ainda a desconhecem. Realizar esse trabalho é uma maneira de refletir sobre o papel e a função social do jornalismo nesse contexto e, ao mesmo tempo, conhecer as divergências entre os campos em que estão inseridos os especialistas e os jornalistas, para buscar um possível diálogo entre eles. Entendemos como fontes especialistas aquelas pessoas que dispõem de um conjunto de conhecimentos especializados e competências específicas para lidar com determinado assunto.

A Comunicação de risco é um tema pouco estudado no país conforme mostra, a seguir, o nosso Estado da Arte. Os trabalhos, nessa área, restringem-se à Comunicação de risco voltada para a contaminação por substâncias químicas ou outros tópicos ligados à saúde. Assim, precisamos ainda avançar nessa área de grande importância pública. Os estudos internacionais podem nos dar boas contribuições, para que possamos trazer outros conhecimentos para desenvolver a pesquisa nessa área também no país.

De acordo com o dicionário Aurélio, a definição de desastre tem como sinônimo catástrofe, e a definição de catástrofe tem como sinônimo situação desastrosa. Porém, podemos notar, pelas definições, que a catástrofe seria um desastre com proporções maiores, tendo em vista que o significado de catástrofe é definido como uma grande desgraça que atinge a muitas pessoas, enquanto o desastre seria uma desgraça imprevista. Como define Posner (2004), os desastres viram catástrofes no momento em que são um evento com uma probabilidade baixa de acontecer, mas que acontecem. Esses eventos se configuram como descontínuos ao fluxo de eventos que os antecedeu e produzem um grande dano na sociedade. Assim, optamos por utilizar o termo desastre para referenciar um acontecimento climático imprevisto e que afeta as pessoas de maneira negativa.

Para realizar a pesquisa sobre como as fontes especializadas acreditam que deva ser a cobertura jornalística de assuntos que envolvam os desastres e a sua prevenção, precisamos estabelecer algum critério de seleção dessas fontes. Optamos, então, por trabalhar, nesta pesquisa, com as fontes consultadas, no caso de catástrofes, pelo jornal Zero Hora. Justificamos a escolha das fontes utilizadas por Zero Hora pelo fato de a publicação ter forte relevância na região Sul e ser a líder de leituras no estado. Em agosto de 2011, o jornal bateu seu recorde de circulação, com mais de 190.761 exemplares distribuídos, conforme dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC)<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Dados retirados do site do grupo RBS. Disponível em: <<http://gruporbs.clicrbs.com.br/blog/2011/09/23/zero-hora-bate-recorde-com-circulacao-de-mais-de-190-mil-exemplares-em-agosto/>>.

O jornal Zero Hora pertence ao grupo RBS, fundado em 31 de agosto de 1957, por Maurício Sirotsky Sobrinho. De acordo com informações do próprio site, o grupo é considerado uma das maiores empresas de comunicação do sul do país e é a mais antiga afiliada da Rede Globo. Conforme dados da revista Exame de 2011, a empresa Zero Hora é a quinta maior de comunicação do Brasil, e a RBS Participações a sexta<sup>5</sup>. Em setembro de 2012, o grupo RBS recebeu o prêmio de maior empresa de comunicação do Sul do Brasil do Grupo Amanhã<sup>6</sup>. Também é líder de audiência no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, nas mídias tradicionais dos segmentos nos quais atua.

Atualmente o grupo possui dezoito emissoras de TV aberta, duas emissoras de TV locais, 24 emissoras de rádio, oito jornais, onze produtos em plataformas digitais, uma empresa de eventos, operação *mobile marketing*, operação segmento rural, operação segmento jovem, operação *e-business*, uma editora, uma gravadora, uma gráfica, uma empresa de logística, uma empresa de produção executiva e a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho. Fundado em 1964, o jornal Zero Hora, segundo informações da empresa, é o líder de leituras no Rio Grande do Sul.

Outra justificativa para basear nosso trabalho nas fontes citadas por Zero Hora é a opção por complementar outras pesquisas já realizadas pelo Grupo de Pesquisa Estudos do Jornalismo (CNPq/UFSM), do qual fazemos parte. O Grupo, que envolve professores, mestrandos e graduandos da UFSM, tem trabalhado, mais recentemente, com a cobertura do meio ambiente, especialmente das alterações climáticas e catástrofes ambientais. Uma das pesquisas realizadas, com financiamento do CNPq, intitula-se “Testemunhos na cobertura das catástrofes ambientais”<sup>7</sup> e dedica-se a refletir sobre o papel das fontes jornalísticas na cobertura de catástrofes. A Dissertação de Mestrado de Anaquéli Rubin, “Da previsão do tempo às catástrofes naturais: os valores-notícia dos acontecimentos climáticos no jornal Zero Hora”, defendida em março de 2012, na Universidade Federal de Santa Maria, analisou os valores-notícia das matérias sobre acontecimentos climáticos no jornal Zero Hora. Como conclusão, a autora observou que o homem aparece diante dos fenômenos naturais como a vítima dos eventos climáticos: a natureza é soberana e o sujeito apenas sofre os resultados das transformações bruscas no tempo. Assim, não há um debate aprofundado sobre a intervenção do homem na natureza e os valores-notícia presentes nas notícias não se relacionam com a

---

<sup>5</sup> Dados retirados do site da revista Exame. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/empresas/noticias/as-12-maiores-empresas-de-comunicacoes/>>.

<sup>6</sup> Dados retirados do blog do site da RBS. Disponível em: <<http://gruporbs.clicrbs.com.br/blog/2012/09/24/grupo-rbs-recebera-premio-de-maior-empresa-de-comunicacao-do-sul-do-brasil/>>.

<sup>7</sup> Edital MCT/CNPQ14/2010 – Universal.

problemática ambiental.

O trabalho de Rubin (2012) trouxe vários questionamentos sobre o papel das fontes especializadas que ficaram em aberto, para um próximo trabalho do grupo, tarefa que pretendemos cumprir em parte. De certa forma, o nosso trabalho apresenta uma continuidade dessa pesquisa ao partir do mesmo *corpus*, as edições do jornal Zero Hora de julho a dezembro de 2011. Com base nas conclusões da pesquisa de Rubin (2012), partimos para compreender como as fontes especializadas, consultadas nos casos de desastres, por Zero Hora, no período citado, enxergam a cobertura desses temas e como se relacionam com os jornalistas. Abordamos também como os jornalistas que fazem essas matérias lidam com elas e se relacionam com os especialistas da área.

A forma como o jornalismo escolhe suas fontes, faz a consulta a elas e as edita revela muito sobre a cobertura realizada e sobre as questões que passam a ter visibilidade. Mais do que isso, no caso específico do nosso trabalho, as fontes especializadas, sejam elas meteorologistas, bombeiros ou representantes da Defesa Civil, costumam ter uma preocupação com a prevenção e com a orientação da população já atingida; além disso, podem trazer para a prática jornalística elementos fundamentais para a qualificação da cobertura. São essas fontes que se preocupam, desde o interior dos campos onde atuam, em divulgar o seu trabalho. São, também, de alguma maneira, críticos vigilantes da atuação da mídia em geral, motivo pelo qual se torna necessário conhecer suas opiniões e compreender se do ponto de vista do especialista o jornalismo está cumprindo o seu papel.

Ressaltamos, entretanto, que não analisamos Zero Hora. Apenas utilizaremos como fontes suas matérias sobre tragédias que envolvem o clima para compor nosso *corpus* de entrevistados.

## **1.2 Problema de Pesquisa**

Quais são os parâmetros a serem usados para avaliação da cobertura de desastre? Que protocolos de ação poderiam orientar os veículos jornalísticos numa hora de crise? Buscamos nos estudos de Comunicação de risco, raros no Brasil, mais subsídios para a reflexão. De acordo com Cortinãs e Pont (2006), a mídia precisa desenvolver protocolos para situações de crise, assim como fazem outros setores da sociedade. As repetidas catástrofes no Brasil desnudaram a falta de preparo do país para prevenir ou diminuir os efeitos das alterações



climáticas.

O jornalismo é uma instância, entre outras, que precisa refletir sobre sua postura e se especializar no tema. Carvalho (2011), com base em seus estudos sobre a cobertura de mudanças climáticas, chegou à conclusão de que a falta de informação e o sentimento de impotência das pessoas em relação a esse tema podem, pelo menos parcialmente, são atribuídos à falha nos media ou outros meios de comunicação.

Pont e Rovira (2007) lembram a importância de serem respeitados códigos e recomendações de condutas estabelecidos por organismos de regulamentação em caso de coberturas que exijam comoção. Já Serra (2006) nos lembra que a mídia não deve agir só em situações de crise, mas também precisa tornar visíveis os riscos e, ao colocá-los na agenda, seria possível reduzi-los.

Perkins e Izard (2010) também afirmam que a mídia exerce um papel de liderança na sociedade atualmente e que é papel dela não apenas testemunhar e descrever, mas ter um trabalho intelectual. Entre as recomendações de Coma (2005), para uma cobertura de risco, está a construção de protocolos, como os feitos em outras áreas.

Entretanto, a Comunicação de risco e a comunicação jornalística são de ordens e de campos diferentes. É difícil conciliar a lógica da primeira, de educação e prevenção, com a lógica dos meios jornalísticos (SERRA, 2011), preocupados em noticiar acontecimentos singulares e eventos descontínuos de forma a ter alto impacto entre seu público. A Comunicação de risco diz respeito aos protocolos de atuação dos agentes sociais antes e durante uma tragédia, um processo interativo de intercâmbio de informação e de opiniões entre indivíduos, grupos e instituições que implica mensagens múltiplas sobre a natureza do risco. O conceito teve destaque a partir do acidente na usina nuclear de Chernobyl, em 1986, devido à dificuldade dos cientistas em transmitir ao público leigo informações técnicas a respeito dos riscos. Entretanto, partimos do pressuposto que, no caso de matérias que envolvem desastres, o campo jornalístico precisa pensar num protocolo de ação, em rede com o Poder Público e os especialistas na área.

Para Coma (2005), a Comunicação de risco inclui quatro perspectivas: análise dos efeitos, análise dos conteúdos, análise da persuasão e análise dos atores. Nesta última perspectiva, localizamos nosso trabalho.

Embora a Comunicação de risco tenha inúmeros atores e conte bastante com as mídias móveis, Murdock et al. (2001, p. 94) afirmam que a opinião pública continua ascendendo majoritariamente ao espaço público por intermédio da imprensa, do rádio e da televisão. Para ele, os meios não são transmissores oficiais da informação em caso de risco, mas

intermediários dos agentes em jogo e agentes ativos do significado.

Conforme Andi (2011), a América Latina e o Caribe estão entre as principais regiões com elevada vulnerabilidade aos efeitos das alterações do clima, o que torna a implementação de medidas efetivas urgente. O relatório da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) e o Banco Mundial colocam a mesma opinião.

A Comunicação de risco pode agir de duas maneiras: informar sobre desastres de forma preventiva ou prestar informações em momentos de crise. Ela envolve o público em geral, as comunidades afetadas, as autoridades públicas, os profissionais da comunicação, os especialistas, as organizações civis e ambientais e os meios de comunicação.

No primeiro caso, quando a Comunicação de risco é exercida em veículos midiáticos e a cobertura é preventiva, as matérias podem ser contextuais e planejadas com antecedência. Mas a comunicação em casos de crises interfere nas rotinas produtivas jornalísticas e exige rapidez e agilidade do jornalista para tratar as informações. Assim, a questão que nos move é compreender as preocupações dos agentes sociais envolvidos na prevenção e no gerenciamento de crises para verificar o papel do jornalismo nesse processo.

O jornalismo como prática de narrar os acontecimentos e de construí-los publicamente não tem como escapar desse cenário. Os desastres se tornam produtos midiáticos na forma de notícias. Embora sempre tenham existido desastres na história da humanidade, eles atingem cada vez mais pessoas e têm, cada vez mais, visibilidade e demandam prevenções. Os desastres são desafios que se impõem à prática jornalística, pois interferem nas rotinas de produção e no cotidiano do trabalho jornalístico, exigem preparo físico e principalmente emocional do jornalista.

Assim, o problema de pesquisa pode ser resumido na seguinte questão: Como os especialistas, fontes de informação jornalística, analisam a cobertura de desastres e como se relacionam com os jornalistas?

## **1.3 Objetivos**

### **1.3.1 Objetivo Geral**

Analisar qual a percepção das fontes especializadas consultadas em matérias sobre

desastres e compreender como se relacionam com os jornalistas, a fim de estabelecer qual a função social do jornalismo no cenário de uma Comunicação de risco.

### 1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Compreender a Comunicação de risco e o papel do jornalismo nesse contexto;
- b) Investigar como os especialistas avaliam a cobertura jornalística de desastres que envolvem o clima;
- c) Observar como os especialistas se sentem como fontes de matérias sobre desastres que envolvem o clima;
- d) Compreender a relação das fontes especializadas com os jornalistas e vice-versa;
- e) Entender como os jornalistas lidam com a cobertura dos desastres que envolvem o clima;
- f) Sistematizar, com base em entrevistas com especialistas nessa área, a função e o papel do jornalismo na Comunicação de risco de catástrofes;
- g) Buscar responder o que os especialistas considerariam como uma cobertura adequada;
- h) Propor elementos para uma cobertura de catástrofes considerados adequados pelos diversos campos que interagem nesta problemática; e
- i) Verificar os antagonismos de ideias entre os campos.

## 1.4 Estado da Arte

Entre os raros trabalhos encontrados no Brasil sobre Comunicação de risco, ressaltamos a Dissertação “Divulgação científica e Comunicação de risco – Um olhar sobre Adrianópolis, Vale do Ribeira” de Giulio (2007), cujo foco é a contaminação química. O objetivo principal da Dissertação é avaliar os impactos das informações sobre a contaminação por chumbo no dia-a-dia dos moradores de Adrianópolis. Além disso, busca também conhecer e analisar as consequências advindas da ausência de uma estratégia previamente elaborada de Comunicação de risco por parte dos pesquisadores envolvidos em pesquisas na região, em

passado recente.

A pesquisa utilizou-se de uma metodologia que contemplou o cruzamento de três fontes: literatura, pesquisa empírica e pesquisa documental. A revisão bibliográfica consistiu em uma busca sobre os principais conceitos envolvidos no caso Adrianópolis. Na pesquisa empírica, foram propostas e realizadas pesquisas de campo, que contaram com três visitas à cidade de Adrianópolis e a realização de entrevistas com jornalistas para avaliarem o seu trabalho. Foi realizada, também, uma entrevista com o prefeito da cidade e com três profissionais ligados à Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, a fim de obter informações sobre o que vem sendo feito em Adrianópolis e sobre uma avaliação de risco que já está em prática na cidade. Após, foram entrevistados ainda pesquisadores das áreas de ambiente e saúde que participaram dos estudos realizados pela Unicamp. A última etapa foi uma pesquisa documental, que envolveu a análise de notícias sobre o assunto.

O trabalho concluiu que, embora a Comunicação de risco esteja cada vez mais presente na mídia, isso é feito de forma superficial. A mídia dá espaço para notícias que envolvem conflito e drama, com uma cobertura dramática e fragmentada e não revelam ou problematizam as verdadeiras causas do problema. Os aspectos factuais são mais importantes para algo virar notícia, o que gera um esquecimento rápido daquilo que é pautado. A pesquisadora pontua ainda que a pesquisa mostra que é urgente que seja adotada uma normatização ou regulamentação sobre Comunicação de risco no país.

Outro trabalho, intitulado “Comunicação de riscos Tecnológicos Ambientais”, de Martini Junior (1995), ressalta a Comunicação de riscos ambientais. O artigo mostra como a Comunicação de risco tem se tornado um tema de interesse público e como as empresas podem lidar com isso, principalmente quando se trata de riscos de impactos ambientais negativos provocados por resíduos industriais.

O trabalho é interessante por analisar como lidar preventivamente com a Comunicação de risco e, ao mesmo tempo, em caso de crises. Uma observação importante sobre o trabalho é que das treze bibliografias estudadas pelo autor, apenas um artigo é brasileiro e com data de publicação de 1993. Isso demonstra o quanto essa área de pesquisa ainda precisa avançar no país.

A conclusão do autor é que a Comunicação de risco deve atuar como instrumento de interação entre os segmentos envolvidos, para que possa construir socialmente um processo decisório sobre o tema.

Assim como na outra pesquisa, esta também trabalha com a intersecção de campos. Nesse caso, a conclusão do autor é que a Comunicação de risco deve atuar como instrumento

de interação entre os segmentos envolvidos, para que possa construir socialmente um processo decisório sobre o tema. Para isso, o público precisa conhecer informações sobre o risco ambiental ao mesmo tempo em que os técnicos conhecem o público.

Após a análise desses trabalhos brasileiros, é possível perceber a necessidade de mais pesquisas nessa área. Além de poucos trabalhos terem sido encontrados, a Comunicação de risco apareceu neles mais voltada para questões de contaminação química ou relacionada à saúde, sendo que o jornalismo voltado para a Comunicação de risco é hoje uma necessidade pública. Assim, no nosso trabalho, optamos por utilizar uma bibliografia sobre o assunto que é prioritariamente de autores portugueses, espanhóis e americanos, áreas em que a pesquisa está mais avançada.

Em “Os Riscos da Comunicação na Comunicação dos Riscos”, Serra (2006) faz uma reflexão sobre a Comunicação de risco e alguns aspectos centrais dessa temática. Ele começa dando uma visão da sociedade contemporânea como uma sociedade de risco. Após, mostra como a informação é importante nas situações de risco e sugere categorias de classificação para a Comunicação de risco: Comunicação de risco implícita, quando o risco é tratado de forma não intencional, e Comunicação de risco temática, quando a situação é de normalidade e é abordado um risco que pode acontecer em breve ou a longo prazo. Por fim, o autor analisa as ligações entre a Comunicação de risco e o sistema político. Ele conclui que, se o risco não é hoje o verdadeiro “ator” da dinâmica política, é um dos atores mais fundamentais. Para ele, no futuro, com as alterações climáticas e globalização dos riscos de efeito imprevisível e catastrófico, esse tema será cada vez mais importante na política.

No estudo “Risco e Contingência”, Brusek (2005) traça um apanhado geral sobre Comunicação de risco. Ele começa o trabalho definindo as teses principais da Comunicação de risco, com base nos estudos de Ulrich Beck, de 1986. Após, faz um questionamento sobre o que significa risco e explora o conceito de contingência e suas relações com o risco.

Já o estudo “Comunicación de Riesgo y Espirales Del Miedo”, de Coma (2005), ressalta a Comunicação de risco e os espirais do medo, que são as lutas sociais por emancipação tanto das instituições e organizações, como dos públicos, que conformam suas vidas cotidianas rodeadas de riscos percebidos. O trabalho explica e aprofunda a cultura do risco e a cultura do medo. Também analisa as teorias sociais e as teorias do medo. Busca uma perspectiva multidisciplinar para saber o que é risco e o que significa Comunicação de risco. Explora também o conceito de medo e as percepções e recepções socioculturais do risco.

A conclusão do autor é que apesar de todas as consequências perversas a longo prazo, os riscos colocam em perigo a legitimidade tanto coletiva quanto individual dos sistemas

democráticos. Para ele, a liberdade, a participação social e a solidariedade podem abrir passo para conceitos contrapostos como seguridade, controle e desconfiança. Esses fariam os ideais democráticos perderem a sua força.

No trabalho “Actores periodísticos y políticos en momentos de crisis: un estudio de caso”, de Cortinãs e Pont (2006), foi feita uma análise de como os jornalistas e os políticos se relacionaram durante o período do atentado a Madri, em 11, 12 e 13 de março de 2004. O objetivo é descobrir as relações estabelecidas entre jornalistas e políticos no período. A metodologia utilizada foi o estudo qualitativo da programação na época. A principal conclusão do trabalho é que os jornais atuaram com pouca capacidade crítica, também em conveniência com os políticos, na propagação de ideias não comprovadas.

Os autores consideram que os jornalistas foram pouco ágeis para interrogar os políticos e para desfazer os seus argumentos. Para eles, o que pode ser visto na mídia foi um sumiço do jornalismo frente à classe política, embora, também, tenham levado em consideração a dificuldade de acesso dos jornalistas a algumas fontes políticas. Mesmo assim, a principal conclusão é que não houve a pluralidade necessária ao jornalismo. Ao mesmo tempo, houve uma perpetuação de determinados discursos políticos.

Em “*Analysis of information sources and respect for Professional ethics in crisis situations: the media treatment of Barcelona’s Carmel Case*”, Pont (2008) analisa o controle de fontes de informação em situações de crise e como isso gera um conflito entre os diferentes atores envolvidos. O artigo utiliza como objeto de estudo o conflito de atores na cobertura do acidente no Metrô de Carmel, que aconteceu em 2005. O estudo completo faz parte da Tese de Doutorado do autor. No artigo em específico, são analisadas as citações das seguintes fontes: administração oficial, políticos, técnicos e fontes da mídia.

O estudo chegou à conclusão de que a mídia deu prioridade para os atores políticos. Também notou uma clara diferença no uso das fontes no caso do canal ser privado ou público. Os canais públicos tiveram um total de 89 citações de atores públicos, enquanto o privado teve 24. Por fim, os autores colocam que o acidente gerou temas e subtemas que contribuem para configurar a agenda política da Catalunha como, por exemplo, o debate da infraestrutura e, especialmente, a construção do risco.

No trabalho “*Conflictivitat comunicativa enepisodis d’emergència. Aproximació a la cobertura informativa i a la gestió institucional de l’esfondrament d’un túnel del metro al barri Del Carmel de Barcelona*”, Sorribes (2008) analisa os processos de produção da informação por parte dos meios de comunicação e a gestão comunicativa institucional em episódios de Comunicação de risco. Mais uma vez, o objeto de estudo é o episódio no túnel

de Carmel em Barcelona, em 2005. Porém, este trabalho apresenta uma metodologia diferente dos demais e utiliza uma perspectiva teórica multidisciplinar. Ele considera as teorias sociológicas de autores como Beck, Giddens e Lash (1994) e Luhman (1992 apud BRUSEKE, 2005), comparando o conceito de modernidade ao paradigma que Beck (2010) referenciou como sociedade de risco.

O trabalho chega à conclusão de que os meios de comunicação e os aparatos políticos desenvolvem processos de tematização e que, a partir desses processos de tematização, os meios de comunicação tem uma incidência direta no âmbito da política.

Com esses estudos, podemos perceber como a Comunicação de risco é um tema que envolve um contexto de influências políticas, econômicas e sociais. Então, se pretendemos fazer um estudo dentro desse tema, precisamos analisar e refletir sobre o contexto social em que estamos inseridos e como acontecem as diversas relações do campo jornalístico com os demais de onde provêm as fontes especializadas.

No livro *“Covering Disaster: lessons from Media Coverage of Katrina and Rita”*, os organizadores Perkins e Izards (2010) reuniram uma série de artigos sobre a cobertura dos furacões Katrina e Rita. O objetivo do livro é analisar a responsabilidade jornalística frente a essas coberturas, que se configuram como desafios ao jornalismo. Para isso, são analisados quais são os impactos desses acontecimentos no jornalismo, o que os jornalistas aprenderam com eles e quais as decisões que tomaram sobre a mídia em suas comunidades e nacionalmente.

Para conseguir as respostas sobre que lições os jornalistas aprenderam, os diversos artigos apresentam resultados de trabalhos de acadêmicos e profissionais. Cada capítulo, segundo os autores, é uma visão particular, humana e profissional. No meio de tantos erros cometidos, os autores acreditam que os jornalistas são forçados com esse tipo de situação a redescobrir os propósitos e as técnicas jornalísticas. Assim, o trabalho também apresenta uma discussão sobre a qualidade do jornalismo.

Outro estudo a ser destacado é outro trabalho de Sorribes e Rovira (2007), intitulado *“Proposal for good journalistic practice in risk situations: significant examples from Spain”*. Esse artigo traz dez propostas para a mídia em cobertura de situações de risco social. As conclusões são baseadas na análise de três casos espanhóis: o risco implicado no complexo químico de Tarragona, o desastre no túnel Carmel em Barcelona e os ataques terroristas em 11 de março de 2004, em Madri.

Os autores acreditam ter conseguido lançar propostas que servem para a resolução de diferentes projetos de pesquisa, feitos na área da Comunicação de risco, nos últimos anos.

Após fazer um referencial teórico sobre mídia e risco, os autores concluem que a mídia, assim como qualquer outro segmento, tem que ter muito cuidado na hora de trabalhar com situações de comoção social. É preciso que a mídia seja ética e evite sensacionalismo e dramaticidade. Mais do que isso, eles argumentam, também, que a mídia deve possuir um protocolo de como agir nesses casos parecidos com os da política, bombeiros e serviços médicos.

A tese de Lozano Ascêncio (1995), “*La expresión/representación de catástrofes através de su divulgación científica em los Medios de Comunicación Social*”, estuda a divulgação científica e a apresentação de catástrofes na mídia durante o período de 1986 a 1991. Entre outras conclusões, o autor coloca que aceitar o acontecimento catastrófico é reconhecer, antes de tudo, que o ser humano e suas obras mais sofisticadas e desenvolvidas são os princípios básicos do mesmo. A sociedade se reflete em termos indiscriminados e globalizados. A tecnologia tem sido perturbada por forças incontroladas e por concepções mitológicas do saber que não explicam, mas interpretam as eventualidades da natureza. A aparição de catástrofes na mídia está ligada a conceitos como os de mito e de ritual.

Outros estudos importantes, como é o caso dos que envolvem a pesquisa das fontes jornalísticas, serão citados ao longo do trabalho.

### **1.5 Concepções teórico-metodológicas**

O trabalho baseia-se na revisão bibliográfica e em entrevistas. As fontes entrevistadas são as citadas nas matérias sobre catástrofes publicadas pelo jornal Zero Hora, de janeiro a julho de 2011, bem como os jornalistas que redigiram essas matérias. Consideramos fontes especialistas aquelas pessoas que têm legitimidade reconhecida dentro do seu campo e também pelo restante da sociedade para falar sobre determinado assunto.

As entrevistas, parte fundamental do trabalho, têm por objetivo compreender como as fontes especializadas enxergam a cobertura de desastres, não só nas matérias específicas para as quais foram consultadas, mas na mídia em geral.

Foram entrevistados também os jornalistas de Zero Hora envolvidos nessas coberturas, para saber como eles lidam com o desafio dos desastres dentro de suas rotinas produtivas e como se relacionam com os especialistas. Entretanto, é necessário frisar que em nenhum momento a pesquisa se dedica a analisar as matérias de Zero Hora, que foram apenas um fio condutor inicial para nos apontar possíveis entrevistados. O que está em jogo neste trabalho é



como o especialista compreende a cobertura jornalística e como se relaciona com os jornalistas.

Pelo fato de pretender apontar alguns elementos para um protocolo de cobertura de desastres, consideramos que a atual pesquisa tem também alguns elementos aplicados. Machado (2004) ressalta que temos como um dos desafios da pesquisa construir metodologias adaptadas à compreensão do jornalismo também como prática profissional. Também observa que a pesquisa pode ser feita por experiências multidisciplinares em pesquisa aplicada: “Ao partir de pontos diversos, com perguntas muito distintas e utilizando ferramentas variadas, cada um, naturalmente, chegará a respostas diferentes dos demais”. (MACHADO, 2004, p. 9).

O autor destaca que, atualmente, o jornalismo não se constitui como campo legitimado de conhecimento por não estabelecer metodologias próprias de pesquisa. Argumenta, também, que se isso fosse feito, poderíamos contribuir para o jornalismo como prática social, um dos objetivos do nosso trabalho.

Braga (2011) também discerne que não podemos “assumir abstratamente abordagens prévias e fechadas, a serem aplicadas a uma diversidade de pesquisas”. (BRAGA, 2011, p. 2). O autor acredita que múltiplas teorias e horizontes de pesquisa podem funcionar juntos. Assim, as teorias devem dialogar com o objeto e com o problema.

O abandono consensual de “metodologia” como aparato rígido, como “máquina formal” para processar neutramente a investigação, poderia levar o estudante à perspectiva de que a aproximação do objeto pode ser menos rigorosa. Ao contrário – o abandono da injunção determinante do “a fazer” impõe maior atenção e cuidados quanto ao “em fazendo”. (BRAGA, 2011, p. 5).

Assim, não partimos de uma metodologia fechada para construir o trabalho, mas buscamos métodos e técnicas que sejam capazes de responder aos nossos questionamentos.

Nosso trabalho se caracteriza por ser uma pesquisa qualitativa. De acordo com Chizzotti (2003), na pesquisa qualitativa, o problema não fica restrito a uma hipótese previamente levantada, não sendo uma afirmação apriorística. O projeto surge de um processo indutivo que se define e se delimita por meio da exploração do contexto e de uma observação reiterada e participante do objeto pesquisado. Além disso, também pelo contato com informantes que conhecem o objeto e emitem juízos sobre o mesmo.

Na pesquisa qualitativa, um dos pontos a serem ressaltados é que todas as pessoas que participam do estudo são reconhecidas como sujeitos que entendem os problemas do local pesquisado e podem também apresentar soluções para o mesmo. Ainda, segundo Chizzotti (2003), todos os sujeitos têm pontos de vista relevantes e são dignos de estudo.

Dentro da seleção de técnicas na pesquisa qualitativa são privilegiadas algumas como a observação participante, o relato de vida, a análise de conteúdo e a entrevista não-diretiva. (CHIZZOTTI, 2003). Optaremos neste trabalho por utilizar a técnica da entrevista em profundidade de caráter semiestruturada. O objetivo é a determinação das opiniões sobre fatos, ou seja, conhecer o que as pessoas pensam sobre determinado assunto. (LAKATOS; MARCONI, 1994).

As fontes também variam dentro da pesquisa qualitativa. Utilizaremos a consulta a dois tipos de fontes:

- a) Pessoas-fonte: são pessoas que, por sua participação ou estudo, adquiriram competências específicas sobre determinado problema. A consulta a pessoas-fonte, como qualquer entrevista, depende da preparação prévia para colher informações e registrá-las adequadamente; e
- b) Documentação: a pesquisa documental é parte integrante de qualquer pesquisa sistemática e pode ser feita antes ou juntamente com o trabalho de campo. É importante para se conhecer tipos de investigações já existentes, os instrumentos adotados, os pressupostos teóricos assumidos, as posições dos pesquisadores, os aspectos já explorados e as explicações que foram construídas.

Poupart (2008) cita que em um dos primeiros manuais de metodologia associados aos trabalhos da Escola de Chicago, Palmer (1928) defendia que uma das vantagens das ciências sociais sobre as ciências naturais era poder interrogar atores sociais como uma forma de compreender a realidade social. Assim, ao mesmo tempo em que a entrevista é um recurso valioso das ciências sociais, ela sempre criou muitas controvérsias no campo científico. Isso porque a validade da entrevista pode ser controversa, levando em consideração a quantidade de fatores que podem influenciar a fala de um entrevistado:

De um lado, as entrevistas constituem uma porta de entrada de acesso às realidades sociais, apostando na capacidade de entrar em relação com as outras. Do outro, essas realidades sociais não se deixam facilmente aprender, sendo transmitidas através do jogo e das questões das interações sociais que a relação de entrevista necessariamente implica, assim como do jogo complexo das múltiplas interpretações produzidas pelos discursos. (POUPART, 2008, p. 215).

O autor ressalta que a entrevista é comumente utilizada pelos pesquisadores por três argumentos principais de diferentes ordens que nos guiaram neste trabalho. (POUPART, 2008, p. 215):

- a) Ordem epistemológica: a exploração em profundidade da perspectiva dos atores sociais é considerada indispensável para uma exata apreensão e compreensão das condutas sociais;
- b) Ordem ética e política: a entrevista de tipo qualitativa parece necessária porque abre a possibilidade de compreender e conhecer internamente os dilemas e as questões enfrentadas pelos atores sociais; e
- c) Ordem metodológica: a entrevista se impõe entre as ferramentas de informação capazes de elucidar as realidades sociais e como instrumento privilegiado de acesso às experiências dos atores.

O primeiro fator é muito relevante para o nosso trabalho, que busca justamente entender o ponto de vista de atores sociais sobre um fato ou uma realidade. Poupart (2008) afirma que as realidades sociais não podem ser entendidas fora dessa perspectiva.

Outra questão sublinhada pelo autor é sobre o reconhecimento atribuído ao saber leigo em relação ao científico. A resposta dada por muitos teóricos é que toda fala é uma construção e, embora a científica também seja uma construção, requer um esforço para romper com o senso comum e com a ciência já estabelecida. Além disso, as construções teóricas são submetidas à crítica e à prova de verificação empírica.

Alguns autores argumentam que talvez os cientistas não sejam aqueles que saibam mais, mas sim aqueles que têm mais legitimidade e ocupam um espaço privilegiado.

Uma crítica que se faz aos pesquisadores é que eles deveriam construir um saber em conjunto com os entrevistados, criando uma harmonia entre os saberes dos atores com os pesquisadores. Este é um ponto de vista que pretendemos utilizar neste trabalho.

Em termos metodológicos, desde 1930, a entrevista é utilizada como eficaz para dar conta dos pontos de vista dos atores. A entrevista não dirigida é defendida por muitos autores por se adequar à realidade do entrevistado. Com essa técnica, ele teria uma maior liberdade para falar do tema de pesquisa, escolher os assuntos abordados e falar segundo suas próprias categorias e linguagem. A entrevista pode trazer questões que não foram antes imaginadas pelo pesquisador e permitir que elas sejam desenvolvidas de forma mais profunda, enquanto o questionário ou a entrevista estruturada poderiam comprometer o discurso por uma pré-estruturação do mesmo.

A entrevista individual em profundidade é uma técnica qualitativa que explora um assunto pela busca de informações, percepções e experiências do entrevistado, para que, a partir disso, possa ser analisado o seu conteúdo e apresentado de forma estruturada. (DUARTE, 2006). As principais qualidades de optar por esse tipo de entrevista é que o

entrevistado pode definir os termos da resposta e o entrevistador pode ajustar livremente as perguntas. O que se busca nesse tipo de entrevista não são dados ou quantificações, mas a intensidade das respostas. (DUARTE, 2006).

Segundo Duarte (2006), a entrevista em profundidade busca, com base em teorias e pressupostos definidos por quem está investigando, recolher respostas de uma fonte que é selecionada por deter as informações que precisam ser conhecidas. Além de colhidos, os dados também são interpretados e reconstruídos pelo pesquisador em diálogo crítico com a sociedade.

Nesse percurso de descobertas, as perguntas permitem explorar o assunto ou aprofundá-lo, descrever processos e fluxos, compreender o passado, analisar, discutir e fazer prospectivas. Possibilitam ainda identificar problemas, microinterações, padrões e detalhes, obter juízos de valor e interpretações, caracterizar a riqueza de um tema e explicar fenômenos de abrangência limitada. (DUARTE, 2006, p. 63).

O objetivo de uma entrevista em profundidade está relacionado à obtenção de informações e elementos que permitam compreender uma situação, ou então, a estrutura de um problema. De acordo com Duarte (2006), ela pode tratar desde questões relacionadas ao íntimo do entrevistado, quanto a processos complexos com os quais ele pode estar envolvido. Além disso, ela também se divide em aberta e semiaberta. (DUARTE, 2006, p. 65).

Optamos pela entrevista semiaberta, que tem sequência predeterminada de questões, mas pode sofrer acréscimo de questões durante a entrevista, caso seja oportuno. Duarte (2006) considera que a técnica, em que uma resposta origina a pergunta seguinte, torna possível aprofundar questões e gerar uma entrevista rica e cheia de descobertas.

Em resumo, seguimos os seguintes passos metodológicos utilizados para cumprir os objetivos do trabalho: (1) delimitação e aprofundamento de aportes teóricos; (2) análise da percepção das fontes especializadas consultadas pelo jornal Zero Hora, em matérias sobre catástrofes climáticas; (3) análise da relação das fontes especializadas com os jornalistas e vice-versa; (4) compreensão das especificidades/dificuldades do campo jornalístico nestas coberturas; e (5) sistematização de elementos de uma cobertura de risco qualificada de acordo com a concepção dos jornalistas, os aportes bibliográficos e as ponderações dos jornalistas.

A Dissertação divide-se em três capítulos. O primeiro, intitulado **A SOCIEDADE E A COMUNICAÇÃO DE RISCOS** aborda, em um primeiro momento, como a sociedade se configura atualmente como uma “sociedade de risco”. Em um segundo momento, explica o conceito de Comunicação de risco, analisa quando ela surge e busca explicar seus

pressupostos e suas contribuições. O final do capítulo esclarece o conceito de “catástrofe”.

O segundo capítulo tem como título **CAMPOS SOCIAIS E FONTES JORNALÍSTICAS NA COBERTURA JORNALÍSTICA DE DESASTRES**. Nesse capítulo, discutimos o conceito de campo e as especificidades do campo jornalístico e do campo científico. Também discutiremos como acontecem as relações entre esses campos, o conceito de fonte e como os especialistas se configuram como fontes jornalísticas especializadas.

**A VISÃO DOS ESPECIALISTAS SOBRE A COBERTURA JORNALÍSTICA DE DESASTRES** é o título do terceiro capítulo. Apresentamos entrevistas com fontes especialistas do campo científico com o objetivo de entender qual a percepção delas sobre a cobertura da mídia nos desastres, bem como as entrevistas com os jornalistas para entender como o acontecimento catastrófico se insere nas rotinas produtivas e quais os desafios dos jornalistas nessa cobertura, tendo em vista alguns preceitos da Comunicação de risco.

## 2 A SOCIEDADE E A COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO DOS RISCOS

Neste capítulo, pretendemos entender como se forma a sociedade de risco e também compreender qual a importância da comunicação, especialmente do jornalismo, dentro desse contexto. Além disso, pretendemos mostrar também as dificuldades dessa comunicação para os jornalistas.

A sociedade atual já foi classificada por Beck (2010) como uma “sociedade de risco”, posteriormente esse conceito foi difundido por diversos autores. Para Lúhan e Echeverría (2009), a proteção da saúde e do ambiente são dois dos temas que mais despertam atenção na opinião pública no contexto contemporâneo. As preocupações com a degradação ambiental e os impactos negativos da tecnologia constituem na atualidade parte de debates políticos, protestos públicos, reuniões e acordos internacionais. Esses movimentos podem gerar uma politização dos riscos, porém essa politização depende também do contexto no qual as pessoas estão inseridas. A mídia, por exemplo, pode ser uma ferramenta para fomentar e potencializar o debate público sobre o tema.

O conceito “sociedade de risco” está centrado na ideia de que, embora a humanidade avance cada vez mais no contexto científico, ao mesmo tempo, está cada vez mais sujeita aos riscos desse avanço. Beck (2010, p.23) explica que, na modernidade tardia, “a produção social de riqueza é acompanhada sistematicamente pela produção social de riscos” e aí se evidencia o “potencial político das catástrofes. Sua prevenção e seu manejo podem acabar envolvendo uma reorganização do poder e da responsabilidade. A sociedade de risco é uma sociedade catastrófica”. (BECK, 2010, p.28).

Abordamos, nessa pesquisa, apenas os riscos que envolvem a relação do homem com a natureza. Embora os desastres sempre tenham acontecido, eles foram intensificados nos últimos anos. Em primeiro lugar, devido aos gases poluentes lançados pelo ser humano na atmosfera. Em segundo lugar, devido à falta de planejamento urbano e outras ações que pudessem prevenir ou minimizar os mesmos.

Os desastres também estão ligados aos avanços da ciência e, cada vez menos, podem ser intitulados como “naturais”. Todos os dias novas substâncias químicas são criadas e fazem parte do nosso dia-a-dia por meio dos alimentos e produtos que consumimos. A longo prazo, não sabemos quais os efeitos que essas substâncias podem ter na saúde humana. Além disso, dentro do processo de produção, a indústria muitas vezes contamina a água e o solo, utiliza

grande quantidade de energia e não tem o cuidado devido com as embalagens utilizadas.

Em proporções maiores, a humanidade também se coloca em risco utilizando, por exemplo, a energia nuclear. No Brasil existem três usinas nucleares. O problema das usinas é que, em caso de acidentes, podem ocorrer catástrofes de grandes proporções como o desastre de Chernobyl<sup>8</sup>, na Ucrânia. A energia nuclear também é utilizada para a fabricação de bombas. Os ataques nucleares de Hiroshima e Nagasaki<sup>9</sup> são exemplo dos riscos produzidos pela própria humanidade, que podem levar à catástrofe e à destruição.

Se nos aprofundarmos na questão do risco, veremos que muitas coisas poderiam ser feitas para prevenir ou minimizar os riscos causados. Assim, notamos que os problemas que hoje enfrentamos nessa sociedade de risco decorrem de uma crise que envolve diversos campos sociais, entre eles o científico, político e o jornalístico. Para entender esse processo, vamos estudar em primeiro lugar como se configura a chamada sociedade de risco e como a comunicação se relaciona com ela.

## 2.1 A Sociedade de risco

Ao contrário do que se possa pensar, embora o risco já tenha existido em outras épocas, não possuía a mesma configuração de hoje. Bechmann (2009) nos lembra que, além de vir do latim, a origem do termo risco se encontra na navegação. Pont (2009) também nos traz a imagem de risco ligado à ideia de segurança marítima nos séculos XVI e XVII. Para Beck (2010), há duas diferenças entre os riscos antigos e os atuais. A primeira é que antigamente eles eram riscos pessoais, como o de Colombo quando decidiu buscar novas terras e continentes. Esses riscos estavam mais ligados à ousadia ou mesmo à aventura, enquanto que os atuais estão ligados à autodestruição da vida na terra. A segunda diferença é que no modelo atual eles são globais, como a fissão nuclear. Os riscos não estão somente ligados ao local em que foram produzidos, como uma fábrica, mas são uma ameaça à vida de

---

<sup>8</sup> Em 26 de Abril de 1986 ocorreu o acidente nuclear de Chernobyl, maior desastre nuclear da história. Um reator da central de Chernobyl veio a ter problemas técnicos e liberou uma imensa nuvem radioativa contaminando pessoas, animais e o meio ambiente. Até hoje perto da usina não há vida. O governo admitiu 15 mil mortes, mas organizações não governamentais apontam 80 mil.

<sup>9</sup> No final da Segunda Guerra Mundial, Hiroshima e Nagasaki, cidades Japonesas, sofreram um ataque com bombas nucleares. Os EUA, por meio da ação militar da Força Aérea, sob ordens do presidente norte-americano Harry S. Truman, bombardearam as duas cidades japonesas nos dias 6 e 9 de agosto de 1945. Estima-se que cerca de 140.000 pessoas morreram em Hiroshima e 80.000 em Nagasaki, além das mortes ocorridas posteriormente aos ataques em decorrência da exposição radioativa.

todas as espécies do planeta e em todas as suas formas. (BECK, 2010).

Bechmann (2009) concorda com Beck (2010), quando divide os riscos em duas categorias: os riscos tradicionais e “riscos do estado industrial do bem estar”, que seriam os novos riscos. Os riscos tradicionais estariam ligados à tomada individual de decisões e, muitas vezes, demonstrariam a oportunidade de ganhar. Já os novos riscos ou “riscos do estado industrial do bem estar”, seriam coletivos e causados pela produção e forma de vida social. (BECHMANN, 2009).

Dentro dos estudos sobre riscos, outros autores preferem abordagens diferentes. Ramos (2009) defende uma passagem da “Sociedade de Risco” para a “Sociedade da Incerteza”. Para ele, os riscos são ações intencionais. Bruseke (2005), baseado nos estudos de Luhmann, acredita que há diferenças entre riscos intencionais e não intencionais, por isso ele divide os riscos em duas categorias. A primeira categoria seria o risco restrito – quando o ator sabe das consequências do seu agir e procede com consciência da consequência dos seus atos. O segundo tipo de risco está mais ligado a “uma zona de risco”, como as áreas sujeitas a catástrofes e desastres naturais.

Há também enfoques que ligam o conceito de risco às ideias de probabilidade e incerteza. Pont (2009), por exemplo, acredita que os riscos são facilitados pela probabilidade de perda ou danos. O autor propõe uma equação para explicá-lo: “risco: probabilidade x consequência”. Assim, o risco seria igual à probabilidade que algo tem de ocorrer versus a consequência desse mesmo ato. Ele também nos lembra que o termo era usado no passado em disciplinas como a medicina, porém seu significado, que para o autor é transversal, ou seja, faz parte de todas as áreas do conhecimento, ainda não foi alcançado na modernidade. (PONT, 2009).

Os conceitos de riscos que estiveram ligados por muito tempo à área da medicina, no século XVII, migraram dessa área para a área sócio-política. Após, no século XIX, o termo é incorporado em trabalhos, aparecendo dentro dos conceitos de “crise espiritual” ou de “crise de civilização”. (PONT, 2009). O risco também é estudado em áreas de conhecimento como a sociologia. Pont (2009) nos lembra de que as investigações voltadas à percepção social do risco e da tecnologia surgem na segunda metade desse século, ligadas aos protestos contra a indústria química e a energia nuclear. Também surge dentro desse contexto de novas tecnologias a necessidade de descobrir a percepção de risco dos indivíduos. O risco, dentro da comunicação, começa a se consolidar nas décadas de 1970 e 1980, mas é na década de noventa que ela se torna mais integradora. (PONT, 2009).

Um fator importante para que os riscos virassem tema de debate não só na academia,



mas também na sociedade, foram os protestos e as ações de organizações não-governamentais. Os autores Car e Ibarra (2009) citam que desde a conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro, o tema do risco já era levado em consideração:

com o fim de proteger o meio ambiente, os estados deveriam aplicar amplamente o critério de precaução conforme as suas capacidades. Quando houver perigo de dano grave ou irreversível a falta de certeza científica absoluta não deve ser utilizada como razão para postergar a adoção de medidas eficazes em função dos custos para impedir a degradação do meio ambiente”. (Declaração da ECO-92, Rio de Janeiro, 1992).

Os riscos sempre existiram na história da humanidade. O que mudou nesse tempo é como nos relacionamos com eles. A ideia que os autores nos trazem é que a grande diferença dos riscos na atualidade é que cada vez mais eles são globais, principalmente devido ao avanço da industrialização. Há também cada vez uma preocupação maior com eles em decorrência disso. Nesse contexto, as pesquisas também se tornam cada vez mais necessárias, pois não sabemos ainda quais as consequências certas dos riscos que produzimos.

Outro tema que está atrelado aos riscos é o medo. Diversos autores acreditam na nova formação da sociedade como uma sociedade de risco e medo. Coma (2005), por exemplo, vê a nova sociedade como uma desordem internacional, com a imposição de uma cultura de risco. Nessa cultura há a ameaça à segurança e o medo de uma sociedade e de um indivíduo em perigo. Assim, esse risco se configura também como mediatizado, criando culturas de medo em uma nova realidade social, ao mesmo tempo em que, segundo o autor, configura-se em um novo campo de interesse e pesquisa.

Com tantas melhoras da sociedade em vários aspectos, como o aumento da expectativa de vida, fica difícil entender de onde surge o medo. Bechmann (2009) se questiona sobre o assunto e acredita que três debates sociais sobre o perigo na sociedade podem nos fazer entender melhor a questão da incerteza na sociedade: consequência dos usos de tecnologias complexas, as diferenças crescentes entre as intenções e os resultados da ação tecnológica e as mudanças a longo prazo causadas por atos diários. Embora estejamos cada vez mais progredindo, por exemplo, na área tecnológica, não sabemos muito quais as consequências que esse progresso pode nos trazer. Não há pesquisas que tenham analisado os efeitos a longo prazo de muitas das inovações que hoje fazem parte da nossa rotina diária, como o consumo de transgênicos, por exemplo, tanto em relação à saúde, quanto em relação ao meio ambiente.

Além de afetar os cidadãos, o medo afeta também as instituições democráticas,

colocam em questão a legitimidade das mesmas. As instituições têm dificuldades ou se tornam incapazes de resolver o problema. Pont (2009) acredita que a globalização deteriora o poder do estado e que ele não é mais capaz de garantir a segurança dos cidadãos. Isso é potencializado pelo poder que grandes multinacionais têm atualmente, ao mesmo tempo em que o estado tem perdido sua força.

As maneiras como os indivíduos se relacionam com a natureza também mudou, podemos dizer que atualmente muitas vezes os indivíduos enxergam o meio ambiente como algo isolado e não se percebem como parte dele. Para Beck (2010), a oposição entre natureza e sociedade é uma construção do século XIX, ela serve para duas coisas: ignorar e controlar a natureza. A natureza hoje é indispensável ao processo industrial, sendo comercializada de maneira global. Ou seja, o modo de vida contemporâneo só é possível pela interligação da natureza e do sistema mercantil. (BECK, 2010).

Por fim, Beck (2010) centra suas ideias em cinco eixos principais para definir a “sociedade de risco”. O primeiro seria que os riscos se diferenciam claramente das riquezas. Embora tragam muitas vezes danos irreversíveis, eles se manifestam de maneira invisível, somente por meio do conhecimento podem ser alterados, diminuídos ou dramatizados. Os riscos dependem de uma definição social que os torne posição-chave em termos sociopolíticos, assunto que aprofundaremos mais adiante.

Em segundo lugar, os riscos surgem de situações de ameaça. Isso significa que algumas vezes eles acompanham posições de estrato e classe, mas no fim acabam atingindo a todas as pessoas. Também produzem novos desníveis internacionais.

O terceiro eixo está ligado à mercantilização dos riscos, que rompe a lógica capitalista. Os riscos seriam *Big Business* em um contexto em que as situações de ameaça e o potencial político da sociedade de risco são produzidos pela sociedade industrial.

O quarto eixo diz respeito ao fato dos riscos não poderem ser possuídos, ao contrário das riquezas. Além disso, todos são afetados e a sociedade de risco deve ser analisada em uma sociologia e teoria do surgimento e disseminação do conhecimento sobre riscos. O quinto e último ponto faz referência ao fato dos riscos socialmente reconhecíveis transformarem o que era apolítico em político. Assim, tornam possível combater as causas dentro de processo de modernização.

O uso irracional dos recursos naturais traz consequências e uma delas, talvez a mais perigosa, são os riscos. Assim, risco e consumo se entrelaçam na sociedade contemporânea. E em um mundo em que o consumo só tende a aumentar e novos experimentos químicos evoluem cada vez de forma mais rápida, ao mesmo tempo em que os recursos naturais se

exaurem, os riscos ficam cada vez mais próximos. Tendo em vista, que muitas vezes não há estudos para saber quais serão as consequências desses avanços químicos a longo prazo e já há provas de que a destruição da natureza acarreta em dificuldades para a sobrevivência humana.

Perigos vêm a reboque do consumo cotidiano. Eles viajam com o vento e água, escondem-se por toda a parte e, junto com o que há de mais indispensável à vida – o ar, a comida, a roupa, os objetos domésticos –, atravessam todas as barreiras altamente controladas da proteção da modernidade. (BECK, 2010, p. 10).

Ainda dentro do contexto de consumo e risco, é interessante analisar como a produção de risco é muitas vezes deixada em segundo plano, pela necessidade de desenvolvimento de países e de superação da miséria, ao mesmo tempo em que é vista como algo distante e não tão próxima de nós, quando pelo contrário, faz parte do nosso dia-a-dia, como no ar, na água ou os alimentos que consumimos diariamente. Beck (2010) acredita que essa visão da modernidade como tecnologia e da natureza como vítima não consegue englobar e dar uma dimensão dos conteúdos e das consequências sociais, políticas e culturais do risco e do processo de modernização.

A natureza, que seria a fonte de vida da humanidade, passa a ser uma ameaça social. Para Beck (2010), esse cenário se explica historicamente pela passagem da lógica da distribuição de riqueza na sociedade da escassez para a lógica de uma distribuição de riscos na modernidade tardia, que aconteceu pelo nível alcançado pelas forças produtivas humanas e tecnológicas, e também, pelas garantias e regras jurídicas do Estado Social, quando é reduzida e isolada a carência material. Além disso, o crescimento exponencial do processo de modernização gera riscos em uma medida desconhecida até então:

em tais circunstâncias, na sociedade da escassez, o processo de modernização encontra-se e consoma-se sob a pretensão de abrir com as chaves do desenvolvimento científico-tecnológico os portões que levam às recônditas fontes de riqueza social. Essas promessas de libertação da pobreza e da sujeição imerecidas estão na base da ação, do pensamento e da investigação com as categorias da desigualdade social, abarcando, na verdade, desde a sociedade de classes, passando pela sociedade estratificada, até a sociedade individualizada. (BECK, 2010, p.24).

A questão que precisa ser respondida atualmente é: como podemos evitar, reduzir ou anular os riscos dos processos produtivos atuais, sem comprometê-los? Como fazer com que esses possíveis riscos não ultrapassem fronteiras? Beck (2010) analisa que essas perguntas são decorrentes do próprio desenvolvimento técnico-econômico. Nesse cenário, o processo de

modernização torna-se “reflexivo”, ou seja, ele é ao mesmo tempo tema e problema em muitos países em desenvolvimento; o processo de modernização é justificado pelo combate à miséria, porém atualmente começam a convergir as ideias de uma “sociedade que distribui riqueza” com “uma sociedade que distribui riscos”. (BECK, 2010, p. 25). Outro grande questionamento que surge é: como o homem tem participação nos riscos e ao mesmo tempo o que pode fazer para evitá-los?

Como nos lembram Lúhan e Echeverría (2009), o homem deve se preocupar com as políticas públicas para fomento da pesquisa científica e também da inovação tecnológica, ao mesmo tempo em que deve se preocupar com regulação que minimize riscos. Assim, ao mesmo tempo em que a sociedade do conhecimento, da ciência e da tecnologia é uma sociedade de risco, esse mesmo conhecimento poderia ser a chave para uma gestão que evitasse os mesmos riscos que ela construiu. Ou seja, vivemos em uma sociedade paradoxal, em que a ciência pode ser a causa e solução do problema dos riscos.

Para os autores, a ciência deveria ser utilizada para quantificar, identificar e regular os riscos da tecnologia. (LÚHAN; ECHEVERRÍA, 2009). Essa atividade científica de conhecer riscos é classificada pelos autores como verificação dos riscos e as medidas políticas de regulação como gestão de riscos. Eles avaliam também que o debate social, político e acadêmico sobre o assunto tem sido considerável.

## **2.2 As representações sociais do risco**

Os riscos foram muitas vezes analisados de um ponto de vista científico, esquecendo-se do social, ou seja, eles são considerados uma questão de natureza, tecnologia, economia ou medicina. Mas todos esses impactos da destruição da natureza surgem pelo que é considerado por Beck (2010) “um déficit do pensamento social”, esquecido até mesmo pelos próprios sociólogos. O autor ainda utiliza diversos exemplos, para mostrar como esses impactos têm na globalização alcance universal e como se configuram incalculáveis e imprevisíveis.

É certo que racionalidade científica e racionalidade social se distanciam uma da outra, mas ao mesmo tempo seguem interpoladas e referidas de múltiplas maneiras uma na outra. Rigorosamente falando, a própria diferenciação torna-se cada vez menos possível. O envolvimento científico com riscos do desenvolvimento industrial continua igualmente a referir-se a horizontes axiológicos e expectativas sociais, da mesma forma como, inversamente, a discussão e a percepção sociais dos riscos em relação aos argumentos científicos. (BECK, 2010, p. 36).

O que o autor defende e tenta explicar em sua obra “Sociedade de risco” (2010) é que a grande diferença da sociedade de risco para a sociedade industrial, não é maneira de lidar com os riscos, ou então o seu maior alcance com a tecnologia, mas o entendimento de que a sociedade é radicalmente alterada por eles. As fronteiras entre natureza e sociedade, por exemplo, desaparecem. Dessa forma, os danos à natureza não podem ser vistos como danos para o meio ambiente apenas, mas sim como contradições em todos os aspectos da vida em sociedade: culturais, econômicos, políticos e sociais. Entre os efeitos na sociedade, pode-se citar colapso de mercados, restrições políticas, custos gigantescos, perda de prestígio, etc.

Bechmann (2009) concorda que o problema das consequências ecológicas é o mais difícil de ser resolvido no contexto atual. A justificativa para isso é que os riscos são resultado de causas aparentemente imperceptíveis ou da ação de não somente uma pessoa, mas de um grande número. Eles também não são de fácil interpretação causal, linear ou se enquadram em modelos clássicos de análise. Pelo contrário, demonstram a interdependência e a complexidade do mundo. Assim, cada vez mais efeitos são atribuídos à ação humana, como as catástrofes climáticas, ao mesmo tempo em que nem mesmo os cientistas entram em um acordo de até que ponto a mudança é natural e até que ponto o homem tem influência nela.

Isso significa, para Beck (2010), que esse processo traz mudanças na sociedade, e que quanto mais consciência se tiver sobre a questão, mais haverá responsabilidades redefinidas, assim como competências de atuação centralizadas e novas formas de controle da modernização. Seria uma mudança sistêmica.

O papel da comunicação social é visto como central para Bechmann (2009), ele acredita que os novos riscos dependem de sua definição social, além disso, os mesmos são fonte de conflitos políticos. A solução para os perigos e riscos seriam decisões tomadas e movimentos por recursos apropriados, ou seja, se alguém sofre com catástrofes naturais pode ser retirado da área de perigo ou ter sua propriedade assegurada. (BECHMANN, 2009).

Para o autor, embora seja verdade que não existe algo como “riscos objetivos” e esses são sempre percebidos, interpretados e sujeitos a diferentes descrições e valorações, isso não garante uma explicação para o fato de o risco ser um problema que se impõem para todos os

países industrializados. Para ele não é a classe social que preocupa as pessoas, mas a superação da crise ecológica e os riscos associados a ela. Assim, a questão dos riscos deve ser vista como processo de transformação social.

Coma (2005) classifica o risco em duas vertentes. Na primeira, ele é visto como propriedade objetiva de um acontecimento, ou seja, como uma probabilidade quantificável de que um acontecimento adverso e com consequências trágicas aconteça. Na segunda versão, ou seja, na visão construtivista, ele é visto com a percepção subjetiva do risco filtrado pela cultura e pela estrutura social. Porém, segundo o autor, as duas perspectivas isoladas acabam sendo pobres para explicar o fenômeno. Para ele, para definir o risco, não bastam critérios objetivos, mas também sociais, culturais, políticos e econômicos.

Car e Ibarra (2009) discernem que as análises sobre representações sociais do risco, que utilizam a percepção individual do risco em determinados contextos culturais, possibilitam estudos empíricos importantes para a reconstrução de casos de percepção e controle de risco, porém eliminam o que é conhecido como “risco real” e trazem assim dificuldades para pesquisas, já que, por exemplo, culturas diferentes têm ideias diferentes sobre o que seria o risco. Por acreditar que nem o objetivo nem o construtivismo são possíveis de capturar o risco como um conceito social, mas também objetivamente construído, o autor propõe operar de maneira simultânea com as duas ideias.

Isso seria possível identificando os componentes e suas relações dentro de um marco histórico concreto. Para tanto, não seria possível utilizar critérios de racionalidade de teorias científicas, mas por uma racionalidade de contingência social realizada no momento que as ações acontecem, mas que também determinam momentos posteriores.

As contingências podem ser identificadas por meio de relações e dependência entre todos esses elementos que estão ligadas dentro de um contexto concreto de risco. Assim, o conceito de risco está associado a cada forma desse “nó” que resulta de elementos heterogêneos imbricados: conhecimento disponível – especialistas ou não – sobre o risco, representações intelectuais de indivíduos ou grupos e atitudes e instituições sociais. (CAR; IBARRA, 2009). A forma concreta da imbricação permitiria aos indivíduos aprender os recursos e as categorias para compreender o risco e assim poder negociar ele em um contexto específico, ou seja, uma situação histórica.

Para Bechmann, lidar com a incerteza deve ser um aprendizado social e assumir os riscos é a única maneira de ter uma boa gestão do mesmo. (BECHMANN, 2009). Os riscos têm a característica de desfazer a ideia da sociedade dividida por classes sociais, pois embora algumas escolhas diminuam os riscos, Beck (2010) argumenta que com o aumento dos

mesmos as diferenças sociais também diminuem. Os riscos possuiriam um efeito “equalizador”, além disso, também podem ter o que o autor considera o “efeito bumerangue”, ou seja, voltar para aquele que o produziu.

Embora tenha esse caráter equalizador, Beck (2010) alerta que isso não deve camuflar novas desigualdades. Ou seja, muitas vezes as classes sociais mais baixas são sim as mais susceptíveis aos riscos. Podemos notar isso no Brasil, em caso de catástrofes naturais, muitas vezes os mais atingidos são aqueles que não tiveram a opção de escolher onde morar, por isso se instalaram ilegalmente, em áreas sujeitas a riscos, como os morros. Além disso, muitas vezes essas pessoas não têm consciência do perigo que correm. “Em escala mundial, isto ocorre de forma particularmente eloquente: miséria material e cegueira diante do risco coincidem”. (BECK, 2010, p. 50).

Ainda segundo Beck (2010), o preocupante nesses casos é que a própria população pode ser responsabilizada pelos riscos a que se expôs. O autor coloca isso principalmente para sinalizar o perigo iminente de empresas de risco elevado se instalar em países pobres, no livro ele cita um exemplo do próprio Brasil, da vila Parisi, o município mais sujo do mundo<sup>10</sup>.

Outra questão interessante de se pensar é que a escolha individual, tão proclamada como um direito trazido pela sociedade contemporânea acaba dentro da perspectiva do risco, pois estar ou não exposto ao risco não é uma possibilidade de escolha. Beck (2010) cita como exemplo os poluentes e venenos, que estão entrelaçados com a base natural da vida, já que estão presentes nos alimentos que consumimos, na água que utilizamos e no ar que respiramos.

### **2.3 Comunicação de risco: a importância da mídia dentro da sociedade de risco**

Passamos agora, de uma análise macrossocial, para um recorte específico desta problemática: a comunicação na sociedade de risco e, mais especificamente, em casos iminentes de desastres. Como vimos, o risco só existe quando nós o percebemos como risco.

---

<sup>10</sup> Na época do “milagre brasileiro”, período em que o Brasil estava sob o regime militar e teve um grande crescimento econômico, a Petrobrás escolheu a área de mangue da região para implantar uma refinaria, tendo sido seguida pela Cosipa, empresa siderúrgica, a Coperbrás, indústria de fertilizantes, e multinacionais como a Fiat, Dow Chemical e Union Caribe. A área passou a ser conhecida como o município mais sujo do mundo. Os 15 mil moradores da favela Vila Parisi foram os mais intensamente afetados, tiveram problemas como asma, bronquite, inflamações nas vias respiratórias e enfisema pulmonar. Além, das destruições nas casas. No ano de 1984, por negligência da Petrobrás, cerca de 700 mil litros de petróleo foram derramados no mangue, e em menos de dois minutos foram incineradas mais de 500 pessoas que viviam nas palafitas.

Por isso, a importância que a Comunicação de risco assume na contemporaneidade. Porém, embora se trate de um tema importante, a pesquisa nessa área ainda está no começo. Para Coma (2005), a Comunicação de risco é um campo emergente que surgiu da necessidade de descobrir que tipo de informações a opinião pública precisa em casos de crise:

a consolidação da Comunicação de risco como uma disciplina de interesses estratégicos para a teoria da comunicação obedece à centralidade e transversalidade característica de seus processos holísticos de mediação. (COMA, 2005, p. 104).

Como processo, segundo Coma (2005), ela inclui: o público em geral, as comunidades locais afetadas, as autoridades públicas, os profissionais da indústria, os especialistas científicos e técnicos, as organizações civis ou de meio ambiente e os meios de comunicação. Para Sorribes, Codina e Jimenez (2009), a Comunicação de risco inclui quatro perspectivas: análise dos efeitos, do conteúdo, da persuasão e dos atores.

Sorribes, Codina e Jimenez (2009) explicam que a noção de Comunicação de risco evoluiu a partir dos anos 80. Enquanto, uma corrente acredita que se trata da transmissão de informações à população, outra acredita em um processo mais geral, em que estão envolvidos governos, empresas e outras organizações internacionais. Ainda, segundo os autores, ela é motivada por alguns aspectos novos, como o conhecimento científico do meio ambiente e o aumento de responsabilidade antropogênica sobre as crises. Além disso, há uma atenção para diminuir os riscos.

Fazendo um estudo de caso do acidente no Bairro de Carmel em Barcelona, em que um túnel desmoronou em 2005, Sorribes e Rovira (2007) identificaram como principais problemas dentro da negociação de informação: a limitação de acesso dos jornalistas a determinadas zonas; a falta de rigor dos jornalistas na difusão de informações; o tratamento não igualitário dado aos meios de comunicação e o não cumprimento de princípios deontológicos das associações de imprensa e outras regulações profissionais.

Os autores também trazem dez propostas para um bom jornalismo no caso de situações de riscos, são elas: a comunicação deve estabelecer protocolos para situações de crise como é feito em outras áreas; jornalistas precisam dar uma voz para especialistas e disseminar conhecimento por meio de autoridades públicas e porta-vozes; profissionais da informação precisam garantir precisão lexical e evitar linguagem dramática; câmeras de televisão e fotográficas devem evitar tirar fotos *close-up* de pessoas machucadas ou em sofrimento; jornalistas precisam reduzir a importância dada a políticos ou a respostas de políticos; a mídia precisa cooperar com as autoridades, em particular para ter informações



institucionais que podem ajudar nas emergências; jornalistas precisam ser mais rigorosos e evitar sensacionalismo ou informações dramáticas; a mídia precisa evitar basear a cobertura em pessoas institucionais ou diretamente afetadas pela crise. Uma boa maneira de melhorar a relação entre jornalistas e cientistas é por meio de um intérprete, alguém que seja treinado para passar informações científicas para os jornalistas. Por fim, jornalistas precisam incluir na *agenda-setting* aspectos relacionados à Comunicação de risco para áreas de risco que existem (como áreas nucleares).

Para Perkins e Izard (2010), a tensão criada em situações de risco é potencializada pelo fato de que, por vezes, os jornalistas que estão nos locais de risco, como no caso do Furacão Katrina, também são vítimas. Mesmo tendo cometido muitos erros nessa cobertura, os jornalistas conseguiram dar informações quando elas eram quase impossíveis e estas informações poderiam salvar vidas. Eles descrevem um pouco do que os jornalistas enfrentam nessas situações.

Eles lamentaram a perda da vida e o sofrimento daqueles que enfrentaram situações pessoais duras e inacreditáveis. Eles cobraram respostas dos oficiais e representantes do governo quando elas eram consideradas universalmente inaptas para o sofrimento físico. (PERKINS; IZARD, 2010, p. 3).

Os autores mostram, assim, que a diferença presente em uma cobertura de risco é que os jornalistas abandonam o seu papel tradicional e depositam seus sentimentos nas reportagens. Os autores também pontuam que o “senso de advocacia” do jornalismo foi perdido por volta dos anos 70 e que, com o tempo, o jornalismo deixou de ser um lugar de reflexão e de “falar a verdade ao poder” para virar entretenimento. (PERKINS; IZARD, 2010).

Apesar disso, para eles é claro que a grande lição da cobertura de tragédias climáticas é que a mídia tem atualmente papéis de liderança na sociedade. Segundo Perkins e Izard (2010), a mídia não pode apenas testemunhar e descrever, ela tem que ter um trabalho intelectual que lhe permita planejar e, se precisar, abandonar todos os planos. Para os autores, talvez a grande lição dos “jornalistas da tragédia”, aos jornalistas, tenha sido enxergar a grande importância e a função de liderança que eles têm na atual sociedade.

Para Serra (2006), a Comunicação de risco está dividida em categorias. Primeiramente, ela pode ser *temática*, isso acontece quando a situação é de normalidade e é abordado um risco que pode acontecer em breve ou a longo prazo, como no caso de uma reportagem sobre os possíveis riscos do consumo de transgênicos. O segundo tipo é a

Comunicação de risco *implícita*, nesse segundo critério o risco é tratado de forma não intencional, ou seja, notícias que tratam de um acidente na estrada, mas não explicitam nada sobre riscos. Serra (2006) acredita, a partir de episódios recentes que tem acontecido ao redor do mundo, que a mídia vai se interessar pelo primeiro tipo de Comunicação de risco.

A Comunicação de risco também pode ser dividida em *normal* ou *de crise*. A *normal* é aquela que intercede em situações de risco e a *de crise* é aquela que acontece imediatamente no momento da crise. (SERRA, 2006). De acordo com Serra (2006), a mídia é essencial dentro da Comunicação de risco principalmente em casos de crise. É ela que pode veicular informações como alertas, recomendações e relatórios, tanto das entidades que são responsáveis pela segurança pública, quanto das suas próprias informações. Mídia e entidades responsáveis pela segurança pública devem trabalhar unidas para evitar o máximo de danos. Porém, é importante lembrar que a presença da mídia não deve acontecer só em situações de crise.

É tornando os riscos visíveis na agenda da mídia que é possível reduzir estes riscos. Para isso, é essencial que as comunidades científica e jornalística muitas vezes trabalhem unidas e não isoladas, como parece acontecer atualmente.

Do ponto de vista de Beck (2010), a cegueira em relação aos riscos tem relação com a racionalidade econômica, ou seja, pelas vantagens produtivas. Podemos levar isso para a mídia, pois ela também depende do sistema produtivo e da publicidade. Assim, ainda segundo o autor, se os desastres pudessem ser antecipados, por exemplo, se a mídia falasse mais sobre a prevenção dos mesmos, isso poderia gerar uma pressão para a sociedade agir. A consciência pode dar forças a uma política de transformação. Por isso, o autor declara que “sem os meios de comunicação de massa os riscos não são nada”. (BECK, 2010, p. 362).

Para o autor, a consciência dos riscos poderia abrir espaço para futuros alternativos:

Meu ponto é o seguinte: a consciência do risco global cria espaço para futuros alternativos, modernidades alternativas! A sociedade mundial de risco nos obriga a reconhecer a pluralidade do mundo que a visão nacionalista podia ignorar. Os riscos globais abrem um espaço moral e político que pode fazer surgir uma cultura civil de responsabilidade que transcenda as fronteiras e os conflitos nacionais. A experiência traumática de que todos são vulneráveis e a decorrente responsabilidade pelos outros, até para a sua própria sobrevivência, são os dois lados da crença no risco mundial. (BECK, 2010, p. 364).

Beck (2010) acredita que as resoluções dos riscos têm se dado muito mais no contexto de políticas paliativas, ou seja, tratam apenas as causas, mas não as fontes. Do mesmo modo, dificilmente se vêem na mídia notícias de prevenção. Além disso, ele acha que a

conscientização e o reconhecimento social dos riscos coincidem com a história da desmistificação das ciências.

A conscientização dos riscos precisa ser reconstruída como uma luta entre pretensões de realidades concorrentes, em partes contrapostas, em parte sobrepostas. Não se pode pressupor uma hierarquia de credibilidade e racionalidade, mas se deve questionar, no exemplo da percepção de risco, como a “racionalidade” *surge socialmente*, como, portanto se passa a acreditar nela, como se torna questionável, como é definida, redefinida obtida e descartada. Nesse sentido, tanto a *(i)lógica* quanto a contraposição e a interpenetração de percepção e avaliação científicas e sociais dos riscos civilizacionais devem ser desdobrados. Nesse processo, podem-se seguir questionamento tais como: quais são as fontes de falhas e erros sistemáticos presentes na percepção científica do risco, que somente no horizonte referencial de percepção social do risco de tornam visíveis? E inversamente: em que medida a percepção social do risco continua a depender da racionalidade científica mesmo quando esta é sistematicamente renegada e criticada, ameaçando emborcar numa ressurreição de poderes de fé pré-civilizatórios. (BECK, 2010, p. 71).

No Brasil, existem algumas iniciativas para a cobertura de desastres naturais. Uma delas é a apostila de “Comunicação de riscos e de Desastres” criada pelo Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre desastres (CEPED UFSC)<sup>11</sup>. O CEPED UFSC é uma instituição pertencente à Universidade Federal de Santa Catarina que atua há 10 anos desenvolvendo projetos relacionados às áreas de ensino, pesquisa e extensão.

A apostila faz parte do curso a distância “Comunicação de riscos e de desastres”, promovido pela Defesa Civil, para divulgar as diferentes possibilidades de atuação dos profissionais no processo de comunicação dos riscos e dos desastres, com foco na prevenção. Também visa aproximar o jornalismo e áreas afins da Defesa Civil, promovendo trocas de experiência e partilha de conhecimentos e a construção de uma rede de proteção e atuação. O objetivo é aprimorar a atuação de todos em busca de uma sociedade sustentável.

O conteúdo do material traz explicações sobre o que é a Defesa Civil e qual a sua atuação, os desafios e as responsabilidades para a redução de desastres, a imprensa e os desastres, os riscos de desastres, que são colocados como uma nova especialização no jornalismo, e o jornalismo antes, durante e depois do desastre e o trabalho de assessoria de imprensa. A apostila ainda aborda a comunicação de massa, a comunicação comunitária e a importância da mídia eletrônica.

Trazendo desde informações práticas para um momento de desastre até informações teóricas sobre a prática jornalística, o protocolo traz a ideia de que, conhecendo as vulnerabilidades existentes, uma sociedade tende a se preparar melhor para um desastre. Os

---

<sup>11</sup> Ela foi desenvolvida por Daniela da Cunha Lopes, Marcos de Oliveira, Áureo Mafra de Moraes, Wilson da Costa Bueno, Soledad Urrutia de Souza e Ana Paula de Assis Zenati.

jornalistas seriam essenciais para o acesso, criação, manutenção e aprimoramento do conhecimento.

#### **2.4 Dificuldades na Comunicação de risco**

Serra (2006) aponta algumas dificuldades para a Comunicação de risco: as notícias não são fidedignas aos fatos, mas construções jornalísticas sujeitas a uma série de características próprias da área; a mídia costuma noticiar acontecimentos de forma fragmentada, não mostrando processos contínuos; as notícias são em geral acontecimentos novos e surpreendentes, ou seja, matérias informativas ou educativas sobre riscos em parte conhecidos ou potenciais, não costumam ser pauta, a objetividade jornalística em que é preciso sempre ouvir as duas partes pode tornar o risco relativo e assim não levado a sério (ainda mais levando-se em conta as próprias disputas no interior do campo científico); a linguagem utilizada para se tratar de Comunicação de risco pode ser de difícil compreensão pelo cidadão comum.

Serra (2006) também afirma que a acusação usual feita à mídia é a de cobrir catástrofes de maneira sensacionalista e exploradora. Porém, para ele, o sensacionalismo pode ter alguns efeitos positivos, o principal deles seria chamar a atenção para outros perigos do mesmo gênero. Para ele existem outros desvios na Comunicação de riscos em situação de crise:

1. A tendência das mídias de transformarem todos os perigos em riscos e apontar a responsabilidade pela catástrofe a agentes políticos ou da segurança pública;
2. Crítica da mídia a alertas que não acabam em ocorrências;
3. Ênfase da mídia em decisões erradas por políticos ou peritos aconselhados por políticos; e
4. A mídia costuma noticiar mais o risco do que a segurança, ou mais os aspectos negativos do que positivos de toda e qualquer circunstância.

Para Pont (2009), as situações de emergência geram conflitos entre os profissionais da comunicação e os gestores institucionais pelo controle da informação. Cortinas e Pont (2006) estudaram as relações entre os jornalistas e os políticos em um momento de crise, o atentado de terrorista ao metrô de Madri, no ano de 2004. A conclusão a que eles chegaram é que os jornalistas se mostraram pouco ágeis para interrogar os políticos ou desmanchar os

argumentos dos mesmos, ao mesmo tempo em que também não conseguiram questionar aspectos “obscuros” dos fatos. Assim, a conclusão é que a cobertura televisiva nesse acontecimento perpetuou determinados discursos e não trouxe a pluralidade tão desejada e necessária ao jornalismo.

Pont (2009), no estudo sobre um atentado a um metrô de Barcelona, coloca mais uma vez as situações de crise como um desafio extraordinário e complexo para o trabalho com informações de riscos e entre os atores dessa comunicação. O conflito está no controle da informação e respeito pela ética ao mesmo tempo.

Pont e Rovira (2007) também discorrem sobre essa ética; para eles em situações de comoção é preciso que se respeitem os diferentes códigos e recomendações de conduta estabelecidas pelos organismos de regulamentação. Apontam também que se deve ter um cuidado especial com dramatismo e sensacionalismo, invasão de privacidade, dor e sofrimento e com a veracidade das informações.

Dentro desse conflito de interesses que permeia a Comunicação de risco, os autores também argumentam que as autoridades devem tratar os jornalistas de maneira igual, mas também como profissionais. É importante que as autoridades percebam a importância da comunicação e que o trabalho dos jornalistas deve estar além dos conflitos de interesses:

Jornalistas precisam adaptar as suas demandas para informação com base nisso, quando um desastre ocorre, prioritariamente deve ser dada atenção para as pessoas e cuidados para as vítimas. Esse é o princípio de responsabilidade, em outras palavras, humanitarismo é primordial. (PONT, 2008, p.7).

Pont (2009) aponta que os jornalistas precisam evitar se basear nos depoimentos de políticos, e sim, buscar especialistas e cientistas, que são os que realmente podem dar uma informação verídica e estão prontos para lidar com situações de risco. Além disso, os jornalistas precisam não só confiar nas informações de suas fontes, mas utilizar também seu senso crítico para conseguir ter uma boa análise da situação.

A sugestão dos autores é que os jornalistas facilitem a cooperação, promovam plataforma de debate e opinião e coloquem os eventos em seus contextos históricos. A cooperação seria no sentido de ajudar as vítimas com telefones e detalhes que possam fornecer meios e assistências para as reparações que serão precisas. (SORRIBES; PONT, 2008). A participação dessas vítimas no debate sobre os fatos também é importante, ou seja, os jornalistas precisam dar voz aos atingidos.

Outro importante fator é a importância de a mídia incluir mais a Comunicação de risco

em suas rotinas diárias, ou seja, mostrar os potenciais riscos aos quais a população está exposta, para que a mesma seja capaz de perceber esse risco.

## **2.5 O jornalismo público como alternativa para a Comunicação de risco**

O ponto de vista da Comunicação de risco exige uma postura excepcional do jornalismo que precisa, em situações de crises, abdicar de suas lógicas próprias para se submeter a lógicas vindas de outros campos. Tudo indica que a postura do jornalismo norteada pela Comunicação de risco possa ser inspirada em conceitos como o de jornalismo público.

“Jornalismo público” ou “*Civic Journalism*” foram conceitos que surgiram nos Estados Unidos, em 1990, por razões sociais e comunitárias, mas tendo como principal motivo a necessidade de fazer os americanos votar. Silva (2003) conta que Merrit e outros pioneiros do jornalismo público acreditavam que o público de leitores dos jornais estava diminuído, pois este não atendia as suas necessidades.

Apesar de terem surgido juntos e se referirem a um mesmo conjunto de novas ideias e propostas, Chaffee e McDevitt (1999 apud ROTHBERG, 2011), definem os dois. O Cívico seria utilizado em experiências que deram ênfase à organização das comunidades para solucionar seus problemas. Já o “público” diz respeito a experiências relacionadas à transparência na notícia e participação das comunidades nas decisões de cobertura, tudo isso com o objetivo de tornar público o jornalismo.

Rothberg (2011) explica que os precursores do jornalismo público fizeram um diagnóstico dos dilemas enfrentados pelos jornalistas de veículos impressos e a partir disso produziram um conjunto de propostas para enfrentá-los. Esse conjunto abrangia também o rádio e a TV e foi adotado por mais de seiscentos veículos nos Estados Unidos. Para o autor, as experiências desses veículos podem trazer lições para outros países.

O jornalismo público apontava a urgência de que os jornais estivessem conectados com as necessidades do público, oferecendo a ele uma oferta de cobertura diferente, substancial e positiva. Essa cobertura deveria ainda ser capaz de fazer com que o público se conectasse com o jornal. (ROTHBERG, 2011). Em 1994 foi criado o *Pew Center for Civic Journalism* que, conforme relata Rothberg (2011), foi um catalisador do movimento; entre as ações da organização estavam destinar fundos a empresas jornalísticas comerciais, para que

implementassem o jornalismo público, e promover uma rede de comunicação entre as iniciativas na área.

O jornalismo público traz uma nova proposta ao papel de formação política que é desempenhado pelos veículos de massa, questionando as práticas jornalísticas como o modelo adversarial de relacionamento entre jornalistas e a política e os *news values* (critérios de noticiabilidade). Outra diferença é que a objetividade jornalística, prática defendida por muitos autores e profissionais como fundamental para a atividade jornalística, não é aceita pelo movimento.

Se, no jornalismo tradicional, as pautas são tradicionalmente decididas no âmbito privado das redações, com base na crença de que os critérios de noticiabilidade correspondem a todo o conhecimento necessário para os profissionais da área decidir o quê e como será noticiado, no jornalismo cívico essa prática será duramente questionada, tornando-se imprescindível que os profissionais passem a implementar meios de o público participar da definição da agenda da cobertura. (ROTHBERG, 2011, p. 159).

Porém, embora estimule a discussão de problemas, não defende meios específicos para enfrentá-los. Assim, por esse viés, o jornalismo ainda mantém certa imparcialidade.

Silva (2003) lembra outra característica importante do jornalismo público: não seria utilizar os fatos sociais de maneira dramática, mas agregar aos valores-notícias uma análise e orientação aos receptores que sirvam para solucionar problemas como, por exemplo, com organizações neles especializadas ou informações que podem ser úteis como endereços, telefones, sites, etc. O jornalista teria um papel importante, ao invés de explorar os dramas da humanidade de maneira sensacionalista:

O emergente constituiria propriamente esta categoria do jornalismo público, ou seja, aquele vocacionado para a mudança, para a qual a notícia e as informações que lhes são acrescidas são constitutivas de uma práxis. Dessa forma as ações sociais com vistas aos desenvolvimentos social, econômico, político, cultural e, em síntese, humano não poderiam prescindir do agendamento e do noticiamento, mas, sobretudo, do fornecimento ao público de instruções, roteiros e procedimentos acerca da responsabilidade social de todos na consecução dos meios para a resolução dos problemas representados pelos fatos e suas conseqüências. (SILVA, 2003, p.4).

Todas essas técnicas, afirma Rothberg (2011), teriam como intuito reconectar o público à política e aos jornais. Assim, esse jornalismo aumentaria a atenção à política, mas também o aumento do consumo de notícias.

### 2.5.1 Jornalismo Público no Brasil

Já no Brasil, Silva (2003) defende que esse conceito se forma com características próprias. Ele ainda não conquistou no país o status de gênero como o jornalismo esportivo ou econômico. Também, não há uma tradução definitiva para os termos *Civic Journalism* ou *Public Journalism* ou exatamente uma delimitação exata do que ele representa. (SILVA, 2003).

Embora não se tenha uma grande adesão ao estilo, há muita simpatia dos veículos brasileiros a projetos, causas, campanhas e personalidades sociais. Mesmo assim, o que ainda aparece de forma mais clara na mídia brasileira são grandes campanhas publicitárias patrocinadas pelo governo. (SILVA, 2003). As empresas também descobriram que investir em projetos sociais melhora e muito a sua imagem e tem feito muito “Marketing Social”. O terceiro setor também consegue muitas vezes pautar a imprensa, mas as reportagens sociais motivadas pelos próprios veículos ainda não ocupam um grande espaço.

Em um cenário onde cada vez mais a responsabilidade social ganha ressonância tanto entre empresas, quanto entre os jornalistas, o autor sugere que os jornalistas poderiam ser agentes vocacionados para um papel. Esse papel seria revolucionário e ao invés de fazer com que os jornalistas ganhassem em cima do sofrimento humano, serviria para incentivar o avanço social e o desenvolvimento. (SILVA, 2003).

Apesar desse interesse social das empresas, para Silva (2003), ainda não há uma definição clara do local do jornalismo público no país. Ele acredita que poderia haver mais parcerias entre organizações sociais e a mídia. Ainda, segundo o autor, a academia também precisa pesquisar mais sobre o assunto e também formar profissionais preparados para atuar nesse mercado.

Talvez caiba ao jornalismo trabalhar como serviço público durante as catástrofes, integrando-se assim às preocupações da Comunicação de risco.

## 2.6 Comunicação de risco e catástrofes naturais

De acordo com Serra (2003), as catástrofes denominadas “naturais” estão dentro dos valores-notícia que interessam ao jornalismo. Elas são um exemplo de situações onde o risco



se torna palpável, o que significa que terão bastante cobertura da mídia. Lozano Ascêncio (1995) concorda com o ponto de vista de uma catástrofe contemporânea como uma catástrofe mediatizada. Ele define esse conceito pela aparição diária em meios de comunicação e por a catástrofe ser um lugar de experiências únicas e duradouras.

No passado, a representação de catástrofes costumava ser uma representação mítica até o conhecimento científico aparecer. (LOZANO ASCÊNCIO, 1995). Bruseke (2005) explica que há muitos avanços sobre os padrões de possibilidades e que o estudo de catástrofes, que tem aumentado, pode ajudar no planejamento e nas ações preventivas. Ele define os estudos sobre o risco como “estudos sobre determinado campo de eventos onde estão em jogo perdas indesejadas”. (BRUSEKE, 2005, p. 44).

Para Posner (2004), as catástrofes de risco podem ser divididas em quatro classes: 1) Catástrofes naturais: seriam como as pandemias ou colisões de asteroides. Elas não seriam criadas ou potencializadas pela tecnologia, mas a tecnologia seria essencial para responder a elas; 2) Acidentes de laboratório ou científicos: acidentes com inteligência artificial, a tecnologia seria responsável por eles; 3) Não intencional: feitas pelo homem, mas sem intenção, como o aquecimento global e a perda da diversidade; e 4) Catástrofes deliberadamente perpetradas como guerras nucleares.

Para Lozano Ascêncio (1995), a imagem que se faz das catástrofes mudou conforme o tempo, e a época também se caracteriza pela imagem que se faz das catástrofes. Ele define catástrofe como “uma entidade energizante que é capaz de modificar sistemas de forma repentina”. (LOZANO ASCÊNCIO, 1995, p. 2004).

O autor alega que ela existe não pelo seu acontecimento em si, mas pela percepção sobre ele, no momento em que é reconhecida e interpretada. Assim, o que diferencia um acontecimento catastrófico de um não catastrófico seria a maneira como os sujeitos percebem e referenciam o acontecimento que mexe com sua estabilidade habitual. Quatro outras variantes ainda definiriam quando os atos da realidade se convertem em acontecimentos: entorno, variação, ordem (previsto ou imprevisto) e hábito. (LOZANO ASCÊNCIO, 1995, p. 2004).

Os desastres viram catástrofes no momento em que são um evento com uma probabilidade baixa de acontecer. Esses eventos se configuram como descontínuos ao fluxo de eventos que os antecedeu e produzem um grande dano na sociedade. (POSNER, 2004). A baixa probabilidade dos mesmos acontecerem dificulta os esforços para respondê-los de forma racional. Posner (2004) argumenta que a sociedade tem que responder a esses eventos, pois há a possibilidade de eles acontecerem e quando acontecem podem ter consequências

trágicas como um terremoto.

O mesmo autor questiona se a sociedade tem feito alguma coisa para evitar as catástrofes. Ele continua dizendo que mesmo que nem todos os problemas tenham soluções, não podemos apenas assumir que podemos fazer alguma coisa, mas é preciso em primeiro lugar chegar à real gravidade de um possível desastre e termos consciência das possíveis consequências do mesmo. (POSNER, 2004). Assim, poderemos ter métodos efetivos para reduzir riscos.

Smith (2009) é outro autor que concorda que os desastres naturais sempre estiveram presentes na história humana, mas que atualmente vivemos em um grande paradoxo: os avanços da ciência e da medicina tornam a vida mais segura, ao mesmo tempo em que a destruição da natureza traz perigos extremos. Esse paradoxo ainda se torna mais complicado, segundo o autor, pela questão da própria ciência e tecnologia se tornarem um problema. Ou seja, cada vez há mais ameaças não-naturais ou produzidas pela própria “mão do homem”.

O autor conta um pouco da história dos desastres humanos. Segundo ele, os desastres naturais chamam atenção há centenas de anos e há mais de 200 anos atrás os homens já protegiam as construções de terremotos. Porém, as pesquisas sobre o tema só começaram com o trabalho de Gilbert White, que pesquisou estratégias alternativas para desastres envolvendo inundações. Ele participou de um programa colaborativo entre a Universidade de Chicago, a Universidade Clark e a Universidade de Toronto, em que as universidades trocavam informações e soluções. Os desastres acabaram se estabelecendo como campo de pesquisa em vários âmbitos.

O aceleração das pesquisas aconteceu nos anos 70, quando os desastres naturais passaram a ter mais frequência, e alterações climáticas, como secas, também passaram a ser mais intensas. Isso demonstrou e fez diversos países repensarem a sua vulnerabilidade perante a natureza.

Os estudos das relações entre natureza e sociedade foram facilitados quando se começa a perceber os desastres como uma interface entre o estilo de vida adotado pela sociedade e os limites do planeta. A partir disso, muitos livros foram lançados sobre o tema, além de novas pesquisas e tecnologia na área. Contribuíram também com isso diversos acidentes envolvendo indústrias, especialmente no ano de 1984. A pesquisa na área de desastres também assume uma característica multidisciplinar e gera muitas discussões sobre o que seriam desastres naturais ou “*man-made*” desastres. (SMITH, 2009).

Lozano Ascênio (1995) cita em sua tese que, se vivemos o renascimento, o iluminismo, a idade média, a revolução industrial e a guerra fria, poderíamos delimitar a nossa

era como “A era dos desastres” ou “A sociedade das catástrofes”. O argumento é que estamos mais vulneráveis do que nunca e que os dados confirmam esta premissa: na década de 1960, o número de mortos em catástrofes foi 22.270 pessoas; na década de 1970, 114.000 vítimas; e, nos anos 80, 1.126.000 mortes. O risco da catástrofe estaria na pobreza e no subdesenvolvimento.

As pesquisas aumentaram nessa área e o presidente da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, Frank Press, propôs uma cooperativa internacional para redução de perdas de desastres naturais. As Nações Unidas em dezembro de 1989 proclamaram então os anos de 1990 como “A Década Internacional para a Redução de Desastres Naturais” (na sigla original – IDNDR).

O objetivo da IDNDR seria reduzir por meio de uma ação internacional, especialmente em países em desenvolvimento, a perda da vida, o dano da propriedade, estragos sociais e econômicos causados por desastres naturais, como terremotos, vendavais, tsunamis, inundações, desmoronamento, erupções vulcânicas, incêndios florestais, infestações de gafanhotos, secas, desertificações e outras calamidades de origem natural. (SMITH, 2009, p. 5).

Lozano Ascêncio (1995) elucida que, embora estejamos saturados de informações na mídia sobre catástrofes, não estamos suficientemente persuadidos sobre elas. Ou seja, o excesso de informações pode muitas vezes trazer uma menor compreensão de quem utiliza ou interpreta os perigos que rondam a sociedade. Para ele, o excesso de informação traz confusão, quando qualquer coisa vira catástrofe ou as catástrofes trazem acontecimentos sempre iguais (LOZANO ASCÊNCIO, 1995).

Entendemos que, para a sociedade adquirir uma percepção de risco, a mídia é essencial. Nesse contexto, o jornalismo irá interagir com diferentes campos para entender o que é a Comunicação de risco e passar as informações necessárias para a população. A Comunicação de risco envolve diferentes campos e é o jornalista que pode fazer com que um diálogo entre eles aconteça. O grande desafio da Comunicação de risco é envolver diferentes campos sociais em torno de objetivos comuns. Porém, essa relação com outros campos está impregnada por compatibilidades, mas também por antagonismos, como veremos no próximo capítulo.

### **3 CAMPOS SOCIAIS E FONTES JORNALÍSTICAS NA COBERTURA DE DESASTRES**

Partimos do conceito de campos sociais, de Pierre Bourdieu, para compreender como se dão as diferentes intersecções que ocorrem entre os agentes sociais em uma catástrofe e, mais especificamente, na atividade jornalística.

Quando um cientista ou representante da Defesa Civil se dirige a um jornalista, não são simplesmente indivíduos que estão tendo uma interlocução, mas sim agentes sociais que ocupam determinada posição nos campos sociais. Assim, a manifestação de cada um deles carrega características do campo social a que pertencem. Por compreendermos que os campos sociais se materializam através desses agentes sociais é que optamos por tratar neste capítulo das características dos campos sociais, científico, político e jornalístico. As características de cada campo, a forma como se relacionam com os demais, os capitais em jogo e o nível de autonomia de cada um são questões que podem nos auxiliar a compreender a relação entre as diversas fontes jornalísticas e os próprios jornalistas nas coberturas das catástrofes.

Os agentes sociais que se transformam em fontes jornalísticas são dotados de disposições permanentes, parte adquirida em sua experiência no interior dos campos sociais. O campo social é basicamente um espaço de lutas e conflitos, um campo de forças, em que agentes sociais estão em concorrência de acordo com regras internas ao campo. O campo estrutura-se a partir da distribuição desigual de um capital. (ORTIZ, 1994, p. 21), que determina a posição que um agente ocupa. Pode ser entendido como uma rede de relações objetivas (de dominação ou de subordinação, de complementaridade ou de antagonismo, etc.) entre posições. Fundamenta-se na circulação de um capital simbólico reconhecido pelos concorrentes. O reconhecimento externo é a premissa para o desenvolvimento das relações internas.

Os capitais que estão em disputa num campo podem ser de ordem econômica, cultural, social ou simbólica. O capital econômico reúne o conjunto de fatores de produção e de bens econômicos. Por capital cultural, compreende-se um conjunto de qualificações intelectuais produzidas pelo sistema escolar ou transmitidas pela família. Pode existir em estado incorporado (facilidade de expressão); em estado objetivo (posse de obras) e em estado institucionalizado (posse de títulos). Já o capital social refere-se ao conjunto das relações sociais de um indivíduo ou grupo. O capital simbólico está acima de todos os demais,

relaciona-se com os efeitos simbólicos dos demais capitais. É uma propriedade valorizante, é o que permite o reconhecimento.

Vamos analisar algumas questões importantes relativas aos campos como a autonomia, a legitimidade e a disputa entre campos, com ênfase a algumas especificidades do campo jornalístico e do campo científico, de onde são provenientes as fontes especializadas, nosso tema de estudo.

### **3.1 Autonomia, legitimidade e disputa nos campos**

Para Bourdieu (2004), uma das grandes questões no estudo dos campos, como o científico e o político, é conseguir definir a autonomia desse campo. Isso é possível pela análise de como esse campo se modifica com eventos e pressões externas, como ele se relaciona com elas e quais as formas de resistência que possui, para que possa seguir apenas suas próprias regras, principalmente quando essas pressões externas são inesperadas, como no caso de uma catástrofe. Bourdieu (2004) argumenta que quanto mais autônomo um campo é, maior também será o seu poder de refração.

A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Seja mais escapa as imposições do macrocosmo, ele dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada. (BOURDIEU, 2004, p. 20).

Por outro lado, quanto mais outros campos, como o político, conseguem intervir em uma área, menos autônoma ela se constitui. Essa intervenção também pode vir de um agente que está dentro do campo e tem poder para modificá-lo. Isso diz respeito à lógica de posições internas do campo, ou seja, nas palavras de Bourdieu, “é a estrutura das relações entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer”. (BOURDIEU, 2004, p. 23):

É preciso dizer, por outro lado, que, por muito versado que possa ser na “gestão de redes” (com que tanto se preocupam aqueles que julgam servir-se de sua “ciência” da ciência para promover suas teorias da ciência e afirmar seu poder de especialistas no mundo da ciência), as oportunidades que um agente singular tem de submeter as forças do campo aos seus desejos são proporcionais a sua força sobre o campo, isto é, ao seu capital de crédito científico ou, mais precisamente, a sua posição na estrutura da distribuição do capital. (BOURDIEU, 2004, p. 25).

Além do reconhecimento externo, dentro do próprio campo há dinâmicas que regulam a sua legitimidade. Os distintos campos estão localizados no interior de um “campo de poder”. (MIRANDA, 2005). O que traz internamente legitimidade a um campo é a profissionalização de quem o constitui, isso leva também à consolidação do campo.

A gênese e a estruturação do campo de produção de bens simbólicos, ou campo cultural, portanto, decorre de uma série de desenvolvimentos: amplificação, diversificação – ou mesmo formação – de um público de consumidores de bens simbólicos, mantenedores dos produtores; os princípios internos de legitimação constituídos pelos produtores desses bens e sua profissionalização levam à consolidação do campo e a determinação das condições ao seu acesso, bem como a de suas normas e imperativos técnicos, ao quais também incidem as instâncias de consagração em competição pela legitimidade cultural. (MIRANDA, 2005, p. 80).

No campo científico em específico, principalmente dentro da temática das questões climáticas e desastres naturais, há lutas internas entre cientistas que têm ideias diferentes. Mesmo assim, pelas suas titulações ou legitimidade adquirida, alguns são mais procurados pela mídia para representar a comunidade científica como um todo. Essa busca por uma legitimidade faz com que os participantes do campo entrem em disputa:

A busca pela legitimidade faz com que os participantes do campo travem uma competição permanente ao estabelecimento de distinções culturalmente pertinentes a suas práticas: estilos, performances, técnicas, temas, cujas marcas de distribuição próprias, uma vez reconhecidas pelo campo atribuem valor às obras. (MIRANDA, 2005, p. 84).

É dentro dessa distinção cultural, oriunda do próprio campo, que surge o valor da “obra” e também do produtor. Segundo Miranda (2008), há os porta-vozes da ideia legítima, que têm autoridade para abandonar a especificidade do seu campo e podem incidir também sobre os demais campos.

Dentro do campo científico, essas obras podem ser os livros ou artigos publicados por determinado pesquisador que estará habilitado para falar sobre o assunto. Miranda (2008) lembra que na ciência há uma busca pela neutralidade idealista, que tenta ocultar uma política que se encontra na formação do discurso científico, assim como no jornalismo também há um mito da objetividade e imparcialidade dos textos.

Bourdieu (2007) vê na gênese das lutas simbólicas dos campos por reconhecimento social a luta de classes.

Mas o lugar por excelência das lutas simbólicas é a própria classe dominante: as lutas pelas definições da cultura legítima que opõem os intelectuais e os artistas não passam de um aspecto das incessantes lutas em que as diferentes frações de classe dominante enfrentam-se pela imposição da definição dos pretextos e de armas legítimas – capital econômico, capital escolar ou capital social – outros tantos poderes sociais, cuja eficácia específica pode ser reduplicada pela eficácia propriamente simbólica, ou seja, pela autoridade que dá o fato de ser reconhecido, mandatado, pela crença coletiva. (BOURDIEU, p. 237, 2007).

Ainda, segundo o autor, as lutas de tudo que no mundo se refere à crença, ao crédito ou descrédito, à percepção ou apreciação, ao conhecimento e reconhecimento, ou ainda, ao nome, à reputação, à glória, à honra, ao prestígio e autoridade, ou tudo mais que torna poder simbólico em poder reconhecido, estão ligadas à lógica da distinção: aqueles que têm ou pretendem ter mais autoridade e reconhecimento público para falar de determinado assunto. Bourdieu (2005) também mostra como o acesso aos diplomas acaba “vulgarizando” os campos, quando eles são tornados mais acessíveis. Por isso, os atores sociais dos campos vão buscar cada vez mais uma especialização:

reconhecimento da distinção que se afirma do esforço para se apropriar dela, nem que fosse sob a aparência ilusória do blefe ou do símile, e para se distanciar em relação aos que estão desprovidos dela, a pretensão inspira a aquisição, por si banalizante, das propriedades até então mais distintivas, além de contribuir, por conseguinte, para apoiar continuamente a tensão do mercado de bens simbólicos, obrigando os detentores das propriedades distintivas, ameaçadas de divulgação e vulgarização, a procurar indefinidamente a afirmação de sua raridade nas novas propriedades. (BOURDIEU, 2007, p. 235).

Sobre os capitais dos campos, Bourdieu (2004) aponta que cada campo possui um capital diferente. O capital científico seria uma espécie de capital simbólico que tem como base o conhecimento e reconhecimento interno do campo. Assim, é o reconhecimento dos pares dentro do campo científico. O campo científico não difere dos outros no que concerne às lutas, mas seu diferencial é que as disputadas por visões de mundo, sistemas de classificações, etc., foram definidas em comum acordo, por meio de métodos e hipóteses comuns.

Assim, os representantes desse campo possuem “construções sociais concorrentes” (BOURDIEU, 2004, p. 33) determinadas por métodos próprios ao campo. O campo científico também possui duas formas de capital distintas. A primeira seria o poder temporal ou político, caracterizado por posições importantes dentro de instituições científicas, laboratórios, comissões de avaliação e etc. Enfim, um poder que é institucionalizado. O outro capital seria ligado ao “prestígio” que está mais ligado ao reconhecimento pelos pares. (BOURDIEU,

2004). Segundo o autor, dificilmente os dois capitais coexistem.

Embora escreva sobre a importância da autonomia do campo, Bourdieu (2004), ao responder uma pergunta sobre a abertura desse campo aos problemas e demandas sociais, argumenta que o campo deve acumular o máximo de autoridade específica para que possa transformar essa autonomia, se for preciso, em força política. Essa força política se manifestaria na forma de uma comunidade científica que opina sobre a sua área de competência.

O autor acredita que os especialistas, ou “eruditos”, como se refere, deveriam começar a defender seus interesses específicos e, após, com base em seu trabalho, interferir nas demandas sociais. Assim, eles fariam parte do debate social ou político, esclarecendo problemas:

Eles poderiam, alias começar por contribuir diretamente para definir a famosa demanda social em matéria de pesquisa científica. Se existisse uma estrutura de deliberação coletiva, capaz de ultrapassar as divisões que evoquei, ainda agora, entre teóricos, práticos, básicos, aplicados, homens, mulheres e todo o resto e que enunciasse as questões, ao mesmo tempo, importantes e urgentes, certamente isso seria uma boa coisa tanto para a ciência como para a sociedade. (BOURDIEU, 2004, p. 75).

Ainda respondendo a questionamentos, o autor argumenta que há poucas demandas dirigidas aos cientistas, que sejam frutos de movimentos sociais, com exceção do movimento ecológico. O movimento ecológico estaria em condições de fazê-lo por ser constituído por pessoas com instrução e que já teriam como base conhecimentos da ciência. Para o autor, o grande questionamento é se é preciso limitar-se às demandas formuladas ou o papel do campo científico é também contribuir para explicitar aquelas demandas que ainda não são de conhecimento público.

A produção dos problemas que são colocados para o público é uma das grandes questões debatidas por Bourdieu (2004) e que pode trazer muitas reflexões para o nosso trabalho. Esses problemas seriam tradicionalmente colocados entre pesquisadores, jornalistas e políticos. Nesse cenário, os especialistas têm papel privilegiado dentro da nossa sociedade: são eles que têm o poder de falar para o campo jornalístico.

Para Bourdieu (2004), se esses são procurados e questionados pela mídia sobre algum assunto, eles têm a responsabilidade de responder, nem que seja para criar um problema: “Muitas vezes, a questão é idiota, mas creio que é preciso responder, ao menos para reformular a questão, é uma espécie de obrigação ética”. (BOURDIEU, 2004, p. 84).

O autor diz que essas respostas também devem servir para destruir aqueles que são os



“falsos problemas”. Ele volta sua atenção para o estudo da televisão para mostrar como muitas vezes seria preciso criar uma espécie de “resistência cívica” contra a imposição de problemas que são criados e muitas vezes não representam problemas cívicos. Pelo contrário, por serem “simplesmente bestas” ao mesmo tempo seriam “terrivelmente perigosos”. (BOURDIEU, 2004, p. 84).

A solução para esse problema, do ponto de vista do autor, seria a criação de lugares de discussão, em que seria possível discutir em termos profissionais os problemas gerais. Isso geraria uma reflexão coletiva que acabaria desencadeando tomadas de decisões públicas “competentes, rigorosas, autorizadas e engajadas, críticas e eficazes”. (BOURDIEU, 2004, p. 85).

Pelo papel que a mídia ocupa na sociedade, e por ter nas suas bases o que chamamos de função social do jornalismo, é interessante pensar como ela, a mídia, poderia ser o local de intersecção entre o campo científico e as demandas sociais. No sentido do entendimento dos campos sociais, vamos analisar as especificidades do campo jornalístico.

O campo político nos interessa principalmente em função de algumas fontes que são especialistas, mas não se localizam no campo científico, como é o caso de agentes sociais como os representantes da Defesa Civil ligados, no Brasil, ao Ministério da Integração Nacional. Tratam-se de agentes que se localizam em um pólo mais autônomo do campo político, não se utilizam do discurso político típico e costumam ser dotados de muita credibilidade, por terem conhecimentos específicos que podem, sobretudo, salvar vidas. As fontes típicas do campo político não são consideradas no trabalho, pois se tratam de fontes autorizadas, que não são objeto de nossa pesquisa.

### **3.2 O campo jornalístico**

Miranda (2003) lembra que, segundo Bourdieu, o campo jornalístico surge no século XIX atrelado à literatura. Com o passar do tempo, o jornalismo começa a adquirir características próprias que o separam da atividade literária. Além disso, também se volta para o mercado, comercializando o produto jornalístico. É essa empresa jornalística para a qual Bourdieu vai voltar sua atenção.

Bourdieu (1997) nos traz reflexões sobre o campo jornalístico, uma das mais importantes é como as notícias de variedades se tornam o principal produto jornalístico

impedindo um papel de senso crítico da mídia. Esses fatos diversos seriam principalmente as notícias sensacionalistas, como o sangue, o drama, o sexo, o crime ou até mesmo uma catástrofe. Ou então, qualquer outra notícia capaz de distrair o leitor.

Esses fatos têm como características significar a todas as pessoas, ou seja, serem “ônibus” (ou *fatos ônibus*). Eles não chocam ninguém, pelo contrário, não envolvem disputa e não dividem. Ao mesmo tempo, não trazem nada de importante para o receptor. (BOURDIEU, 1997).

As notícias de variedades consistem nessa espécie elementar, rudimentar, da informação que é muito importante porque interessa a todo mundo sem ter conseqüências e porque ocupa tempo, tempo que poderia ser empregado para dizer outra coisa. (BOURDIEU, 1997, p. 23).

O autor acredita que a importância desses fatos diversos está em tudo aquilo que eles mascaram, ou seja, tudo aquilo que deixa de ser dito enquanto eles são ditos. A TV oculta mostrando o que não precisaria mostrar. Para “não chocar”, é preciso não apontar problemas, ou apontar problemas sem história. Do ponto de vista de Bourdieu (1997), quanto mais um jornal pretende crescer, atingir mais leitores, mais ele vai usar essa estratégia.

Outra lógica do campo jornalístico criticada pelo autor é a do furo. Por isso os jornalistas estariam sempre perseguindo o extraordinário, o que foge das expectativas, neste sentido, as catástrofes naturais mais uma vez servem como exemplo. Na visão de Bourdieu (1997), é a busca pela exclusividade que faz com que todos acabem fazendo a mesma coisa.

O campo jornalístico, como qualquer outro campo, é um lugar de conflitos e principalmente de concorrência. Um lugar com leis próprias, mas que é definido também pela sua interação com outros campos, assim é impossível compreender o jornalismo enquanto campo sem pensar nas suas relações. (BOURDIEU, 1997).

Quando analisamos um veículo de comunicação, precisamos ter em mente essa relação do veículo com os anunciantes, com o mercado e com os próprios jornalistas. Miranda (2003) coloca que, para Bourdieu, embora pareça que o jornalismo tem uma relativa homologia em relação aos demais campos, ele é muito mais definido pelo valor comercial do que por aqueles que seriam os valores “puros” da profissão.

Um campo é espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço, que é também um campo de lutas para transformar ou consertar esse campo de forças. (BOURDIEU, 2003, p. 57).

E é preciso também entender como na sociedade atual o campo jornalístico é um campo que influencia todos os outros campos e cria, inclusive, mecanismos que fazem com que os outros campos se adaptem a ele. Quando, por exemplo, movimentos ambientais como o Greenpeace fazem protestos inusitados para justamente chamar a atenção da mídia e entrar na agenda midiática.

O campo possui ainda, no seu interior, a briga daqueles que fazem parte dele e que buscam mostrar sua força para definir sua posição. No campo jornalístico também só entra, ou vira notícia, aquilo que os jornalistas definem como tal. Bourdieu (2003) acredita que o jornalista poderia trabalhar mais a favor da democracia, mas que a audiência esmaga o jornalismo e traz uma falsa sensação de liberdade:

A televisão regida pelo índice de audiência contribui para exercer sobre o consumidor supostamente livre e esclarecido as pressões do mercado, que não têm nada de expressão democrática de uma opinião coletiva esclarecida, racional, de uma razão pública, como querem fazer crer os demagogos cínicos. (BOURDIEU, 1997, p. 97).

No campo midiático, a função discursiva é mais importante que a pragmática. Já outros campos que têm como função mais importante a prática interagem com a mídia por meio de discursos. Para Miranda (2003), o campo jornalístico se aproxima do político, pois segundo ele os produtos desses dois campos especializados, às vezes, confundem-se e compartilham os mesmos bens, como a opinião.

O campo dos media é a instituição que possui competência legítima para criar, impor, manter, sancionar e restabelecer a hierarquia de valores, assim como o conjunto de regras adequadas ao respeito desses valores, no campo específico da mediação entre os diferentes domínios da experiência sobre os quais superintendem como vimos na modernidade, os diferentes campos sociais. (RODRIGUES, 1999, p. 26).

A principal maneira de o campo jornalístico interagir com outros campos é por meio das fontes que são produzidas pelos mesmos. Os especialistas são pessoas legitimadas por diversos campos para falar sobre determinado assunto.

### 3.2.1 As fontes jornalísticas

Diferente da “fonte de informação”, que seria qualquer informação disponível a qualquer pessoa, a “fonte de notícia” precisa de um mediador, alguém que faça com que seu conhecimento seja passado para a sociedade. (SCHMITZ, 2011).

Fontes de notícias são pessoas, organizações, grupos sociais ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos; que agem de forma proativa, ativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, fidedignas ou duvidosas; de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma mídia. (SCHMITZ, 2011, p. 9).

Segundo Lage, poucas são as matérias frutos de observação direta. As personagens ou instituições que testemunham ou participam dos eventos notícias são o que chamamos de fonte (LAGE, 2004). Lage divide as fontes em oficiais, oficiosos e independentes. As fontes oficiais seriam as mantidas pelo estado ou por instituições com algum poder de estado. As oficiosas seriam as ligadas a uma entidade ou indivíduo, mas que não são autorizadas a falar em nome dele. As fontes independentes são desvinculadas de uma relação de poder ou interesse específico. Uma segunda divisão das fontes seria em primárias e secundárias, as primárias garantiriam aos jornalistas o essencial de uma matéria e as secundárias seriam consultadas para preparação da pauta ou construção de premissas e contextos. (LAGE, 2004).

As fontes podem ser divididas ainda em testemunhos e *experts*. O testemunho seria quem presenciou o fato. Para Lage, este normalmente possui emotividade e é modificado pela posição da pessoa entrevistada. Os *experts* seriam, normalmente, fontes secundárias, que poderiam interpretar ou buscar versão para os fatos (LAGE, 2004).

Consideraremos fontes autorizadas as pessoas com função de representação institucional ou organizacional; fontes testemunhais aquelas que presenciaram o fato, participaram diretamente da sua causa ou sofreram as consequências dele; e as fontes do tipo *expert* (ou os especialistas) são as que dispõem de um conjunto de conhecimentos especializados e competências específicas.

Para Sponholz (2008), o papel do *expert* pode ser analisado tanto do ponto de vista sociológico quanto jornalístico. No primeiro caso, eles receberiam um determinado papel social que pressupõem uma competência específica. (SPONHOLZ, 2008). Já no segundo caso, o *expert* dentro do contexto jornalístico envolve pelo menos três questões: o papel do jornalismo na produção e distribuição do conhecimento, a exigência de qualidade

comunicativa e as rotinas produtivas.

A semelhança entre jornalistas e cientistas é que ambos seriam mediadores entre a realidade e o público, porém fazem isso de maneira diferente. (SPONHOLZ, 2008). O jornalista buscaria mais as questões singulares, enquanto a ciência busca os padrões e as questões universais.

Por isso, o jornalista pode alcançar um grau mais alto de conhecimento relativo a um fato ou a um acontecimento do que o cientista. Por outro lado, essa característica inerente faz com que o jornalista tenha dificuldades em reconhecer conexões e analisar processos. Nesse contexto insere-se o *expert* e o seu saber. Ele deve encaixar a peça que o jornalista encontrou no quebra-cabeça. (SPONHOLZ, 2008).

Ainda, de acordo com a autora, os *experts* podem ser utilizados: no jornalismo científico – para fornecer temas ou informações secundárias para repórteres que sejam especializados; nas coberturas de risco ou conflito – também para fornecer informações secundárias, mesmo que os especialistas não sejam especializados na cobertura geral de temas complexos ou confusos; para fornecer informações secundárias a jornalistas que nem sempre são especializados em ciência.

A diferença da informação passada por um *expert* é que ela não tem como ser comprovada. Quando um fato concreto acontece, o jornalista pode ir até o local ou achar outras informações que tornem possível a checagem desse fato. Já as informações passadas por *experts* não podem ser comprovadas intersubjetivamente.

A autora realizou um estudo sobre como os jornais brasileiros de circulação nacional escolhiam *experts* para a cobertura de temas polêmicos, quais informações esperavam dessas fontes e como retratavam esse tipo de informante. O resultado foi que a maioria dos jornalistas procurava sempre os mesmos *experts* e não confrontavam suas informações com a de outras fontes. (SPONHOLZ, 2008).

Carvalho (2011), que também estudou as relações entre fontes e jornalistas no contexto das mudanças climáticas, considera que as interações entre as duas áreas são marcadas pela diversidade de interesses, objetivos e lógicas, assim como o cenário de disputa de campos que já citamos aqui. Para o jornalista, são essenciais as informações relevantes passadas pelos atores sociais sobre determinado assunto. Já pelo lado dos atores sociais, eles também buscam a visibilidade midiática para si ou para as duas ideias sobre um fato, o que pode aumentar a sua credibilidade e notoriedade. Embora, às vezes, aconteçam conflitos, para a autora as relações são marcadas normalmente por colaborações. (CARVALHO, 2011).

Na busca de objetividade e neutralidade, o jornalista não pode mais apenas dar

opiniões sobre os fatos. Ele precisa passar credibilidade para o seu leitor e para isso utiliza as fontes que podem garantir informações exatas. Segundo Steele (1995), os jornalistas, desde as últimas décadas do século XIX, utilizam fontes para adicionar credibilidade ou autoridade para as notícias. Recentemente, a objetividade passou a ser quase que uma norma profissional adotada pelos jornalistas, ou seja, uma norma que segundo eles está implícita no seu trabalho, embora diversos setores da sociedade argumentem que isso não é feito na prática. Mesmo assim, isso contribui para o uso de declarações de especialistas em coberturas.

Apesar da busca pela objetividade no jornalismo, autores como Genro Filho (1987) nos lembram que o jornalismo vai muito além disso. Para o autor, cada disciplina científica constrói os fatos com os quais trabalha. Os fatos jornalísticos seriam a menor universidade de significação e não podemos pensar neles de maneira ingênua:

Sabemos que os fatos não existem previamente como tais. Existe um fluxo objetivo na realidade, de onde os fatos são recortados e construídos obedecendo a determinações ao mesmo tempo objetivas e subjetivas. Isso quer dizer que há certa margem de arbítrio da subjetividade e da ideologia, embora limitada objetivamente. (GENRO FILHO, 1987, p. 186).

Genro Filho acredita que o conhecimento da sociedade é uma criação conjunta entre objetividade e subjetividade. Isso porque os sujeitos humanos que têm margem de arbítrio sobre os fenômenos participam do que ele considera a indeterminação objetiva do universo. Porém, ao mesmo tempo em que o sujeito produz o seu objeto, também seria produzido por ele.

Ao produzir-se livremente nos limites da objetividade, ele produz a própria objetividade do mundo. Ou seja, o homem não só escolhe o seu destino ao atuar objetivamente sobre o mundo, mas também transforma o mundo à medida que escolhe seu destino, pois ele mesmo – corpo e espírito é parcela desse mundo. (GENRO FILHO, 1987, p. 188).

Levando em consideração o aspecto de que uma notícia é sempre um recorte da realidade, esse recorte seria sempre uma escolha. Uma escolha agregada pela matéria objetiva, substância história e socialmente constituída. (GENRO FILHO, 1987).

Embora a objetividade seja uma meta impossível, continua no horizonte do campo jornalístico na atualidade. Os jornalistas não possuem legitimidade em suas opiniões, logo precisam, entre outras estratégias, de fontes como os cientistas que as legitimem. (MIRANDA, 2003). De acordo com Tuchman (1999), a conquista da objetividade acontece

por meio de três fatores: a forma da notícia, as relações interorganizacionais e o conteúdo. A objetividade é vista pela autora como um ritual, ou seja, um procedimento de rotina com pouca relevância ou relevância tangencial para o fim procurado. A adesão dos jornalistas a este ritual seria obrigatória para neutralizar as críticas. O jornalista se cobra e está obrigado a desenvolver estratégias para que a notícia pareça objetiva, impessoal e imparcial.

O processamento das notícias não deixa tempo disponível para a análise epistemológica reflexiva. Todavia, os jornalistas necessitam de uma noção operativa de objetividade para minimizar os riscos impostos pelos prazos de entrega de material, pelos processos difamatórios e pelas reprimendas dos superiores. (TUCHMAN, 1999, p. 76).

Uma das maneiras de fazer isso é pelo uso de aspas. Tuchman (1999) argumenta que os jornalistas consideram que utilizar as aspas para citar a opinião de outras pessoas faz com que o jornalista se afaste da notícia. O jornalista acredita que “os fatos falam por si” e utilizar a fala de outras pessoas seria uma forma de fazer isso. Tuchman (1999) coloca que, ao acrescentar mais nomes e citações em uma matéria, o repórter pode conseguir que outras pessoas digam o que ele pensa sem que ele apareça na matéria. A matéria, por fim, é a interpretação do repórter sobre os fatos. (TUCHMAN, 1999).

Embora se busque a objetividade, fica claro que para acontecimentos virarem notícias eles dependem de um processo complexo, como a escolha das fontes. Antes de delimitar como as pessoas interpretarão os fatos, são os meios que definem o que será notícia. Hall et al. (1999) argumentam que são os meios que definem quais são os acontecimentos significativos e também oferecem interpretações sobre como compreendê-los.

Quando a mídia apresenta um fato e ferramentas para que a população possa interpretá-la, também apresenta as pessoas que nelas estão envolvidas. Hall et al. (1999) acreditam que isso não pode ser visto como pura conspiração, pois ignoraria totalmente a autonomia que de certa forma os jornalistas possuem. Apesar disso, por meio da observação da estrutura de produção de notícias é possível notar que os meios reproduzem as definições dos poderosos, embora não estejam diretamente servindo aos seus interesses (HALL et al., 1999). De acordo com a classificação de Hall et al. (1999), isso acontece por meio dos definidores primários e secundários.

O fato está sempre sujeito a interpretações. O jornalista não constrói uma notícia sozinho. Lage (2004) vai ao encontro das ideias de Hall et al. (1999) ao observar que é a fonte que formula a primeira representação que dará origem à notícia.

Hall et al. (1999) concordam que a origem do processo de utilizar fontes no jornalismo

está na objetividade, como colocam também os outros autores. São as regras profissionais que fazem com quem as notícias tenham que ser objetivas e autorizadas, ou seja, tenham informações de fontes com credibilidade, que normalmente estão ligadas a importantes instituições sociais.

Tais representantes industriais são dignos de crédito devido ao seu poder posição institucionais, mas também ao seu estatuto de representante: ou representam as pessoas (membros do parlamento, ministros, etc.) ou grupos de interesses organizados (como são agora considerados o TUC e o CBI). Uma última fonte acreditada é o perito: a sua atividade – a busca desinteressada do conhecimento –, não a sua posição ou representação, abona em favor da objetividade ou autoridade. Ironicamente, as próprias regras destinadas a preservar a imparcialidade dos media, e que se desenvolveram a partir do anseio de maior neutralidade profissional, servem também para orientar poderosamente os media nas definições da realidade social, que as suas fontes acreditadas – os porta-vozes institucionais – fornecem. (HALL et al., 1999).

Dessa maneira, a mídia reproduziria a estrutura do poder dominante (HALL et al., 1999). Miranda (2003) concorda com a visão de Hall e reforça as ideias de Bourdieu, de que é o processo de heteronomia (contrário de autonomia) que faz com que o campo jornalístico se submeta aos outros campos, por meio do reforço aos agentes e instituições que estão mais próximos do pólo comercial. A mídia não é, então, uma definidora primária dos acontecimentos noticiosos, mas ocupa um papel secundário graças às suas relações com o poder (HALL et al., 1999). Esse debate nos interessa sobretudo, pois, nas matérias sobre catástrofes, seguidamente os cientistas são os definidores primários, já que os testemunhos só conhecem uma parte da história e as fontes autorizadas, mais ligadas ao campo político, são questionadas por sua omissão.

Santos (1997) acredita que os jornalistas estabelecem uma hierarquização das fontes. Quanto mais importante a fonte for, mais direto será o seu acesso ao poder. Nesses casos, o jornalista pode até tolerar que a fonte seja arrogante ou cometa falhas (SANTOS, 1997). O objetivo é não perder alguém que pode lhe dar boas informações. Mas para o jornalista considerar alguém uma boa fonte, entre outros fatores, ela deve fornecer as informações adequadas com suficientes detalhes e respeitar a liberdade de imprensa e independência do jornalista. (SANTOS, 1997).

Na sua rotina diária de acesso a fontes, os jornalistas possuem o direito e dever de saber o que é interessante ou relevante para ser notícia, também escolhem quem vai ser fonte nas matérias. Isso gera, para Tuchman (1999), três generalizações por parte dos jornalistas: os indivíduos como fonte de informação têm interesses pessoais para defender e para ser



credíveis devem provar sua confiabilidade; alguns indivíduos estão em posição em que sabem mais que outras pessoas, embora tenham também interesses a defender sua posição, permite-os acesso a mais fatos; e, por fim, as instituições e organizações têm procedimentos para se defender e defender as pessoas em contatos com ela.

Além disso, as fontes não são apenas consultadas pelos jornalistas, elas também possuem grau de autonomia. Elas podem, por exemplo, tratar jornalistas de maneira diferente. Santos (1997) coloca que as fontes podem fazer distinção e agir diferente com jornalistas conforme a sua organização noticiosa. A fonte pode, entre outras coisas, garantir um acesso mais fácil ou mais difícil às suas informações. (SANTOS, 1997).

Assim, as fontes, sejam pessoas ou organizações, não terão relações totalmente isentas de interesses com jornalistas. Para Lage (2004), o resultado da consulta à fonte depende da intenção que ela atribui ao repórter, se achar que é uma ameaça, por exemplo, será parcimoniosa para responder aos questionamentos feitos. Já no caso de cientistas, por exemplo, eles podem achar os jornalistas não compreenderão algo e por isso serão redundantes e minuciosos. (LAGE, 2004):

O campo jornalístico passa a articular com os campos políticos, econômicos e sociais, sujeito às relações comerciais, às pressões do público, às ações dos jornalistas, aos interesses sociais, políticos e culturais. Então, as fontes entram nesse campo para fazer o seu jogo. (SCHMITZ, 2011, p. 8).

Santos (1997) nos lembra da relação entre fontes e jornalistas, que, assim como afirma Bourdieu (2002) sobre o campo, onde há lutas. Elas são motivadas, segundo o autor, por incerteza e irracionalidade, já que cada um dos lados não sabe as motivações do outro lado, o que geraria uma angústia para ambos.

Mas fontes e jornalistas mantêm estruturas homólogas, fábricas de criar e interpretar acontecimentos, com iniciativas próprias (relações públicas de um lado, construção social da realidade, de outro lado) e constrangimentos organizativos (tempo e espaço, seleção de eventos e classificação de aspectos, peso das fontes oficiais e hierarquia dos jornalistas e organizações noticiosas), o que implica certa previsibilidade de atuação. (SANTOS, 1997, p. 172).

Para o autor, as derrotas e vitórias estão presentes dos dois lados, em uma eterna disputa.

### 3.2.2 As fontes especialistas e as suas relações com a mídia

Para Bourdieu (2005), como já dissemos, quando um historiador responde a uma entrevista de um jornalista, não é apenas um historiador falando com um jornalista. Ou poderíamos também trocar o exemplo do historiador por um cientista, então não seria apenas um jornalista falando com um cientista, mas sim um cientista ocupando determinada posição no campo científico, que fala com um jornalista que ocupa determinada posição no campo jornalístico. Em última instância, isso seria o campo científico falando com o campo jornalístico.

Para explicar como a ciência e a mídia interagem na atualidade, vamos utilizar um exemplo de Beck (2010). O autor explica como os problemas ambientais se tornaram de conhecimento público, quando o movimento ambientalista parou de criticar casos específicos, como a defesa de uma área de floresta, para criticar industrialização de uma forma geral. Ou seja, a ciência já havia comprovado muito dos problemas ambientais decorrentes da industrialização, mas foi por meio de uma linguagem mais clara que a científica que foi possível atingir a compreensão do público em geral.

O movimento ambiental conseguiu mostrar os problemas do desenvolvimento contemporâneo e fazer com que a sociedade estivesse mais alerta para os riscos da industrialização, com ênfase nos riscos ambientais dela. Porém, por mais que a linguagem acessível do movimento ambiental tenha sido importante, essas questões não teriam atenção e respaldo do público caso não tivessem sido comprovadas por meio da ciência e ganhado atenção da mídia. O que é interessante analisar é como os problemas só são reconhecidos quando são legitimados pelo campo científico e divulgados pela mídia: “a ciência estipula os riscos e a população percebe os riscos”. (BECK, 2010, p. 69).

Essa percepção sobre os riscos, muitas vezes, torna-se difícil, tendo em vista que está ligada a processos que parecem muito distantes da população em geral, mas que fazem parte do dia-a-dia, como a industrialização. À mídia caberia o papel de simplificar a linguagem científica e aproximá-la do dia-a-dia da população:

Assim, a consciência do risco não é nem tradicional e nem laica, e sim uma consciência no fundo determinada e orientada cientificamente. Pois, para que se possa chegar a perceber riscos como riscos e convertê-los em referenciais para o próprio pensamento e ação, é preciso que relações causais, por definições invisíveis, estabelecidas entre circunstâncias no mais das vezes distantes entre si em termos objetivos, temporais e espaciais, assim como projeções menos especulativas, sejam tornadas críveis e imunes justamente em relação a objeções que sempre podem por ser interpostas. (BECK, 2010, p. 89).

Serra (2006) usa o termo “mediatização dos riscos” e argumenta que os cientistas são essenciais para esse processo, pois, ao mesmo tempo em que muitos riscos têm origem na ciência e na tecnologia, a luta contra eles também passa pela área científica. Beck (2010) concorda com o autor quando argumenta que são os especialistas que podem dizer o que devemos temer ou o que podemos fazer. Aqueles que são afetados pelo risco não sabem as respostas.

Em caso de desastres, aqueles que estão expostos ao risco, muitas vezes, dependem de informações de especialistas, ou de políticos que detêm conhecimento sobre esses riscos. A mídia seria útil nesse processo ao passar as informações que são importantes para as pessoas nesses momentos, ou então divulgando informações que poderiam prevenir ou evitar maiores problemas em um desastre natural.

Porém, na mídia diária, este é um tema que normalmente não recebe muita atenção. Esse tipo de assunto, para os jornalistas, enquadra-se mais no jornalismo científico, que costuma ser pauta de revistas ou cadernos especializados. Ele poderia também se enquadrar em uma especialidade recente do jornalismo: o jornalismo ambiental. Mas há também muitas discussões se o jornalismo ambiental não estaria dentro do jornalismo científico.

É interessante também entender as diferenças entre jornalismo e a divulgação científica. Elías (2008) separa jornalismo de divulgação científica, pois os seus enfoques são diferentes. Para ele, a divulgação apenas passa informações, enquanto o jornalismo deve contextualizar algo socialmente, tendo em vista o benefício social, enquanto a divulgação científica tem, muitas vezes, como objetivo beneficiar a fonte de informação.

Para o autor, o jornalismo científico é muito mais complexo que uma simples divulgação científica, embora essa faça parte dele. Ele acredita ainda, que do ponto de vista da mensagem, o jornalista especializado deve conseguir ter elementos suficientes para compreender o que dizem as fontes e colocar isso dentro de um contexto que faça sentido para o leitor. Além disso, o jornalismo científico exige uma explicação das causas e das circunstâncias, que só podem ser possíveis com uma adequada cultura jornalística e científica do redator. (ELÍAS, 2008).

Bueno (2010) também coloca que os públicos da comunicação científica e da divulgação científica são diferentes, o que pressupõem também uma abordagem diferente. Enquanto, a primeira seria endereçada aos pares, ou seja, dos especialistas para os próprios especialistas, os segundos não têm uma informação técnico-científica que lhes permita entender a linguagem científica. O segundo tipo, exige, então, uma decodificação da mensagem, para a qual podem ser utilizados diversos aparatos como ilustrações, infográficos

e metáforas, entre outros.

Ele também acredita que divulgação científica não é jornalismo científico, pois a divulgação científica extrapola o território da mídia. De acordo com o autor, o jornalismo científico compreende a veiculação de ciência, tecnologia e inovação, segundo os padrões jornalísticos. Bueno (2012) acredita que o jornalismo científico desempenha diversas funções. A primeira delas seria contribuir para o processo de alfabetização da ciência e da tecnologia. Esse papel atingiria aqueles que já deixaram a escola, mas principalmente aqueles que estão dela excluídos. A segunda diz respeito ao fato do jornalismo científico divulgado pelos meios de comunicação de massa promover a democratização do conhecimento científico. Dessa forma, ele promove o debate sobre temas importantes da ciência e tecnologia.

O jornalismo científico, segundo Bueno (2012), seria capaz ainda de convocar os brasileiros para a tomada de decisões, se for feito com compromisso e de forma ética. Assim, retiraria o poder exclusivo de decidir de uma elite. O jornalismo científico possui um caráter político e não partidário, pois permite que sejam mostrados os interesses envolvidos no financiamento, na produção, na ampliação da ciência e tecnologia, oportunizando, também, que centros de ciência, com investimentos públicos, prestem contas à sociedade.

De acordo com Elías (2008), o interesse pela ciência e pelos assuntos científicos tem diminuído na sociedade e isso, muitas vezes, é culpa também do jornalismo. As ciências, muitas vezes, são de difícil acesso e os jornalistas não conseguem transmiti-las de maneira compreensível para o seu público, outras vezes essa ciência está coberta por uma insegurança e perigo. Para Garcia e Barichello (2003), não há esforço tanto de jornalistas quanto de cientistas que promova uma aproximação. São poucos cientistas que estão dispostos a cooperar com jornalista e compreendem a importância da divulgação científica, assim como poucos jornalistas estão preparados para lidar com o tema.

Silva (2003) considera que o não entendimento entre o campo jornalístico e científico gera o que muitos autores consideram como uma grande perda para a sociedade:

Uma perda prática, intelectual e criativa. Ambas as culturas, científica e humanista, se auto-empobrecem quando se fazem de surdas, uma diante da outra, ignorando a diversidade e profundidade de suas diversas experiências intelectuais, afastando cientistas de não cientistas, e, de modo paroxístico, separando arte e ciência. (SILVA, 2003, p. 73).

Carvalho (2011) concorda com as essas ideias e coloca que as dificuldades da relação entre cientistas e jornalistas acontecem de distintas formas, pela dificuldade de acesso a investigações, compreensão de determinadas áreas e uma tensão entre imperativos comerciais,

rigor e interesse público. Os critérios de noticiabilidade e pressão temporal também não estariam alinhados com a epistemologia da ciência. (CARVALHO, 2011).

Embora, muitas vezes, seja difícil para o jornalista cobrir essa área, ela é muito importante para a sociedade. Elías (2008) considera que a comunicação do conhecimento dos especialistas é um dos pilares do progresso da sociedade. Para ele, não adianta haverem estudos na economia, na medicina ou na justiça se a população não tiver informações sobre os mesmos.

Para Silva (2003), as descobertas científicas e os estudos das ciências Humanas só se legitimam quando a sociedade se beneficia do resultado dos mesmos. Isso acontece não só com novos produtos tecnológicos, mas também com novos entendimentos teóricos. Garcia e Barichello acreditam que a função social do jornalismo é representada pela preocupação de situar a informação científica e tecnológica em um contexto mais amplo. Isso acontece ao se relacionar as informações às necessidades da população. A aproximação de cientistas e da sociedade, por sua vez, representaria a humanização da ciência:

Outro fator que nos faz acreditar que a notícia científica não deve surgir desprovida de um aprofundamento, explicações que a contextualizem e permitam ao leitor compreender o motivo de sua realização, a forma como as pesquisas são financiadas e os benefícios que seus resultados poderão trazer, é que ela vai contribuir na formação da opinião pública a respeito do tema. (GARCIA; BARICHELLO, 2003, p. 138).

Podemos pensar na Comunicação de risco como uma comunicação que precisa de uma relação entre diferentes campos, como o político, o científico e o jornalístico. Também podemos pensar no jornalista como um mediador dessa comunicação. É ele quem pode entrevistar o cientista, os órgãos públicos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, os políticos responsáveis por projetos nessa área em suas cidades e ao final, reconstruir os fatos para o cidadão.

Ao jornalista cabe o papel de mostrar como um tema que parece distante da realidade do receptor, como as mudanças climáticas, pode ter ligação direta na vida do receptor ou de sua região. Infelizmente, parece que comunicação e ciência ainda caminham muito distantes. Para isso, porém, do ponto de vista de Elías (2008), o jornalista precisaria se especializar ou seria preciso que os próprios especialistas conhecessem melhor o campo da comunicação. O autor é otimista e acredita que as duas possibilidades podem e devem coexistir.

A especialização ainda seria capaz de salvar o jornalismo, principalmente o impresso. O jornalismo explicativo, aquele que contextualiza os fatos, reconvertido em jornalismo

científico, salvou a imprensa de acabar, quando outros meios mais imediatos surgiram, tais como o rádio e a televisão. (ELÍAS, 2008). Seria essa mesma contextualização que poderia trazer um diferencial aos veículos, que, hoje, muitas vezes, têm sido marcados pela superficialidade e sensacionalismo nas suas coberturas, sendo vistos por isso com maus olhos pelos especialistas e também pelo público em geral.

Outro ponto importante no relacionamento entre a imprensa e a área científica é o cuidado dos jornalistas com termos científicos e sua maneira de transmitir isso para a população. Para Elías (2008), o trabalho do jornalista especializado pode ser comparado ao de um tradutor. É essencial o cuidado dos jornalistas para entender os termos e esclarecer suas dúvidas com os especialistas.

Embora o assunto seja importante, Elías (2008) nos lembra que a interação entre jornalistas e especialistas na área científica tem sido estudada sempre do ponto de vista linguístico e não de uma teoria da comunicação. O autor considera que são quase inexistentes os trabalhos sobre o assunto e que seria muito rico realizar uma pesquisa sobre duas áreas tão importantes para a sociedade.

Por outro lado, Bueno (2005) nos lembra que todas as fontes têm compromissos comerciais, políticos, ideológicos ou pessoais e que isso não deve ser desconsiderado no caso de fontes científicas. Para ele, essa lição tem sido esquecida no jornalismo científico. Os jornalistas não podem ser ingênuos ao achar que, por exemplo, em temas como transgênicos e licenciamento ambiental, as fontes serão sempre isentas. (BUENO, 2005).

Toda fonte é, em princípio, uma fonte comprometida e, portanto, mesmo (talvez fosse correto dizer, hoje em dia, sobretudo) na cobertura de ciência e tecnologia, é necessário estar sempre de olhos e ouvidos bem abertos. (BUENO, 2005, p. 2).

As fontes, muitas vezes, também promovem ações que possam chamar a atenção da mídia para algum assunto de seu interesse. Conforme nos lembra Santos (1997), as organizações têm a preocupação de criar e manter informações novas que possam circular. Além disso, possuem características proativas, antecipando dados e preparando informações que possam ser alvo do interesse dos jornalistas. Muitas vezes, o objetivo é reforçar a ideia de prestígio e reputação das organizações. (SANTOS, 1997).

Lage (2004) também abordam os interesses das fontes oficiais que, para ele, falseiam a realidade. O autor argumenta, ainda, que elas mentem para preservar interesses estratégicos e políticas duvidosas, seja para beneficiar grupos dominantes ou por corporativismo, militância, lutas internas ou poder.

Nesse sentido, Sponholz (2008) afirma que estudos empíricos mostram que o principal indicador para um jornalista procurar um *expert*, não é a sua produção científica, mas a sua posição hierárquica ou vínculo institucional com uma organização. Por isso, muitas vezes, os cientistas mais procurados são aqueles de universidades famosas ou diretores de instituto que já apareceram, outras vezes, na mídia. Bueno (2005) nos traz uma reflexão e solução para essa questão; para ele o bom jornalista deve saber identificar os interesses das fontes, para isso precisa estar disposto e atento.

### 3.2.3 Ciência e jornalismo

Em artigo sobre as relações entre a Ciência e a Imprensa, Schnabel (2003) observa que o jornalista Jim Hartz e o Cientista da NASA, Rick Chappell, no estudo “*Worlds apart*” da *Vanderbilt University in Nashville*, entrevistaram 1.400 profissionais da ciência e do jornalismo, e o que encontraram foi uma grande distância entre as duas atividades. Depois de pesquisar as mesmas relações entre o jornalismo e outros campos como o militar, a religião e a economia, eles concluíram que a área científica é a mais distante do jornalista. O que foi visto pelos pesquisadores se traduz como o resultado de uma certa ignorância dos jornalistas, combinada com uma arrogância dos cientistas, o que na conclusão do autor não permitiria uma boa convivência entre ambos.

A imagem da ciência na mídia, segundo Schnabel (2004), não seria exatamente negativa, mas, muitas vezes, exagerada, retratando cientistas como figuras heroicas. A ciência também pode ser vista como maligna e assustadora, o que acontece, muitas vezes, com temas como o aquecimento global ou os desastres naturais. Porém, essa característica de exagero da mídia não é apenas no campo científico. Schnabel (2004) explica que a mídia tem uma tendência para exagerar, tanto de maneira positiva quanto negativa, pois o nosso cérebro tenderia a esquecer argumentos não carregados de uma mensagem emocional. Essa técnica é utilizada pela mídia para atrair a atenção das pessoas independente da área de que a matéria trata.

As reclamações sobre a dificuldade de cobrir temas da ciência, há anos, geram esforços de uma nova compreensão da ciência. Dessa forma, os cientistas precisam melhorar seu relacionamento com a mídia, com iniciativas como: explicar seu trabalho de uma maneira simples e em uma linguagem acessível e, também, apontar o impacto dele na vida dos

receptores do conteúdo. (SCHNABEL, 2004).

De acordo com Lozano Ascêncio (1995), a ciência ocupa um lugar cada vez mais destacado na sociedade contemporânea, já que é ela que nos ajuda a entender a nossa cultura. Por isso, cada vez mais os indivíduos precisam de mais mensagens, de explicações e divulgações científicas. Para o autor, esse divulgar a ciência não se trata de aprender uma lição, mas dar um sentido a ela que esteja ligado com o contexto de quem recebe a informação, ou seja, semantizar de maneira legível o que a ciência e a tecnologia alcançaram e o que está inserido no dia-a-dia das pessoas.

Para Lozano Ascêncio (1995), a divulgação científica está ligada com interesses, sejam eles de empresas comunicativas ou científicas. O ponto de vista do autor deriva da ideia de que não é possível conceber uma explicação do mundo ingênua ou desinteressada, acreditando também que a divulgação massiva da ciência é uma forma de controle social. A divulgação científica, apesar de ser discursiva, não se encontra no âmbito da ciência, pois seu grau de complexidade é muito abaixo em relação ao que se chega a anunciar no discurso ou divulgação científica.

Para o autor, a ciência produz um conhecimento; este, por sua vez, reproduz-se, e o enunciado traduz o significado do conhecimento e da ciência. A aplicação da tecnologia na sociedade seria a intersecção ou o impacto entre o desenvolvimento do conhecimento, a mobilidade social e o sistema de comunicação. Mas o contato com a realidade está envolto pela linguagem, que serve para manter e criar as definições da realidade.

O discurso científico é definido por Lozano Ascêncio (1995) como a linguagem dos conceitos, das formulações e dos enunciados, suas noções buscam ser exatas mais na forma do que no fundo. Já a difusão da ciência é vista por ele como outro tipo de discurso, utilizado para o debate e a discussão. Ele a considera uma expressão mais “baixa” que a anterior e com conteúdo mais exato no fundo do que na forma, sendo também mais inexata nos conceitos e mais discutida pela área.

A divulgação da ciência como linguagem é a mais acessível e compreensível dos três gêneros conforme o pesquisador. Os conteúdos não pretendem ser exatos ou inexatos com a forma e o fundo, mas sim ter uma linguagem rica em significados, já que fabrica imagens e representações que correspondem a objetos e conceitos conhecidos. (LOZANO ASCÊNCIO, 1995).

O discurso científico surge em um contexto restringido, com destinatários com um nível educativo alto. A partir disso, ela discorre para públicos homogêneos ou heterogêneos (LOZANO ASCÊNCIO, 1995). A ciência, segundo Lozano Ascêncio (1995), é uma ferramenta



essencial para a democracia em época de trocas. O autor argumenta que a tarefa dela não é tornar mais científico e sim aprofundar a compreensão pública da ciência:

Essa forma de conhecer a ciência sem ser científicos, sem a necessidade de recorrer ao linguajar científico, nos fala, efetivamente, de uma democratização da cultura e da informação geral, porque usar ferramentas, precisamente ao leigo (aos que nos esquemas são heterogêneos, massivos e com níveis de preparação) significa conceber uma sociedade mais reflexiva, judiciosa e consciente. (LOZANO ASCÊNCIO, 1995, p. 110).

Para Silva (2003), o jornalismo científico poderia dar conta da tarefa de atender aos dois diferentes pólos, ou seja, conhecimento especializado e jornalismo, já que ele se configura como um campo de entendimento que é mediado pelas tecnologias de comunicação, mas também é uma prática social.

No próximo capítulo, pretendemos analisar como acontece na prática a intersecção entre o jornalismo e os especialistas. A análise acontecerá por meio de entrevistas com especialistas, utilizados como fonte pelo jornal Zero Hora. O objetivo é analisar como esses especialistas percebem e analisam a cobertura jornalística e a divulgação dos temas com os quais eles trabalham: clima, mudanças climáticas e desastres naturais.

## **4 A VISÃO DOS ESPECIALISTAS SOBRE A COBERTURA JORNALÍSTICA DE DESASTRES**

Como já vimos, a compreensão dos riscos aos quais estamos sujeitos depende da percepção que temos dos mesmos. É por meio do conhecimento especializado que avançamos no conhecimento desses riscos, mas a percepção e compreensão, por parte da população em geral, depende de uma comunicação que envolve os agentes sociais ligados aos campos político, científico e jornalístico. É por isso que neste capítulo iremos investigar qual a percepção dos especialistas sobre a cobertura jornalística de desastres naturais.

Selecionamos as nossas fontes de acordo com as fontes utilizadas nas matérias sobre desastres durante seis meses no jornal Zero Hora, de janeiro a julho de 2011. Dentro desse corpus, mapeamos o número de matérias que falam sobre desastres climáticos e quais são as fontes utilizadas pelo jornal, sejam pessoas ou organizações. Por fim, entrevistamos cinco especialistas de diferentes organizações: Central de Meteorologia do Grupo RBS, Cruz Vermelha, Defesa Civil, Bombeiros e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Também entrevistamos os jornalistas Humberto Trezzi e Carlos Etchichury, do jornal Zero Hora, e o jornalista e ex-editor da Editoria de Geral da Zero Hora, Diego Araújo. Todos eles possuem experiência com o tema.

A imprensa é o meio mais eficaz para que as informações dos especialistas cheguem até a população. A “Teoria do Espelho”, concepção que acreditava que o jornalismo seria apenas um espelho da realidade, foi uma abordagem utilizada para explicar o trabalho jornalístico, mas, com o tempo, acabou sendo refutada. Hoje, sabe-se que a notícia é socialmente construída e depende de múltiplos fatores. Nenhum discurso é construído isolado de outras concepções de mundo, seja do jornalista, do entrevistado ou das características do campo em que eles se encontram. O público, por sua vez, também terá leituras diferentes conforme suas experiências e conhecimentos prévios. Pretendemos buscar entender, em meio à complexidade da informação jornalística, como acontecem essas relações entre as fontes jornalísticas – os especialistas – e os jornalistas e qual a avaliação das mesmas sobre a informação jornalística produzida na cobertura das catástrofes climáticas.

Partimos do pressuposto de que, no caso das coberturas sobre catástrofes, os definidores primários são as fontes autorizadas, ligadas ao Poder Público, e os especialistas. Na maioria dos casos, como já percebido em uma das pesquisas do Grupo Estudos do

Jornalismo<sup>12</sup>, em andamento, os especialistas são os definidores primários e são, inclusive, os responsáveis por cobrarem ações do Poder Público. Num caso de urgência, cabe ao campo jornalístico se submeter a determinadas regras advindas dessa rede de agentes sociais e instituições que têm legitimidade para dizer o que é necessário informar ou alertar e para contextualizar o acontecimento.

Nesses casos específicos, a autonomia do campo jornalístico fica pontualmente restrita em função de uma rede previamente construída de agentes sociais e de atribuições pré-fixadas. E cabe aos veículos jornalísticos cumprir uma agenda básica de cobertura tecida previamente, com base nos preceitos do jornalismo cívico e cidadão.

Como coloca Carvalho (2011), a interpretação de fenômenos sempre acontece por meio de algum tipo de discurso. Essas interpretações são importantes para quem recebe o discurso, pois são responsáveis por definir a percepção sobre o mundo e também influenciar os processos de decisão e ação. A escolha das fontes jornalísticas, de certa forma, determina também a maneira como as questões serão vistas. É por isso que os atores sociais desenvolvem estratégias de comunicação para promover suas visões. (CARVALHO, 2011).

O processo de apresentação pública de dados, argumentos e pontos de vista (*claims-making*) é uma condição indispensável para que a atenção pública e política incida sobre uma questão. Ou seja, a visibilidade pública e política de uma determinada matéria ou domínio está dependente do facto de determinados agentes denunciarem o problema, falarem sobre o seu significado e o constituírem discursivamente como um risco. (CARVALHO, 2011, p. 44).

Como podemos notar, a escolha das fontes define muitas vezes a percepção da sociedade sobre um assunto. No caso de desastres, em que há vidas em jogo, é essencial que os jornalistas levem a opinião de especialistas em consideração. Por isso, optamos trabalhar com fontes. A nossa escolha pelo jornal Zero Hora justifica-se por ser um veículo de forte relevância no estado do Rio Grande do Sul e por termos uma maior facilidade de acesso a edições antigas e conseguirmos assim mapear as fontes utilizadas, o que não conseguimos fazer com veículos como o rádio e a televisão. Escolhemos, também, esse período por englobar dois grandes desastres naturais acontecidos no último ano: o deslizamento na região serrana do Rio de Janeiro - RJ, em janeiro, e as enchentes em São Lourenço do Sul - RS, no mesmo período. Os dois acontecimentos trouxeram destruição e prejuízos para as regiões

---

<sup>12</sup> O Grupo, que envolve professores, mestrandos e graduandos da UFSM tem trabalhado, mais recentemente, com a cobertura do meio ambiente, especialmente das alterações climáticas e catástrofes ambientais. Uma das pesquisas realizadas, com financiamento do CNPq intitula-se Testemunhos na cobertura das catástrofes ambientais<sup>12</sup> e dedica-se a refletir sobre o papel das fontes jornalísticas na cobertura de catástrofes.

afetadas. No próximo item vamos falar mais sobre o jornal Zero Hora.

#### 4.1 O jornal Zero Hora

O jornal Zero Hora faz parte do grupo RBS, fundado em 31 de agosto de 1957, por Maurício Sirotsky Sobrinho. O grupo é considerado uma das maiores empresas de comunicação do sul do país e é a mais antiga afiliada da Rede Globo. Segundo informações do site da empresa<sup>13</sup>, por meio das emissoras de rádio e televisão, jornais, portais da internet e iniciativas do meio digital, o grupo produz e distribui informações jornalísticas, de entretenimento e de serviços. Também é líder de audiência no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, nas mídias tradicionais dos segmentos nos quais atua.

Atualmente o grupo possui dezoito emissoras de TV aberta, duas emissoras de TV locais, 24 emissoras de rádio, oito jornais, onze produtos em plataformas digitais, uma empresa de eventos, operação móvel marketing, operação segmento rural, operação segmento jovem, operação *e-business*, uma editora, uma gravadora, uma gráfica, uma empresa de logística, uma empresa de produção executiva e a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho.

A visão estratégica da empresa é “Transformar a RBS em um grupo empresarial nacional, por meio do fortalecimento das operações regionais, da expansão para o mercado nacional e da aquisição de novas capacitações”.

Fundado em 1964, o jornal Zero Hora, segundo informações da empresa, é o líder de leituras no Rio Grande do Sul. Embora fundado nesta data, o grupo RBS só assumiu o controle do jornal em 1970. O Zero Hora possui formato tabloide e foi criado pelo empresário Ary de Carvalho, herdeiro da edição gaúcha do jornal Última Hora. Até então, segundo informações do livro “Comunicação é a Nossa Vida”, feito pelo próprio grupo RBS em homenagem aos seus 50 anos, o jornal tinha elementos sensacionalistas. A virada veio então com a mudança de donos em 1970. Três décadas depois, ZH virou o jornal de maior circulação do país e o quarto entre os chamados *qualitypapers* do país.

A compra foi feita pelos irmãos Maurício e Jayme Sirotsky e o sócio Fernando Ernesto Corrêa. Na época, era o quarto jornal em circulação do estado. Mas se fortaleceu quando passou a buscar agilidade para encontrar o furo. Por isso, ficou conhecido como o jornal

---

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://www.gruporbs.com.br>>.

moderno “que não dorme”. Atualmente, possui 24 cadernos temáticos e mais de 60 colunistas. Também possui o modelo portal no endereço <<http://www.zerohora.com>>.

No próximo item mostraremos as matérias que trataram sobre desastres climáticos no jornal Zero Hora no período de janeiro a julho de 2011. Ao todo são dez edições com mais de cinquenta matérias sobre o tema.

Como já citamos, nosso trabalho dá continuidade às pesquisas já realizadas pelo Grupo de Pesquisa Estudos do Jornalismo (CNPq/UFSM), do qual fazemos parte. Entre eles, a Dissertação de Mestrado de Rubin (2012) “Da previsão do tempo às catástrofes naturais: os valores-notícia dos acontecimentos climáticos no jornal Zero Hora”. A dissertação, defendida em março de 2012, na Universidade Federal de Santa Maria, analisou os valores-notícia das matérias sobre acontecimentos climáticos no jornal Zero Hora. Na concepção da autora, o Zero Hora evidencia os efeitos que os acontecimentos climáticos provocam na rotina do leitor, porém, o homem aparece como vítima desses eventos. Em uma relação em que a natureza seria soberana e o sujeito apenas sofreria os resultados das transformações bruscas no tempo.

Rubin (2012) acredita que o Zero Hora não promove um debate aprofundado sobre a intervenção do homem na natureza. Os valores-notícias não englobam a problemática ambiental, por exemplo, mostrando problemas como a má ocupação do espaço urbano, o assoreamento dos rios, os locais de risco e a falta de políticas públicas. Assim, o jornal teria uma postura de isenção desses problemas, evitando tensões e operando dentro da dramatização e da espetacularização dos acontecimentos climáticos. A autora questiona, dentro desse panorama, qual o papel do jornalismo.

#### **4.2 Matérias sobre desastres no jornal Zero Hora**

Encontramos dez edições do jornal Zero Hora, no período pesquisado, que tratam sobre desastres. Elas tratam sobre os desastres no Brasil (na região serrana do Rio de Janeiro-RJ e em São Lourenço-RS), no Haiti, no Japão e na Austrália. Além disso, também incluímos uma matéria sobre mudanças no clima do Rio Grande do Sul, por ter ligação com o tema que estudamos. A matéria aborda sobre um estudo feito, que mostra que o clima no Rio Grande do Sul está mais severo. As temperaturas e as chuvas aumentaram nas últimas décadas.

As fontes especializadas utilizadas nessas matérias, entre as quais escolhemos nossos

entrevistados, são as seguintes:

(continua)

<b>Fonte</b>	<b>Número de Ocorrências</b>	<b>Data</b>
Defesa Civil	4	12 de janeiro; 13 de janeiro; 16 de janeiro; 12 de março
INPE	3	13 de janeiro; 11 de março; 13 de março;
Bombeiros	3	
Cruz Vermelha	2	14 de janeiro; 13 de março
Central de Meteorologia do Grupo RBS	2	12 de janeiro; 7 de fevereiro
Prefeito de Teresópolis, Jorge Mário Sedlacek,	1	13 de janeiro
Vice-Governador do Rio de Janeiro, Luis Fernando Pezão	2	13 de janeiro; 15 de janeiro
Bombeiro Ricardo dos Santos Loureiro	1	13 de janeiro
Presidente do Conselho Regional de Agronomia (CREA) do Distrito Federal, Francisco Machado	1	13 de janeiro
Ana Paula Guedes da ONG Arquitetura para todos	1	13 de janeiro
ONG Contas Abertas	1	14 de janeiro
Geólogo Jorge Pimentel	1	14 de janeiro
Companhia de Pesquisas em Recursos Naturais - RJ	1	14 de janeiro
ONU	1	14 de janeiro
Diretor do Departamento de Esgotos Pluviais, Ernesto Teixeira	1	14 de janeiro
Companhia Estadual da água	1	15 de janeiro
Diretor da secretaria nacional da habitação	1	16 de janeiro
Consultor da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul, Ibero de Mesquita Orsi	1	16 de janeiro
Betto Gril, ex-prefeito de São Lourenço	1	11 de março

(conclusão)

<b>Fonte</b>	<b>Número de Ocorrências</b>	<b>Data</b>
Brigada Militar	1	11 de março
Aeronáutica	1	11 de março
Marinha	1	11 de março
Coordenador-geral de agrometeorologia do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet)	1	11 de março
8° distrito de meteorologia	1	11 de março
Antônio Vieiro, professor do curso de Geologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1	11 de março
Joaquim Ferreira, Coordenador do Laboratório Sismológico da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1	11 de março
Geólogo Carlos Roberto de Souza, professor do Instituto de Geociências da UNICAMP	1	11 de março
Professor de climatologia e membro do Centro Polar e Climático da UFRGS, Francisco Eliseu Aquino	1	11 de março
John Cummings, porta-voz do departamento de Gestão de Emergência de Honolulu	1	12 de março
Modesto Ortiz, pesquisador em Ensenada		13 de março
Tarso Genro	1	13 de março
Agência Japonesa de Segurança Nuclear e Industrial	1	13 de março
Companhia elétrica Tokyo Eletrice Power	1	13 de março
Engenheiro nuclear e assistente de direção da Eletronuclear, empresa responsável pelas três usinas de Angra dos Reis	1	13 de março
Primeiro ministro do Japão, Naoto Kan	1	13 de março
Presidente do Equador, Rafael Correa	1	13 de março

Depois de mapearmos as fontes, escolhemos aquelas que apareceram um maior número de vezes no jornal:

<b>Fonte</b>	<b>Número de Ocorrências</b>	<b>Data</b>
Defesa Civil	4	12 de janeiro; 13 de janeiro; 16 de janeiro; 12 de março
INPE	3	13 de janeiro; 11 de março; 13 de março
Bombeiros	3	13 de janeiro; 14 de janeiro; 16 de janeiro
Cruz Vermelha	2	14 de janeiro; 13 de março
Central de Meteorologia do Grupo RBS	2	12 de janeiro; 7 de fevereiro

Também mapeamos os jornalistas que mais escreveram matérias sobre o tema dentro do jornal: Itamar Mello, Carlos Etchichury e Jocimar Farina. Entramos em contato com todos, mas só conseguimos entrevistar o jornalista Carlos Etchichury. Assim, entrevistamos também Humberto Trezzi, que também havia aparecido como autor de matérias sobre desastres, mas com menos ocorrências. Entrevistamos também o editor da Editoria de geral, até o ano de 2011, do Zero Hora, Diego Araújo.

Fazendo uma breve avaliação sobre o conjunto de matérias, já que o nosso objetivo não é avaliar ou analisar a cobertura por meio das matérias em si, chegamos a algumas considerações sobre as fontes que podem ser interessantes para o nosso trabalho. A primeira delas é que a maioria das matérias do jornal Zero Hora contam os fatos por meio dos relatos de testemunhas, e as fontes especializadas aparecem com muito menos frequência.

A segunda consideração a ser feita é a importância dos representantes do campo político, seja por meio de governantes ou da Defesa Civil, que embora sejam formados por pessoas especializadas, posicionam-se institucionalmente no campo político. Esses representantes do governo também aparecem em maior número do que os especialistas de outras áreas.

Em terceiro lugar, notamos que, nos seis meses analisados, apenas uma matéria abordou as moradias em locais irregulares no estado e o próprio jornal cita que ela foi fonte de sugestão de um leitor, o que nos dá pistas de o quanto são raras as matérias que trabalham a prevenção dentro do jornal.

Uma quarta consideração sobre as fontes utilizadas pelo jornal Zero Hora é que, talvez pela questão de muitos materiais hoje serem enviados por agências de notícias internacionais, notamos que muitas matérias utilizam fontes distantes geograficamente do estado. Também



notamos uma significativa representação das Organizações Não-Governamentais, um setor que vem crescendo na sociedade e um caráter de serviço das matérias, que mostravam como as pessoas poderiam ajudar as vítimas dos diferentes desastres.

### **4.3 A entrevista**

Em um primeiro momento, para uma pesquisa exploratória, realizamos uma entrevista informal, com a coordenadora do grupo Geodesastres Sul do INPE, Tânia Sausen, para entender como acontecem as relações entre os especialistas e os jornalistas. Nessa fase, levantamos algumas questões para embasar o roteiro das entrevistas definitivas.

Na primeira entrevista com Tânia Sausen, procuramos compreender como acontecem as relações entre os especialistas e os jornalistas e como ela avaliava a cobertura da mídia sobre desastres naturais com os pontos positivos e negativos. A partir dessa entrevista, criamos algumas questões norteadoras de análise da mesma, no futuro, a partir delas, definimos categorias para a análise de todas as entrevistas. Após verificarmos que a coordenadora do INPE integrava o rol de fontes especializadas utilizadas por Zero Hora, optamos por fazer uma segunda entrevista com ela. A partir de um roteiro estruturado de questões, utilizamos a técnica da entrevista em profundidade de caráter semiestruturada.

Segundo Lakatos e Marconi (1994), a entrevista é a técnica de pesquisa que utiliza o encontro de duas pessoas para obter informações sobre determinado assunto. Ela é utilizada para coleta de dados, diagnósticos ou para solucionar algum problema social. Ou seja, é uma conversação face a face utilizada como instrumento de pesquisa em diversos campos da ciência.

A entrevista pode ter diferentes objetivos; no nosso caso, o principal foi a determinação das opiniões sobre fatos, ou seja, conhecer o que as pessoas pensam sobre determinado assunto. (LAKATOS; MARCONI, 1994).

O tipo de entrevista escolhido por nós foi a entrevista semiestruturada. Construímos um roteiro para nossa entrevista (Apêndice A), mas também optamos por poder modificar esse roteiro conforme surgisse necessidade durante a entrevista.

A nossa entrevista também se caracteriza por ser uma entrevista em profundidade; conforme Duarte (2006), a entrevista em profundidade é uma técnica qualitativa que explora algum assunto por meio da busca de informações, percepções e experiências de quem é

entrevistado. Esse assunto é depois apresentado de forma estruturada. Consideramos esse tipo de entrevista ideal para o nosso trabalho, pois permite flexibilidade do informante e ao entrevistador ajustar as perguntas:

a entrevista em profundidade não permite testar hipóteses, dar tratamento estatístico às informações, definir a amplitude ou quantidade de um fenômeno. Não se busca, por exemplo, saber quantas ou qual a proporção de pessoas que identifica determinado atributo a empresa "A". Objetiva-se saber como ela é percebida pelo conjunto de entrevistados. Seu objetivo está relacionado ao fornecimento de elementos para a compreensão de uma situação ou estrutura de um problema. (DUARTE, 2006, p. 63).

Utilizamos como instrumento de coleta um gravador e anotações durante a entrevista. Após a entrevista, procuramos estabelecer questões norteadoras que organizassem o conjunto de informações. O fracionamento e a classificação, segundo Duarte (2006), constroem categorias com coerência interna, mas que estão inter-relacionadas.

#### **4.4 Quem são os entrevistados**

##### **4.4.1 Representante do INPE: Tânia Sausen**

Tânia Sausen trabalha há 37 anos no INPE e pesquisa os desastres naturais há cinco anos, desde 2007. A pesquisadora é da área de geomorfologia; fez a Dissertação de Mestrado sobre imagens de satélite para a qualidade de água em reservatórios e o Doutorado sobre modificações na forma do canal Rio Paraíba do Sul, provocadas pela ação do homem. Apesar de trabalhar há pouco tempo de maneira direta com desastres naturais, considera que de certa forma quem trabalha com geomorfologia está ligado ao tema.

A pesquisadora é coordenadora do núcleo de Pesquisa e Aplicação de Geotecnologias em Desastres Naturais e Eventos Extremos para a região Sul do Brasil, que se localiza no Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais - CRS, localizado em Santa Maria-RS. O núcleo visa à prevenção e mitigação do impacto causado por desastres naturais e eventos extremos.

Segundo Sausen, o núcleo resolveu trabalhar com a área de desastres, pois ninguém estava fazendo isso no Sul do Brasil. A região sul do Brasil é a segunda do país que mais

sofre desastres, atrás apenas da região sudeste.

Como é impossível trabalhar com todos os desastres naturais, ela e o resto da equipe do INPE analisaram, com base em dados da Defesa Civil e um mapeamento em 42 jornais, revistas e sites, quais são os desastres que mais acontecem. Pontuamos aqui uma primeira questão, a de que os próprios especialistas se utilizam de dados divulgados pelo campo jornalístico. Dessa maneira, concluíram que os dois tipos de desastres que mais ocorrem na região sul do Brasil são a estiagem e a inundação. Por meio de imagens de satélite, eles conseguem ver o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Paraná. Atualmente, trabalham com as áreas de risco em potencial e analisam o que poderia contribuir para minimizar os desastres.

#### 4.4.2 Representante da Defesa Civil: Tenente Coronel Adilomar Jacson Silva

Adilomar Jacson Silva entrou na Brigada em 1987, com 17 anos. Saiu da academia em 1990, onde se formou aspirante. Até o ano de 1995 trabalhou no policiamento ostensivo, em Uruguaiana. Também trabalhou em Santana do Livramento, São Gabriel e Porto Alegre. Como Bombeiro sempre fez parte do conselho da Defesa Civil e trabalhou em diversos desastres no momento da ocorrência e também na prevenção. Em 2010, foi nomeado na Defesa Civil regional. Em 2011, atuou como instrutor da defesa civil nacional. Em 2012, foi nomeado Tenente Coronel.

#### 4.4.3 Representante dos Bombeiros: Major Romeu Cruz Neto

O Major Romeu Cruz Neto entrou nos Bombeiros no ano de 1996. Atuou em diferentes desastres, entre eles as tragédias na região serrana do Rio de Janeiro, em 2010 e 2011. Também trabalhou em desastres de grandes proporções nos estados de Santa Catarina e Alagoas.

#### 4.4.4 Representante da Central de Meteorologia do Grupo RBS: Cléo Kuhn

Cléo Kuhn trabalha com a previsão do tempo desde 1980 e há mais de 25 anos transmite boletins em veículos do grupo RBS. É natural de Pelotas e se formou em meteorologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

#### 4.4.5 Representante da Cruz Vermelha: Débora Andressa da Silva

Débora da Silva é representante da Cruz Vermelha na área de abrigo temporário permanente em desastres. Participou de grandes desastres, como o da região serrana do Rio de Janeiro em 2011. Nos 42 anos da Coordenadora Estadual da Defesa Civil, Débora ganhou uma medalha, entregue pelo governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, aos 30 civis e militares que se destacaram em ações da Defesa Civil. Débora ganhou a medalha pela sua capacitação de gestores e participação em simulados, a partir do gerenciamento de abrigos permanente e temporário.

#### 4.4.6 Jornalista da Zero Hora: Humberto Trezzi

Humberto Trezzi é formado pela PUCRS e trabalha há 20 anos no jornal Zero Hora. Trabalhou com diversas coberturas criminais e de desastres. Como repórter especial, atuou em coberturas internacionais em locais como o Paraguai, Uruguai, Colômbia, Angola, Timor Leste, Haiti e Líbia, entre outros. Trezzi também fez curso para Correspondente em Áreas de Risco em Campo de Mayo, na Argentina, organizado pelas Nações Unidas. Humberto ganhou cerca de 35 prêmios de jornalismo, entre eles o Esso para a região Sul e diversos na área de Direitos Humanos.

#### 4.4.7 Jornalista do Zero Hora: Carlos Etchichury

Carlos Echichury é formado pela PUCRS e começou a trabalhar no jornal Zero Hora em janeiro de 2009 como correspondente de 63 municípios da região das missões. Nove meses depois, passou a trabalhar na Editoria de geral, em Porto Alegre. O jornalista já conquistou mais de 15 prêmios jornalísticos. Trabalhou no ciclone tropical Catarina, nas enchentes em Santa Catarina, em 2008, e outros desastres no estado.

#### 4.4.8 Jornalista do Zero Hora: Diego Araújo

Diego Araújo trabalha há 16 anos na Editoria de geral do jornal Zero Hora – editoria responsável pela cobertura de desastres. Durante 12 anos foi editor, sendo primeiro ou segundo editor da editoria. Há seis meses deixou de ser editor.

### 4.5 Análise das entrevistas

A análise das entrevistas está dividida em duas partes. A primeira diz respeito à lógica e ao funcionamento do campo jornalístico e abrange Valores-notícias, Apuração e Relação entre fontes e especialistas. A segunda parte busca estabelecer elementos para um protocolo de ação e está dividida em três partes:

- Antes: a necessidade da prevenção;
- Momento de crise: os cuidados e limites para os jornalistas em um desastre; e
- Após o desastre: a fiscalização jornalística.

A partir de agora, discutiremos aspectos relacionados à lógica e ao funcionamento do campo jornalístico.

#### 4.5.1 Lógica/funcionamento do campo jornalístico

##### 4.5.1.1 Valores-notícias

O processo de construção de um produto midiático, independente da linha editorial do veículo ou do meio de comunicação utilizado, costuma seguir alguns padrões básicos. O primeiro deles é a definição das pautas, ou seja, do que será notícia na edição daquele dia, semana, mês, etc. As notícias são fruto de diversos fatores: critérios históricos, sociais, econômicos, políticos, de mercado, interações sociais, entre outros.

As notícias também estão submetidas às avaliações dos anunciantes, dos leitores, das fontes e principalmente do próprio jornalista, que decide, a partir da linha editorial do veículo, com que olhar a notícia será construída. Seria ingênuo pensar na notícia apenas como a narração de um fato, pelo contrário, ao examinarmos a complexidade em que ela está inserida, percebemos que a notícia é produto de um jogo de forças e poderes, trata-se da reconstrução discursiva de um fato.

Mesmo assim, não podemos negar a importância do jornalista nesse processo. Embora o jornalista não construa a notícia sozinho, pois depende da opinião das fontes e da aprovação do editor, muitas vezes a decisão sobre o que é notícia é dele. É ele que também estará no local em que a notícia acontece, para apurar a pauta e construir uma matéria conforme o recorte da realidade que escolher. Assim, as notícias também serão determinadas pela formação e interesses do jornalista.

Apesar dos fatores citados, na busca de tentar entender como é definida a notícia, autores como Wolf (2003) defendem que o aparato informativo utiliza a noticiabilidade como um conjunto de elementos para administrar a quantidade, a qualidade e o tipo de acontecimento que será a base das notícias. Um dos componentes dessa noticiabilidade são os valores-notícias. Os critérios substantivos dos valores notícias estão divididos entre a importância e o interesse da notícia. Bons exemplos desses critérios, no caso de desastres, seriam a morte, a relevância, o inesperado e a dramatização.

Os especialistas têm diferentes opiniões para avaliar o conteúdo que é produzido pela mídia, tanto na escolha do que é matéria, como no foco que é dado para essas matérias. Por exemplo, para o Tenente Coronel Adilomar Silva, da Defesa Civil, a mídia atende ao apelo da sociedade. Além disso, se preocupa em produzir um conteúdo que venda. As imagens da

enchente são vistas por ele como esse tipo de conteúdo.

Se nós formos comparar, as imagens da enchente vendem mais do que as imagens da estiagem, porque elas são mais chocantes. As pessoas estão nos telhados das casas ou a correnteza está arrancando as casas. Em uma estiagem, que dura seis meses, em que o milho seca aos poucos, a plantação se destrói aos poucos, os poços secam aos poucos, não há uma imagem tão agressiva. (SILVA, 2012).

Tânia Sausen, representante do INPE, faz a mesma crítica; para ela o jornalismo dá ênfase a determinados assuntos em detrimento de outros, como acontece com a seca na Bahia. Economicamente a estiagem no Rio Grande do Sul afeta muito mais o país que a seca na Bahia, porém seria mais interessante mostrar as histórias trágicas do nordeste do que do sul do país.

A representante da Cruz Vermelha, Debóra da Silva, endossa essa ideia quando diz que a mídia de alguma forma “tem que vender” e o que dá mais “íbope” é a desgraça alheia. Porém, ela considera que mais importante do que retratar isso, seria fazer matérias de divulgação do trabalho das instituições envolvidas nos desastres. Enfim, matérias que fossem de esclarecimento para a população.

Tânia Sausen, do INPE, também considera que a mídia dá mais ênfase às mortes e desgraças, do que às informações que sejam mais contextualizadas. Ela cita como exemplos manchetes que mostram o número de mortos ou o valor de prejuízo na lavoura. Entretanto, não interessam os projetos desenvolvidos pelo INPE, como um mapa para prevenir desastres ou informações para que planejadores desenvolvam obras de prevenção.

“À mídia não interessa a prevenção” uma jornalista disse para mim com todas as letras, eu reclamei que a mídia adorava noticiar os desastres, mas que eles nunca tinham se dignado a comentar que a segunda quarta-feira de outubro é o dia nacional para a prevenção de desastre e ela disse: “isso não dá notícia, o que dá notícia é o desastre em si. (SAUSEN, 2012).

Ao mesmo tempo em que critica a programação da mídia, a pesquisadora reconhece o poder da mesma e coloca que ela tem “a faca e o queijo na mão” para mostrar atitudes educativas.

O Tenente Coronel dos Bombeiros, Adilomar Silva, possui o hábito de colecionar as matérias em que a Defesa Civil aparece de alguma maneira. Por meio da sua pesquisa, ele concluiu que elas mais relatam o que aconteceu do que buscam especialistas, mesmo após o desastre. Fazendo uma estimativa, ele constata que apenas cerca de 2% das matérias contam a

opinião de um técnico ou especialista que explicaria porque determinado desastre ocorreu.

Posso citar um exemplo, São Lourenço do Sul, no Rio Grande do Sul, evento de 2010. Nós tivemos 98% (de matérias) mostrando as casas alagadas, o número de pessoas que morreram, quem eram, onde estavam, como morreram, do que e o porquê. Apenas 2% mostravam um técnico do INPE, da meteorologia, dizendo porque que o rio subiu, porque São Lourenço foi alagada. Não mostrou que a lagoa represou a água, que na verdade em São Lourenço choveu muito pouco, onde choveu foi nas nascentes do rio. (SILVA, 2012).

O representante da Defesa Civil levanta também outra questão: o tempo dedicado ao assunto na mídia. Apesar de considerar o tempo pequeno, ele entende que isso se deve ao processo jornalístico e às rotinas produtivas. Para ele, o jornalista também faz parte da sociedade, então as matérias jornalísticas também refletem os interesses da sociedade, ou seja, sociedade e meios de comunicação se retroalimentam:

os meios de comunicação vão pautar a sociedade e a sociedade vai pautar os meios de comunicação, é meio como um engrenagem que se move. O jornalista alerta para o problema, mas a sociedade alerta o jornalista para esse problema antes [...] tu não vai ter duas páginas do jornal para falar da vida em Vênus se a sociedade não está preocupada em como os venusianos se reproduzem, como eles vivem. É meio que uma simbiose, o jornalista faz parte da sociedade e vice-versa. (SILVA, 2012).

As ideias do Tenente Coronel da Defesa Civil nos remetem às ideias de Genro Filho (1987), quando o autor explica que os fatos não existem previamente, mas são construídos. Ao mesmo tempo em que criam os fenômenos, os jornalistas são também parte do fenômeno, ou seja, estão inseridos e fazem parte de uma sociedade que cria seu conhecimento e seus fatos de maneira objetiva e subjetiva.

Quanto ao sensacionalismo, característica muitas vezes atribuída ao jornalismo pela população em geral, os jornalistas e especialistas também têm opiniões diversas. Débora Silva, representante da Cruz Vermelha, interpreta que a palavra sensacionalista é forte demais, mas que cada mídia quer mostrar um aspecto mais interessante e que chame mais a atenção na notícia. Tânia Sausen, do INPE, considera que o sensacionalismo não aparece na maneira de abordar, ou de expor as pessoas, mas sim, aparece nos números, em manchetes como, por exemplo, “Chuva mata 13”.

Para Sausen, não é culpa da mídia, mas isso é o que vende mais e se configura como um mercado que está acima dos próprios jornalistas. Débora confirma a opinião e acrescenta que esse aspecto não diz respeito somente ao tema dos desastres, mas faz parte da lógica de funcionamento do campo jornalístico:



Vende mais uma criança nua, como aconteceu no inverno passado, em uma das ilhas de Porto Alegre, do que a mídia se colocar dizendo para parar de doar roupa para aquele menino porque existe mais de cem (meninos) que vivem na mesma realidade que ele dentro das ilhas. Eu acho que a continuidade da informação é importante e não existe. A informação é solta e reflexo daquela cena, sem uma investigação real. (SILVA, 2012).

Como já citamos neste trabalho, autores como Beck (2010) acreditam que a cegueira em relação aos riscos tem relação com a racionalidade econômica. E como colocamos no começo deste item, o jornalismo assim como outras áreas da sociedade está também sendo orientado por vantagens produtivas. Assim como as outras áreas, o jornalismo depende de um rendimento econômico. E é isso que os especialistas enxergam na cobertura.

Cléo Kuhn, meteorologista da Central de Meteorologia do Grupo RBS, concorda que há outros fatores maiores que a mídia que fazem com que a cobertura seja de determinada maneira. Porém, ele aponta fatores diferentes e não apenas o mercado. O meteorologista entende que a mídia faz a cobertura que é possível fazer dentro de um país que não tem recursos para a meteorologia, pois não têm também para a educação e a saúde, áreas prioritárias. Kuhn julga que é normal que a meteorologia fique em segundo plano.

O Major dos Bombeiros, Romeu Cruz Neto, vê que a notícia para os jornalistas está acima de qualquer coisa, mas ele também constata diferenças culturais na atuação jornalística de acordo com a região. Por exemplo, em um episódio de desastre de que participou em Alagoas, ele observou que naquele território, a imprensa é mais preocupada com a tragédia em si, com a divulgação de mortos, etc. O aspecto positivo, como o trabalho das organizações, ações de defesa civil, ações de busca e ajuda humanitária, não teriam espaço. A ênfase está na tragédia.

Já durante os desastres na região serrana do Rio de Janeiro, o major considera que por ser um grande centro, a cobertura acontece de uma maneira mais tranquila e com mais qualidade. Para o Major, a imprensa tem um papel muito importante, pois ela tem o poder de potencializar o que aconteceu. Esse potencializar pode acontecer de duas maneiras: se as coisas estão ruins, a mídia potencializa para o ruim e se as coisas estão bem, a mídia potencializa para o bem. O problema que ele constata nesse processo é que se a situação está caótica, potencializar o caos não é uma coisa positiva.

Mas que informações relatar? O que abordar? Como não ser sensacionalista na hora de escolher a matéria, o viés, o título ou as fotos? O repórter da Zero Hora, Carlos Etchichury, lembra que não existe um manual de ética na redação sobre como agir em desastres, por isso depende sempre do bom senso do repórter na edição, que não deve expor demais as vítimas.

Os jornalistas concordam que o sensacionalismo é um assunto complicado de lidar, um limite tênue na matéria, já que não existe uma regra geral, nem do jornal. Contar a vida das pessoas, na visão de Etchichury, serve desde que aquela história tenha importância para o evento como um todo.

Eu lembro que, por exemplo, no caso de Blumenau, eu contei a história de uma família na matéria de domingo. Era uma matéria grande, de oito páginas, feita por mim e por Porto Alegre. Então, a tragédia foi recontada naquela matéria, e foi recontada por mim e pelos jornalistas de Porto Alegre a partir da daquela família. Eu recontei a história da família, que na verdade era um cara que tinha perdido todo mundo, só tinha ficado ele. Eu recontei a história dele, a história da família, dos mortos, como morreram e tal, e a partir daquele texto a gente recontou a tragédia. Então, não era o drama pelo drama, era um drama que tinha uma razão de ser. Tinha um fundamento. Nem sempre isso é possível, muitas vezes as histórias se impõem. Mas a gente tenta sempre ter um cuidado para não supervalorizar coisas menores ou coisas que podem expor alguém em demasia. (ETCHICHURY, 2012).

O jornalista da Zero Hora, Humberto Trezzi, concorda com o colega. Ele argumenta que tenta não adjetivar e dá um exemplo de como construir um texto que cause emoção pela realidade de que trata e que ele não considera que seja sensacionalista:

só se via a mão, uma mão pequena, com unhas ainda mal feitas, só via o bebê, brotando de dentro da terra, uma última tentativa de salvamento. É uma criança morta, mas não é sensacionalismo. Tu não precisa usar adjetivo. Eu usei algum adjetivo aí? Mão agarrada em uma boneca. Não precisa usar adjetivo. Tu poderia dizer que ela não tinha um metro, que os pais choravam e se escabelavam. Tem adjetivo aí? Não. (TREZZI, 2012).

Para o editor Diego Araújo, quem é sensacionalista nesse tipo de matéria será em todas as outras que escrever. Por isso, o jornalista deve só relatar o que aconteceu. Afirmção que revela uma concepção do jornalismo como espelho. Caso seja preciso, o texto será cortado pelos editores, por exemplo, se ele ficar piegas. Araújo avalia que essa atitude é necessária até mesmo para proteger o repórter.

Como podemos notar, os especialistas consideram que muitas vezes os jornalistas não abordam os desastres de uma maneira satisfatória, focando em excesso na questão das tragédias e das mortes, por exemplo. Os especialistas concordam que isso é feito devido ao mercado, porque essas informações vendem. Os leitores seriam então o principal motivo do estilo adotado nas matérias. Porém, ao mesmo tempo, acharam que o termo sensacionalista não seria exatamente a definição para as matérias jornalísticas. Sorribes e Rovira (2007), na busca de estabelecer propostas para um bom jornalismo no caso de situações de risco, lembram que a linguagem ou as informações dramáticas e as fotos de pessoas machucadas e

em sofrimento devem ser evitadas, assim como o sensacionalismo. Para eles, a mídia precisa evitar basear a cobertura em autoridades institucionais ou diretamente afetadas pela crise. Porém, Serra (2006), por exemplo, tem uma opinião diferente. Para ele, o sensacionalismo pode ser positivo se chamar a atenção para perigos.

Alguns dos valores-notícias citados no começo do texto, como a morte, o inesperado e a dramatização, parecem orientar o trabalho jornalístico, conforme a fala dos especialistas. Esse fato lembra-nos as considerações de Bourdieu (2003) sobre o silenciamento, ou seja, o fato da mídia mostrar como fatos importantes os “fatos diversos”, como notícias sensacionalistas ou que contenham sangue. Esses fatos não trariam nada de importante para o leitor e, pelo contrário, seriam perigosos por encobrir problemas importantes na sociedade. Seria o caso do choque pelo choque, sem levantar problemas.

Porém, os jornalistas se defendem dizendo que apenas utilizam as histórias para contar o que aconteceu e que os textos não se configuram como sensacionalistas ou dramáticos, apenas contam a realidade. E, ao contrário dos especialistas, não mencionam a lógica de mercado como importante para nortear a cobertura.

Apenas com a avaliação desse primeiro item, notamos os conflitos entre campos que existem na relação entre especialistas e jornalistas por terem capitais diferentes. De acordo com Bourdieu (2003) os especialistas têm o papel privilegiado na sociedade de falarem com os jornalistas. Porém, a palavra final do que será notícia ainda é dos jornalistas e editores. Embora o jornalista não construa a notícia sozinho, como nos lembra Tuchman (1999), a matéria é por fim a interpretação do repórter sobre os fatos.

Percebemos que os campos envolvidos em um desastre seguem lógicas diferentes, enquanto o campo científico trabalha com questões a longo prazo, com pesquisas e em busca de respostas às demandas da população, o campo jornalístico trabalha com uma informação imediatista que segue as demandas da população, mas também as lógicas do mercado. Conforme Carvalho (2011), a pressão temporal do jornalismo e a epistemologia da ciência não estão alinhadas.

Muitos autores já escreveram sobre essa “fragmentação” do jornalismo e criticam a notícia como mercadoria. Marcondes Filho (2007), por exemplo, argumenta que em termos econômicos hoje se investe mais dinheiro em disseminar notícias do que coletá-las, fato que leva a crise dentro dos jornais. Assim, o processamento da informação recebe maior atenção do que a valorização do jornalista para sair às ruas e captá-la. Dessa maneira se favorece o imediato em detrimento do profundo, que necessita de maior pesquisa elaborada: “as informações cruas têm ganho precedência sobre as mais trabalhadas, conduzindo a um

declínio da qualidade do produto final no jornalismo”. (MARCONDES FILHO, 2009, p.62).

Medina (2005) vê a informação como objeto de consumo, onde o sonho e a distração são imputados à mensagem, assim como elementos de realidade que se unem a um revestimento descomprometido e ainda o que a autora chama de “embalagem colorida” para atrair o consumidor. (MEDINA, 2005, p.40). Serra (2006) aponta como uma dificuldade da Comunicação de risco a mídia noticiar acontecimentos de forma fragmentada, não mostrando processos contínuos.

De acordo com Traquina (2004), mesmo com determinadas limitações, o jornalismo não pode reduzir as notícias à mercadoria ignorando assim a existência de ideais mais nobres do jornalismo, justo os ideais que os fornecem legitimidade. Dentro desse cenário das ideias “nobres” do jornalismo, aparece o compromisso cívico e ético que o jornalista deve ter.

Marcondes Filho (2007) concorda com isso e chama atenção para que as definições de Rothschild (1987), sobre o bom trabalho jornalístico, que deve primar por aquilo que fazia parte da concepção do jornalismo progressista e não corrompido: escrupulosa pesquisa, preocupação ampla com as circunstâncias e os processos em relação aos quais o fato deve ser relatado, descoberta dos problemas sociais, tomada de partido dos mais fracos e desprivilegiados, construção de uma opinião pública democrática e batalha para que todos tenham as mesmas chances e façam uso das instituições democráticas. Enfim, para os autores, a notícia jornalística não pode ser reduzida a uma mercadoria, mas deve cumprir um papel social e cívico. Porém, como afirma Bourdieu (2003), parece que o jornalismo é mais definido pelo valor comercial do que pelos valores “puros” da profissão. Trata-se do conflito, mencionado por Bourdieu, sobre os embates entre a lógica autônoma e a lógica heterônoma do campo.

Quais as informações que os especialistas acham que os jornalistas deveriam dar ou qual o foco que as matérias deveriam ter? Iremos abordar isso mais adiante, mostrando que os especialistas consideram que os jornalistas deveriam falar mais sobre a prevenção, adotar algumas atitudes em um momento de crise que incluem saber o que deve ser vinculado após os desastres. Por enquanto, vamos explorar um pouco mais essas relações entre jornalistas e especialistas na construção de uma matéria. No próximo item, falaremos sobre mais um ponto em comum que promova divergência na interação entre os jornalistas e os especialistas: a apuração, os erros e as informações equivocadas divulgadas na mídia.

#### 4.5.1.2 Apuração: erros e equívocos

A apuração faz parte do trabalho diário jornalístico. Ela pode ser composta por pesquisa, observação, entrevista, documentação e checagem. Porém, por diferentes fatores, nas rotinas produtivas jornalísticas, frequentemente os jornalistas não utilizam todas essas opções na construção de uma matéria. Assim, muitas vezes as matérias contêm erros de apuração. Esses erros não acontecem somente por falta de uma checagem final nas informações coletadas, mas também por falta de pesquisa, observação ou mesmo por dificuldade de entendimento de alguma informação passada pela fonte. A falta de rigor dos jornalistas na difusão de informações é identificada por Sorribes e Rovira (2007) como um dos principais problemas dentro da negociação de informação durante um desastre. Para os autores, os jornalistas precisam dar voz para os especialistas e disseminar conhecimento por meio de autoridades públicas e porta-vozes. Além disso, precisam garantir a precisão lexical.

Com exceção do meteorologista da central de meteorologia do grupo RBS, Cléo Kuhn, todas as fontes especializadas citam em suas falas que os jornalistas erram nomenclaturas ou divulgam informações equivocadas dentro da cobertura de desastres. Porém, notamos que o meteorologista já está absorvido pelo campo jornalístico, assim muitas vezes suas opiniões são diferentes das dos outros entrevistados.

O que podemos notar pelas entrevistas é que a mídia não costuma conhecer suficientemente os desastres. Dessa forma, não consegue tratar o assunto com um enfoque que os especialistas consideram satisfatório. Os erros acontecem em duas diferentes instâncias. Na primeira, eles ocorrem em função da falta de informações prévias ou falta de pesquisa no momento em que se apura ou se redige uma matéria. Então, o jornalista constrói as informações sem entender como acontece o desastre, como as instituições atuam nele e os termos técnicos utilizados pelas mesmas. Além disso, o jornalista não checa as informações com os especialistas antes de divulgar.

A segunda instância em que os erros acontecem é no momento de um desastre. Na pressa que faz parte das rotinas jornalísticas, os jornalistas muitas vezes não possuem a possibilidade de checar as informações ou não aceitam esperar mais tempo para divulgá-las.

Quanto ao primeiro erro, que diz respeito à falta de conhecimento e de checagem, os especialistas acreditam que eles poderiam ser evitados de diferentes formas. Para Tania Sausen, do INPE, como os jornalistas trabalham com as palavras, deveriam utilizar a definição correta de cada tipo de desastre. Para isso, poderiam utilizar glossários como o da

Defesa Civil ou mesmo o dicionário. Tânia acredita que a iniciativa teria que partir dos jornalistas, pois são eles que querem construir a reportagem. Mas, ao mesmo tempo, defende que os especialistas ao invés de ficarem “irritados” com os jornalistas, poderiam convidá-los com mais frequência para ir até as instituições para receber explicações. Outro problema que ela aponta, dentro dessa situação, é a falta de abertura dos jornalistas para receber as explicações.

O representante da Defesa Civil, Tenente Coronel Adilomar Silva, afirma que diversas vezes organizou cursos a distância para profissionais dos meios de comunicação, devido aos erros em relação às nomenclaturas. Os especialistas citam alguns erros comuns cometidos por jornalistas: confundir o que é situação de emergência e o que é estado de calamidade pública, o que é uma pessoa afetada e o que é uma pessoa atingida, diferenças entre furacão e vendaval e inundação e enchentes.

A Defesa Civil também costuma aceitar convites para palestras no meio acadêmico, como forma de divulgação do trabalho. Para a instituição, a importância de estar dentro da academia é preparar as futuras gerações para o papel que irão exercer no futuro como jornalistas, o que poderia tornar a sociedade, como um todo, mais preparada e resistente aos desastres.

A questão da formação também é lembrada por outros profissionais. Para o meteorologista Cléo Kuhn, com o andamento das questões referentes ao clima, o ideal seria que as faculdades de jornalismo ou meio de comunicação preparassem com conteúdos básicos os alunos que vão trabalhar com isso.

Para os bombeiros, se os jornalistas fizessem os cursos oferecidos por eles, isso ajudaria não só na compreensão dos termos técnicos, mas também na criação de um vínculo com a instituição. Os cursos, como por exemplo, o de BREC<sup>14</sup>, não teria como objetivo preparar os jornalistas para agir nessas situações como, por exemplo, tornando-os aptos para socorrer uma vítima, mas os ajudaria a entender o trabalho e a atuação da instituição em um momento de crise. O Major Romeu também acredita que ter pessoas especializadas nesse tipo de cobertura seria importante. As ideias do representante da Defesa Civil, Tenente Coronel Adilomar, vão ao encontro da fala do representante dos bombeiros:

---

<sup>14</sup> É um termo muito utilizado pelos bombeiros e significa Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas.

A partir do momento que tivermos mais profissionais dedicados ao estudo desses temas, além de criar uma relação pessoal, mais próxima com os órgãos de defesa civil, quer sejam municipais, estaduais, nacionais e até internacionais, os jornalistas também vão ter mais propriedade para elaborar sua matéria, com mais fundamento, não só no uso de termos corretos, mas também na própria questão de elucidar as falhas e apontar sugestões. (SILVA, 2012).

O Tenente Coronel considera ainda que o especialista em qualquer área consegue ter um aprofundamento maior em determinado assunto. Ele elucida que no país a especialização jornalística já é uma realidade em diferentes áreas. Assim, o mesmo poderia acontecer dentro da Comunicação de risco.

Para a Cruz Vermelha, a mídia deveria ter um conhecimento sobre a rede dos desastres. Como esse conhecimento não existe, há muitas informações equivocadas passadas pelos jornalistas, o que têm nutrido outras informações equivocadas replicadas pela população.

Tânia Sausen, do INPE, considera que os jornalistas no Brasil “correm de um lado para o outro”, fazendo matérias sobre áreas muito diferentes e, assim, é impossível saber bem sobre todos os temas. Para ela, deveria ter uma pressão do próprio mercado para existir a especialização.

Já o repórter Carlos Etchichury pensa o contrário. Para ele, não há muitas dificuldades e erros. As dificuldades seriam resolvidas no momento da entrevista com o próprio entrevistado. Ele conta que costuma ligar e reler os textos para os especialistas para ter certeza se não escreveu nenhuma bobagem.

O jornalista e ex-editor de geral, Diego Araújo, não tem a mesma opinião do colega jornalista. Para ele, os erros acontecem sim. Ele constata que essa área possui muitos especialistas, por isso os mesmos acabam ligando para a redação e avisam ao jornal quando alguma informação que não está correta é publicada. Uma das causas apontadas por Araújo para os erros é a vergonha dos próprios jornalistas de perguntar e a dificuldade de cobrir temas muito diferentes a cada dia. Porém, o jornalista evidencia que quando isso ocorre é feita a correção conforme indica o código de ética. Essa opinião contraria a apreciação emitida pelo Major dos Bombeiros, que argumentou que os jornalistas não têm essa preocupação.

O jornalista Diego Araújo entende ainda que os erros refletem a necessidade de se ter jornalistas que saibam perguntar e tirar todas as dúvidas. Com uma sociedade que cada vez mais rejeita a falta de informações ou as informações equivocadas, essa se tornaria uma premissa da própria sociedade para os meios de comunicação.

Para o jornalista Etchichury, é difícil muitas vezes lidar com assuntos tão diferentes na

Editoria de geral. Porém, os jornalistas que trabalham na editoria se acostumam com essa rotina. Pela fala do repórter podemos perceber o quanto as fontes são imprescindíveis no contexto e no processo de produção jornalística:

e isso é muito frequente, mas isso faz parte da nossa rotina, é ruim isso, mas não tem muito como ser diferente. Um repórter de geral é isso mesmo. Tem uma frase que não é minha, eu já ouvi do Ricardo Stafanelli<sup>15</sup> aqui, mas eu acho que também não é dele. Enfim, em síntese: o repórter não precisa saber tudo, mas ele tem que saber quem sabe. Acho que isso é um guia para os repórteres, tenho que saber quem é o cara que sabe tudo sobre determinada coisa.

Em 2010, o estado de Santa Catarina sofreu fortes enchentes após um grande período de chuva. Durante o episódio, dois bombeiros do corpo militar do Rio Grande do Sul foram soterrados. O major dos Bombeiros, Romeu Cruz Neto, relatou que a mídia, diversas vezes, anunciou a morte de um desses bombeiros, sendo três vezes em programas de cadeia nacional<sup>16</sup>. A informação estava equivocada e ele não morreu. Além de trazer sofrimento para a família do bombeiro, o erro fez com que o Major tivesse que desviar sua atenção do trabalho que deveria fazer, para que pudesse atender a mídia.

O bombeiro relatou ainda, na entrevista, que acabou procurando um jornalista específico, com o qual já tinha uma boa relação, e disse que a partir daquele momento só passaria informações para ele. Isso mostra o que autores como Santos (1997) colocam sobre as relações de fontes. Elas podem tratar os jornalistas de maneira diferente ou mesmo garantir um acesso mais fácil ou mais difícil às suas informações. Ou seja, muitas vezes, elas que definem o que será matéria, como ressaltam Lage (2004) e Hall (1999): as fontes são quem formula a primeira representação que dá origem à notícia. Assim, os erros jornalísticos podem resultar em um difícil relacionamento entre imprensa e especialistas. Além disso, podem até mesmo impedir que informações importantes sejam passadas para a população.

Essas informações equivocadas, disponibilizadas durante um momento de crise, também acontecem pela pressa dos jornalistas de passar a informação. O Major Romeu relata que, se a informação não é passada para imprensa, esta acaba indo atrás e divulgando sem checar com as pessoas adequadas.

---

<sup>15</sup> Ricardo Stefanelli foi diretor de redação do jornal Zero Hora até fevereiro de 2012.

<sup>16</sup> Informação retirada do texto do Soldado Milton Pitahn em um blog na internet, em que ele relata a história do seu soterramento e a repercussão na mídia. Disponível em: <[http://www.google.com.br/#hl=pt-BR&output=search&client=psy-ab&q=desastre+em+Santa+Catarina&oq=desastre+em+Santa+Catarina&gs\\_l=hp.3..013j0i30.10357.13302.0.13419.26.11.0.4.4.0.531.2727.2-2j1j3j1.7.0...0.0...1c.1.BNIzt-Nsly4&pbx=1&bav=on.2,or.r\\_gc.r\\_pw.r\\_qf.&fp=f69692f7900db17a&biw=1280&bih=675](http://www.google.com.br/#hl=pt-BR&output=search&client=psy-ab&q=desastre+em+Santa+Catarina&oq=desastre+em+Santa+Catarina&gs_l=hp.3..013j0i30.10357.13302.0.13419.26.11.0.4.4.0.531.2727.2-2j1j3j1.7.0...0.0...1c.1.BNIzt-Nsly4&pbx=1&bav=on.2,or.r_gc.r_pw.r_qf.&fp=f69692f7900db17a&biw=1280&bih=675)>.



Hoje eu até entendo, em uma ocorrência eu tenho vontade de o quanto mais rápido possível poder ajudar a salvar. E quando tu é repórter tua motivação é um pouquinho diferente, mas o princípio é o mesmo: dar o máximo de informação sobre aquilo ali. Então uma coisa é: “nunca negar informação”. Mas também passar a informação mais correta possível. (SILVA, 2012).

Como podemos perceber pelos relatos dos especialistas, quanto aos erros jornalísticos, uma das principais reclamações dos mesmos em relação ao trabalho jornalístico, são causados por diferentes fatores. Por um lado, as rotinas de produção obrigam os jornalistas a lidarem com assuntos diferentes, como argumentam tanto jornalistas quanto especialistas. Para os jornalistas, isso faz parte do trabalho, já para os especialistas, uma formação mais específica em determinados assuntos é visto de uma maneira benéfica.

Essa ideia vai de acordo ao que alguns autores como Elías (2008) pontuam. Para ele, os jornalistas precisam se especializar ou os próprios especialistas deveriam conhecer melhor o campo da comunicação. O autor ainda vê o trabalho do jornalista especializado como o trabalho de um tradutor, assim ele entenderia os termos e esclarecia as dúvidas com os especialistas para informar melhor a população. Ideia partilhada por Sorribes e Rovira (2007), que também consideram que uma boa maneira de melhorar a relação entre jornalistas e cientistas seria por meio de um intérprete ou alguém que seja treinado para passar as informações.

A informação científica é uma informação muitas vezes de difícil compreensão, porém, a sociedade precisa dela para promover o desenvolvimento social. De acordo com Bourdieu (2004), os campos devem acumular o máximo de autoridade para transformá-la em força política, ou seja, a área científica deve utilizar seu trabalho para interferir nas demandas sociais.

Mas o que vemos pelas entrevistas é que isso não tem acontecido; por falta de tempo ou por outros fatores, muitas vezes os jornalistas não têm conseguido entender e repassar a informação recebida pelos especialistas de uma forma que eles consideram correta.

Os especialistas apontam soluções para isso. Mesmo que os jornalistas não se especializem em determinados assuntos, algumas outras estratégias podem ser utilizadas: a aproximação, a realização de cursos, a pesquisa em materiais das instituições e sobre as instituições. Assim, na hora do desastre, os jornalistas teriam conhecimento para entender o que está acontecendo, procurar as pessoas certas e informar de maneira correta. Perkins e Izard (2010) nos lembram o exemplo do ciclone tropical Katrina, em que, embora os jornalistas tenham cometido muitos erros, também conseguiram dar informações quando elas eram quase impossíveis e assim puderam salvar vidas. Para eles, os jornalistas abandonam seu

papel tradicional e depositam os seus sentimentos nesse tipo de cobertura.

No próximo item vamos abordar a relação entre jornalistas e especialistas e mostrar aquilo que os especialistas consideram como o ideal: um trabalho feito em conjunto.

#### 4.5.1.3 Relação entre jornalistas e especialistas: a necessidade de um trabalho conjunto

Nas últimas duas categorias, tratamos sobre a produção jornalística de matérias que envolvem desastres e os erros e equívocos das mesmas. Agora, vamos aprofundar como acontece a relação entre especialistas e jornalistas, os pontos negativos e positivos apontados por ambas as partes. Como afirma Bourdieu (1997), o campo jornalístico é definido por leis próprias, mas também pela sua interação com outros campos.

Podemos perceber, pelas outras categorias, que há conflitos nas relações entre os campos. Definimos que esse conflito gera em torno do capital simbólico, ou seja, o conjunto de reações sociais de um indivíduo ou grupo. (BOURDIEU, 1997). Esse capital simbólico para Bourdieu (1997) está acima dos demais, é uma propriedade valorizante que permite o reconhecimento.

Dentro desse tema, vamos começar abordando a questão climática inserida no jornal Zero Hora. Após, trataremos sobre essa relação das fontes com especialistas e por último sobre o trabalho conjunto que os especialistas consideram como a maneira ideal de trabalhar com os desastres.

Segundo o jornalista e ex-editor do Zero Hora, Diego Araújo, a questão climática sempre teve um grande peso dentro do jornal Zero Hora, tendo em vista que no Rio Grande do Sul há diferentes fenômenos naturais. Um mesmo município pode ter neve, chuva, frio e calor em um pequeno período de tempo. Assim, o clima é uma pauta quase cotidiana no jornal.

O clima é ainda um tema de interesse aos leitores e ao jornal. Por esse motivo, o Zero Hora possui estações meteorológicas para todo o Rio Grande do Sul e Santa Catarina e uma página do tempo, como é tradição nos Estados Unidos. Quanto aos desastres, Araújo acredita que outubro de 2000 pode ser considerado um marco em que o assunto ganhou relevância no Rio Grande do Sul, devido ao tornado de Águas Claras<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> A noite de 11 de outubro de 2000 ficou marcada como a noite dos tornados. Diversas cidades gaúchas foram atingidas por pedras gigantes de granizo, funis de vento e precipitações torrenciais. Disponível em: <[http://www.metsul.com/secoes/visualiza.php?cod\\_subsecao=28&cod\\_texto=309](http://www.metsul.com/secoes/visualiza.php?cod_subsecao=28&cod_texto=309)>.

Para tratar sobre o clima e episódios de desastre, o Zero Hora costuma ter algumas fontes fixas, são elas: Somar Meteorologia, INPE, Centro de Previsão do Tempo e Estudos climáticos do INPE (CPTEC), 3º Distrito de Meteorologia, Pesquisadores da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), entre outros.

O jornalista Carlos Etchichury conta que a redação possui uma agenda virtual com todos os contatos de fontes, é por essa agenda que eles se guiam para trabalhar. O trabalho é dividido em duas partes: jornalistas que vão para a cobertura no local, onde buscam contar história e relatar o que enxergam, e os jornalistas que ficam na redação, que têm como função buscar informações mais analíticas.

Para escrever a matéria, a primeira busca é por explicar o fenômeno como, por exemplo, apurar o quanto choveu. Nessa parte, são consultadas diferentes fontes; primeiro os meteorologistas, depois outras fontes como as já citadas e geólogos, geógrafos, sociólogos ou outros profissionais que possam ajudar a entender o contexto da situação. Segundo o jornalista, as próprias fontes quando acontece um desastre já esperam pela procura dos jornalistas.

Tanto o jornalista Etchichury, quanto o ex-editor, Diego Araújo, concordam que a relação com as fontes costuma ser boa, porém alguns especialistas possuem uma opinião diferente em relação a isso, como veremos adiante.

Para o meteorologista do grupo RBS, Cléo Kuhn, os jornalistas ainda irão se aprofundar mais na questão climática. Não só na parte técnica do tempo, mas principalmente em como passar a informação para o público de uma forma que ele entenda e para que a informação não cause pânico na população. Segundo ele, às vezes as notícias são dadas mais para assustar do que para informar as pessoas.

A meteorologia não erra muito, a meteorologia tem dificuldade de comunicação. Por quê? Porque tu tem um cara que é meteorologista fazendo a previsão e tu não tem um alguém fazendo a divulgação, tem tudo para dar errado e dá. (KUHN, 2012).

O meteorologista argumenta, ainda, que o ideal seria que os jornalistas trabalhassem junto aos meteorologistas. Porém, isso atualmente não acontece em muitos locais. Ele analisa que seria preciso ter jornalistas para fazer a divulgação ou ter um centro de divulgação nos institutos governamentais de meteorologia. O papel dos jornalistas seria tornar as informações mais acessíveis para a população. Para ele, falta alguém no país que faça o “meio campo” e por isso a meteorologia não está acessível para a população em geral.

E também, não é que não tenha jornalista na parte da meteorologia, não tem meteorologista na parte da Defesa Civil também. Quer dizer que há uma situação de divulgação que é feita toda às pressas nessa questão de meio ambiente, de desastre. (KUHN, 2012).

Kuhn ainda questiona: para quê o governo forma jornalistas se não os utiliza na parte de divulgação? E analisa que o governo não parece se movimentar para trazer jornalistas para suas organizações, o que acaba acontecendo na iniciativa privada. Ele crítica a postura jornalística de ter muitas fontes pessoais e não fontes institucionais, pois seria preciso dar mais valor às instituições do que a algumas pessoas específicas que trabalham nelas.

O argumento de Kuhn, sobre o fato de que seria interessante que o governo tivesse mais jornalistas em suas instituições, vai ao encontro das ideias sobre comunicação pública. Para Brandão (2007), a comunicação pública ainda não é um conceito claro, pois possui diversas interpretações. Porém, a maioria dos autores compartilha da definição de Matos (2007); a autora considera que a comunicação pública é o debate que acontece na esfera pública entre estado, governo e sociedade, sobre temas de interesse coletivo. (KUSCINSKI, 2007). Assim, o estado teria uma transparência total e o cidadão poderia exercer o seu direito pleno de se informar e ser informado sobre assuntos de interesse público. Dentro desse papel, de acordo com Kuscinski (2007), o Estado deveria também instaurar políticas públicas voltadas para a democratização da informação.

Brandão (2007) entende que a comunicação científica, em determinados casos, pode ser uma modalidade de comunicação científica. Dois fatores identificariam as atividades de comunicação científica com a comunicação pública. O primeiro seria o fato de a comunicação científica ter se expandido de uma área tradicional da ciência da informação para a divulgação científica. Junto a isso se somou conhecimento e experiências acumuladas no campo da difusão da informação. O segundo fator faz referência ao fato de que essa produção e difusão do conhecimento científico incorporam preocupações sociais, políticas, econômicas e corporativas. Essas preocupações extrapolam a divulgação científica pura e fazem com que ela não possa ser orientada só para os próprios especialistas:

Entre esses novos horizontes, a preocupação com o papel social da ciência na sociedade, o aumento da competitividade entre equipes e instituições de pesquisa em âmbito nacional e internacional; os vultosos investimentos em dinheiro, tempo e a capacitação de pesquisadores, a premissa de que o acesso às informações de ciência e tecnologia é fundamental para o exercício pleno da cidadania; a necessidade de posicionar a ciência no se refere às decisões políticas e econômicas do país e, por conseguinte, a necessidade de legitimação perante a sociedade, o que significa despertar o interesse da opinião pública, dos políticos, da sociedade organizada e, principalmente, da mídia. Para isso, é crucial que o campo científico e o campo da mídia sejam cada vez mais próximos. (BRANDÃO, 2007, p.4 ).

Outro agravante nessa relação seria a ligação da previsão do tempo no Brasil com os *commodities* agrícolas<sup>18</sup>. As especulações relativas ao mercado do agronegócio têm aumentado e cada nova especulação provoca altas ou baixas nas ações, ou seja, o assunto envolve também dinheiro, e o meteorologista vê essa questão como algo bastante complicado.

Kuhn analisa ainda que, para ser feita a análise de um desastre, seria necessário ter pessoas que após analisarem o que aconteceu dessem explicações. Isso deveria ser feito dentro de instituições de pesquisa por pessoas que estão fazendo Mestrado ou Doutorado, que estariam aptas para fazer as análises. Ele argumenta ainda que o Centro Nacional de Previsão de Desastres que está sendo construído deve passar informações para todos os órgãos de informação e cada um divulga isso de acordo com o seu público alvo.

Quanto à relação entre jornalistas e especialistas, Kuhn considera boa a sua relação com os jornalistas dentro do grupo RBS, porém observa que não sabe como ela acontece fora, mas acredita que seja de atrito. Atrito, pois as pessoas não são acostumadas a trabalhar em equipe. Situação que, para ele, só vai se resolver com o tempo. Quanto mais tiver um intercâmbio entre os campos, melhor a situação ficará.

Um problema que ele observa é que, muitas vezes, os meteorologistas querem ser jornalistas e os jornalistas querem ser meteorologistas e isso complica as coisas. Ele também lembra que essas relações entre os dois campos são recentes e que a meteorologia no Brasil ainda está ligada a outras áreas:

Na hora que tiver mais divulgação da meteorologia por jornalistas, já vai melhorar bastante, o restante depois tem que ver, mas principalmente essa parte de divulgação. Tentar divulgar essa coisa mais facilmente, de uma linguagem mais acessível, tirar muito da linguagem aeronáutica que é o que funciona hoje na meteorologia do Brasil, porque ela surgiu na aeronáutica o pessoal usa os mesmos termos da aeronáutica. Hoje em dia, não tem nenhuma razão de tu passar a informação para os civis em uma linguagem militar. E não há motivo para tu passar a previsão no Brasil do mesmo modo que tu passa nos Estados unidos, como é feito hoje, porque os públicos são diferentes. (KUNN, 2012).

Os jornalistas teriam assim o papel de entender as necessidades de informação da população relativas ao clima, pois os meteorologistas não pensam nisso no seu trabalho. Serra (2006) nos lembra que uma das principais dificuldades da Comunicação de risco é que muitas vezes a linguagem utilizada para tratar o assunto não é de fácil compreensão para o cidadão

---

<sup>18</sup> *Commodities* (mercadoria em inglês) pode ser definido como mercadorias, principalmente minérios e gêneros agrícolas, que são produzidos em larga escala e comercializados em nível mundial. As *commodities* são negociadas em bolsas mercadorias, portanto seus preços são definidos em nível global, pelo mercado internacional. Existem quatro tipos de *commodities*: agrícolas (soja, algodão, borracha, café etc), minerais, financeiras e ambientais. Disponível em: <<http://www.agromundo.com.br/>>.

comum.

Para Kuhn, talvez a divulgação seja mais importante que a previsão em si. Uma informação mal passada, por exemplo, pode causar mais pânico do que a situação real.

É uma operação conjunta, mas com certeza fica mais fácil ter essa situação toda quando têm o pessoal que saia a campear e ver qual é a notícia que o pessoal prefere mais em determinadas regiões [...] é interessante sempre ter alguém para saber o que interessa mais para tal região, porque é muito pontual o interesse de uma região e é diferente do interesse da outra. Às vezes para uma região interessa que chova e para outra região não interessa que chova, então, às vezes a chuva pode ser uma coisa boa para uns e não tão boa assim para outros. (KUHN, 2012).

Assim como Kuhn citou o trabalho em conjunto como um grande benefício para essa questão no país, algumas instituições têm a mesma visão. Para a Defesa Civil, o trabalho conjunto com as instituições colaboradoras, como os institutos de previsão e meteorologia, tem sido cada vez melhor.

E o principal de tudo é que ao longo de alguns anos, hoje todos os integrantes da Defesa Civil conseguem ter noção da sua importância e reconhecer a importância dos demais. Percebe-se que ao longo da história em alguns momentos o meteorologista se achava mais importante que o bombeiro, o bombeiro talvez se achasse mais importante do que o agrônomo ou o geólogo. Hoje, se tem a compreensão de que todos são importantes neste processo, desde aquele que faz a prevenção, aquele que faz a parte da resposta, do socorro e aquele que faz a parte da reconstrução. (SILVA, 2012).

A Cruz Vermelha reforça essa opinião e coloca que a mídia também está dentro da rede do desastre. A representante da organização, Débora da Silva, explica como funciona o processo em um desastre: em um primeiro momento, é acionada a Defesa Civil; a partir deles, as outras instituições necessárias seriam também chamadas; o SAMU, para o socorro; a EPTC, caso fosse preciso desobstruir vias em Porto Alegre; a Brigada Militar, caso houvesse necessidade; e os Bombeiros, para resgates e salvamentos. A Cruz Vermelha no Brasil seria responsável apenas pelo gerenciamento de abrigo temporário ou permanente. Porém, em alguns casos também fazem arrecadação de doativos, roupas e ações afins que auxiliem a Defesa Civil.

A mídia entraria nessa rede, conforme Débora, para passar conhecimento, para pesquisar e achar meios de passar para a população em geral o que está acontecendo. Débora acredita que a mídia confunde muito o trabalho da Cruz Vermelha em outros países com o que é desempenhado aqui. Porém, a Cruz Vermelha tem um trabalho bem definido no país, que é o gerenciamento de abrigos temporários ou permanentes e por isso não se envolve com

outras ações no desastre:

Em desastres muda-se a forma de atendimento em de urgência e emergência. Isso é uma forma de esclarecimento que as pessoas poderiam ter. Por exemplo, saber que os voluntários da Cruz Vermelha não vão entrar na zona quente, que não vão lá tirar as pessoas com a mão, o que a gente vê nos países mais pobres. (SILVA, 2012).

Para o representante dos Bombeiros, Major Romeu, ainda há uma dicotomia entre a imprensa e os demais grupos que trabalham com desastres, o que para ela indica que as duas partes não parecem procurar o trabalho em conjunto. Por exemplo, na hora em que o jornalista precisa ter paciência para esperar pela informação.

O ideal para ele seria a imprensa sempre estar próxima. Assim, ela poderia ajudar a instituição, por exemplo, dando uma informação que seja necessária para a população ou para a própria instituição. Para ele, a função da mídia é ajudar e ao mesmo tempo “não atrapalhar”.

Então a imprensa tem um papel para mim fundamental hoje, isso eu aprendi. Só que ainda falta esse equilíbrio, saber trabalhar em equipe, entre imprensa e as forças da segurança ou as forças em um evento. Se tu também não concedes a informação, se tu demoras muito, a imprensa corre atrás, ela vai por si só. Dar a informação não impede de ela ir por si só, mas se tiver nota, se tiver release, desde o começo, se houver a preocupação em ter a imprensa junto, já acalma, as informações não ficam diferentes. (ROMEU NETO, 2012).

Ao contrário do que o Tenente Coronel Adilomar Silva, da Defesa Civil, argumentou sobre as instituições trabalharem cada vez mais unidas, Tânia Sausen acredita que ainda há falta de diálogo entre todos os campos e critica a distância da mídia da academia.

Vou te dar um exemplo, a Defesa Civil não fala conosco. Por mais tentativas que eu já tenha feito, ela também não fala com a imprensa. A imprensa também não entra aqui há um ano e meio, a última vez que apareceram aqui foi na inundação no Jacuí. A academia não fala com a imprensa, pois está muito ocupada e não tem tempo. Acha que basta publicar em periódicos científicos que todo mundo vai ler. Não, quem vai ler são outros cientistas, jornalista não vai ler. A maioria dos pesquisadores da academia se recusa a fazer textos com linguagem mais coloquiais, que seriam entendíveis por qualquer pessoa. Segundo: muitos se irritam quando os jornalistas não sabem os termos corretos. Aí eu acho que ao invés de ficar irritado com o jornalista deveria chamar o jornalista para vir aqui com mais frequência e explicar, aí está o problema, o jornalista também não é muito aberto para isso. (SAUSEN, 2012).

Podemos notar, pela declaração de Sausen, que as relações entre os campos envolvem muitos fatores. Como nos lembra Lage (2004), as relações entre fontes e especialistas nunca são isentas. Os especialistas muitas vezes já têm, como é citado pela própria pesquisadora,

uma concepção prévia de que o jornalista não usará os termos corretos. Por outro lado, o jornalista muitas vezes não está disposto a admitir que comete erros.

Sausen vê diferenças de um local para o outro em relação a isso; ela considera que em São Paulo (onde trabalhou antes) havia mais abertura para isso, mas que os gaúchos são “teimosos”. Assim, ninguém conversa com ninguém em um assunto que exige a ligação e conversa entre os diferentes campos: os tomadores de decisão, a imprensa e a academia. Para ela, precisamos vencer a inércia. Não existe uma “fórmula mágica” para que haja um diálogo entre os campos e sim uma vontade de que esse diálogo aconteça. Não há vontade política. Sausen também coloca que mais de uma vez já ofereceu fazer um seminário de um dia para a RBS em Santa Maria, sobre os diferentes tipos de desastres e como os jornalistas podem utilizar imagens de satélite para deixar as matérias mais interessantes. Segundo ela, não teve resposta positiva. As imagens que são colocadas nas páginas do INPE também não são utilizadas.

Ela acha que deveria haver um esforço conjunto entre todos os envolvidos, mas que no Brasil nada é feito como investimento a longo prazo, qualquer coisa que não dê um resultado imediato não é levado em consideração ou não serve. Segundo a pesquisadora, quando o INPE trabalha para mapear as áreas de risco em potencial, eles estão alertando os governantes sobre o que pode acontecer. A questão é que depende da vontade dos governantes tomarem atitudes, e, para ela, eles não estão interessados nisso, pois não se preocupam com a prevenção, já que ela não dá votos. Seriam as respostas imediatas que garantiriam os votos.

Em relação às campanhas feitas pela Defesa Civil, o Tenente Coronel Adilomar Silva considera que são bem recebidas pela mídia, pois ajuda na divulgação de medidas preventivas, opinião compartilhada pela Cruz Vermelha. A Cruz Vermelha coloca ainda que há um reconhecimento do seu trabalho, das ações sociais que são feitas e das homenagens recebidas. Por meio disso, a instituição acredita que o seu trabalho é reconhecido. Como vimos no estudo das fontes, diversas organizações buscam estar presente na mídia ou chamar a atenção dela para algum assunto, utilizando para isso determinadas ações. Nesse cenário, destacam-se as ONGs, como é o caso da Cruz Vermelha. Santos (1997) nos lembra que muitas vezes essas ações têm como intuito a busca de prestígio e reputação, como podemos observar quando a entrevistada fala em “reconhecimento”.

Dentro do tema fontes, a maioria das instituições considera que as fontes utilizadas pela mídia são corretas. Débora Silva, da Cruz Vermelha, por exemplo, acredita que a mídia utiliza fontes confiáveis ao escolher instituições como a Defesa Civil ou os Centros Meteorológicos.



Etchichury conta que o jornal também busca, além das fontes convencionais, trazer exemplos e situações diferentes. Por exemplo, na questão da seca, trouxe exemplos de Israel, dos Estados Unidos e da Europa e mostrou como esses outros países e territórios trabalham com a prevenção desses períodos.

O jornal também procura fazer um trabalho mais analítico, pois desde que surgiram os portais muitas informações são dadas na hora. Então, o jornal tem que achar um outro espaço, como com a utilização e cruzamentos de dados.

Para o jornalista Etchichury, é normal que existam conflitos, mas que às vezes as organizações dificultam o acesso dos jornalistas à informação:

Eu precisava fazer uma matéria de um desabamento, por exemplo. E tem informações que são simples e que podem ser prestadas: que horas foi o desabamento, como foi, quantas pessoas possivelmente estejam lá. Tu pega uns caras que são despreparados e acham que tu estas ali para complicar a situação, quando tu estas querendo saber informações básicas. Os caras te tratam mal, são arrogantes, o que é muito comum no meio policial em relação à gente, e acabam não prestando a informação. (ETCHICHURY, 2012).

Para ele, a relação com as fontes costuma ser boa e há uma parceria com as instituições com quem trabalham no momento do desastre. Porém, isso depende do comando. Para o jornalista, há muitos profissionais que não entendem que o jornalista quer contribuir e não prejudicar o trabalho deles. A opinião do jornalista está de acordo com a opinião de Pont e Rovira (2007), que indica que as autoridades devem tratar os jornalistas de maneira igual e devem perceber a importância da comunicação e do trabalho dos jornalistas.

Santos (2007) reforça esse conceito e explica que as lutas entre fontes e jornalistas são motivadas pela irracionalidade e incerteza, já um lado não sabe as motivações que estão do outro. Assim, quando um jornalista entra em conflito com o especialista, na verdade são dois campos com lógicas diferentes que entram em disputa.

Ao contrário do que colocam as fontes especializadas, o jornalista acredita que um assessor para realizar o trabalho de comunicação com a imprensa não seria benéfico, pois eles poderiam ter a tendência de minimizar as informações e até mesmo não divulgar algumas coisas. Assim, basta que o comando se organize e escolha um representante para falar com a imprensa. O jornalista enxerga que quanto menos processos para conseguir a informação melhor.

As opiniões dos especialistas e jornalistas nos levam a pensar em muitas questões. Em primeiro lugar, na questão da importância dos jornalistas, que são capazes de tornar a

informação do especialista uma informação acessível para a população em geral. Algo que foi colocado pelos autores que utilizamos em nosso referencial teórico como essencial, como Lozano Ascêncio (1995), Schnabel (2003) e Elías (2008). Todos eles explicam que o conhecimento científico é muitas vezes de difícil entendimento, mas que é o jornalista que pode trazer isso para a realidade da população, como argumentou Kuhn em sua entrevista.

É a divulgação e um conhecimento científico acessível que podem contribuir para o avanço de uma sociedade. Porém, como vimos, para que isso aconteça, é preciso que o campo jornalístico e o científico entrem em acordo sobre algumas coisas, ou melhor, é preciso que eles trabalhem de maneira unida. Autores como Serra (2006) argumentam que mídia e entidades responsáveis pela segurança pública devem trabalhar unidas para evitar o máximo de danos. Tanto os especialistas precisam ter calma e explicar as informações de maneira clara para os jornalistas, quanto estes precisam saber esperar a informação e perguntar novamente caso tenham dúvidas.

Aos jornalistas cabe também tentar estar sempre o mais bem inteirado possível do assunto que irá tratar. Como foi apresentado nas entrevistas, os jornalistas podem potencializar um acontecimento para o bem ou para o mal, por isso, é essencial que eles saibam como agir no caso de um desastre. Em outro item abordaremos como os jornalistas devem proceder durante uma crise, porém, agora, nos interessa demonstrar a importância do trabalho conjunto para a Comunicação de risco.

Outra discussão interessante gerada pelos depoimentos é o fato de ser benéfico ou não ter jornalistas dentro das instituições; para os especialistas é bom que tenham jornalistas para passar a informação de uma maneira mais acessível. Porém, para os jornalistas, por mais que eles reclamem dos comandantes de operação, é mais interessante falar com eles do que com alguém que poderia “minimizar” uma situação. Mas será que um jornalista que trabalha próximo a uma instituição, mas também conhece as lógicas de produção jornalística, não poderia atender melhor aos outros jornalistas? Essa é uma questão a ser pensada pela sociedade em geral, talvez ter mais jornalistas dentro das organizações de governo ou não-governamentais poderia facilitar a comunicação e simplificar processos, tornando a ciência um campo mais acessível para os jornalistas e para a sociedade de uma maneira geral.

Também vimos pelos depoimentos, uma nova tendência no jornalismo impresso de ocupar um papel mais analítico, tendo em vista a concorrência da Internet. Se o jornalismo busca ser mais analítico, uma das formas pode ser esse contato mais próximo com instituições e organizações que já são fontes, não só em um momento de crise. Essa ideia nos lembra o que Elías (2008) argumenta: a especialização é capaz de salvar o jornalismo. Como já

aconteceu em outras fases da história da imprensa, como quando meios mais imediatos, como a TV e o rádio, surgiram.

Quanto ao conflito dos campos e à necessidade de trabalho conjunto, cabem algumas reflexões propostas por Bourdieu. Pinto (2000) nos traz algumas noções importantes para compreender o pensamento de Bourdieu. De acordo com esse autor, a reflexão de Bourdieu sobre o campo permite compreender que um campo cumpre funções sociais externas, em especial uma legitimação de ordem social. Isso ocorre justamente pelo fato de que o campo segue uma lógica própria. Porém, como vimos aqui, cada campo tem sua própria lógica e se legitima perante a sociedade por causa dela. É essa legitimidade e autonomia que conferem ao campo sua eficácia simbólica.

Ao mesmo tempo, isso não gera, como nos recorda Pinto (2000), uma harmonia, pelo contrário, as lógicas de campos diferentes podem entrar em conflito. Assim, a autonomia acaba por ser resultado de lutas históricas. Entendemos que cada campo especializado precisa de autonomia e precisa definir as regras do seu trabalho, ainda mais em situações delicadas, como no caso de desastres. Porém, essa mesma situação exige um trabalho que necessita ser feito de forma conjunta. Por isso, é importante que os campos interajam e entre em acordo, embora seja fácil de observar que isso é difícil, pois significa alterar lógicas que justamente garantem a autonomia e legitimidade dos campos.

Estamos tratando aqui do que Bourdieu (2003) chama de capital simbólico, ou seja, o capital que se constrói na relação entre agentes. Esse capital é comum aos membros de um grupo, tendo em vista que é percebido e existe nas relações entre agentes. Ele surge na relação social entre um agente que possui propriedades e agentes capazes de perceber essas propriedades, reconhecendo-a e atribuindo-lhe valor. (BOURDIEU, 2003). Assim, especialistas e jornalistas reconhecem o capital simbólico que cada grupo possui e sabem que depende dele, porém, talvez por falta de diálogo, muitas vezes não conseguem trabalhar com esses capitais de forma benéfica.

Bourdieu (2003) enxerga que o mundo social é algo construído pelos agentes de maneira individual, mas também coletiva, por meio da cooperação e do conflito. Nesses conflitos, os capitais acabam sendo armas. Podemos dizer que a arma dos especialistas nesse caso é o seu conhecimento, necessário para solucionar os problemas dentro da Comunicação de risco. Como nos lembra Bourdieu (2000), as relações de comunicação são sempre também relações de poder que dependem de poder material ou simbólico que são acumulados pelos agentes e pelas instituições. Dentro desse contexto, os especialistas produzem a luta pelo monopólio da produção ideológica legítima. (BOURDIEU, 2000).

O capital dos jornalistas é trazer esse conhecimento para a sociedade. Porém, os jornalistas também exercem uma forma de dominação. Segundo Bourdieu (2000), nesse espaço os jornalistas se acham em situação de árbitro, utilizando as normas de objetividade e neutralidade que citamos no referencial teórico. Avaliamos entre especialistas e jornalistas uma comunicação desigual, em que a palavra final é do jornalista e dos valores editoriais da empresa jornalística.

Observamos, pelo nosso referencial teórico e pelas entrevistas, que ambas as atividades são igualmente importantes para a Comunicação de risco, sendo assim essencial que essa relação seja de cooperação e não de conflito. Afinal, como destaca Bourdieu (2000), o que está em conflito é o conhecimento do mundo social. Por meio dessas lutas, será possível conservar ou transformar o mundo principalmente pela mudança de percepção das pessoas sobre esse mundo. Assim, é essencial um trabalho de cooperação entre jornalistas e especialistas para tornar a percepção de risco acessível à população.

#### **4.6 Em busca de um protocolo de ação**

Como vimos no item anterior, há, do ponto de vista dos especialistas, muitos conflitos na relação dos especialistas com os jornalistas. Nesse item, pretendemos lançar algumas ideias colocadas pelos especialistas como importantes para um bom trabalho jornalístico na área de desastres, tendo em vista o que nos lembram autores como Cortiñas e Pont (2006) e Coma (2004) que dizem que a mídia, assim como outras instâncias, deve desenvolver protocolos para situações de crises. Além disso, esses protocolos devem ser respeitados no caso de coberturas que exijam comoção.

Dividiremos essas ideias em três partes: antes, durante e depois de um desastre. Sobre as ações que podem e devem ser tomadas pela mídia antes do desastre, ou seja, no período em que a crise propriamente dita ainda não aconteceu, a mais importante, na visão dos especialistas, é a prevenção. É sobre esse assunto que iremos falar neste item.

#### 4.6.1 Antes do desastre: a necessidade da prevenção

O Major Romeu Neto, dos Bombeiros, lembra que após os desastres em Santa Catarina, no ano de 2008, a sociedade em geral está mais alerta para o problema da prevenção. Uma das provas disso é a ênfase dada pelo Governo Federal ao assunto, por meio do foco em ações preventivas como forma de minimizar estragos causados pelos desastres que têm atingido o país, principalmente na última década. Neto acredita que o foco na prevenção é essencial, pois pode ser de grande ajuda em um momento de crise, como para colocar em prática ações de evacuação do local ou mesmo no monitoramento de locais de risco.

O Major dos Bombeiros cita como exemplo de ações que podem ajudar a minimizar desastres casos como os de algumas cidades do Rio de Janeiro, que já tem carros de som preparados para informar a população sobre a retirada de locais de risco, conforme seja necessário. Os locais que já são classificados como áreas de risco devem ter a chuva monitorada constantemente. As ações de busca e salvamento continuam sendo válidas, mas o trabalho se torna mais fácil se a comunidade envolvida em um desastre, ou mesmo a sociedade em geral, souber como trabalhar nesses casos.

Ainda, de acordo com Neto, a mídia tem a função de agir na prevenção de duas maneiras. A primeira é preparar para uma possível situação futura, quando as temperaturas e outras condições não favorecem os desastres. É preciso identificar ações que contribuam com o risco e evitá-las, como o desmatamento, o acúmulo de lixo em locais indevidos, etc. Essa seria uma maneira de fazer com que as pessoas façam relações entre as ações e suas consequências. A segunda maneira de a mídia ajudar na prevenção é relembrando episódios que já ocorreram.

As ideias do Major vão ao encontro das ideias de Serra (2006) que, como já vimos, argumenta que a mídia não deve agir só em momento de crise, mas também tornando riscos visíveis e colocando-os na agenda pública, para que se possa reduzi-los. Sorribes e Rovira (2007) concordam que os jornalistas precisam incluir informações de risco para áreas em que existem riscos para agendar a sociedade.

Um dos exemplos claros da importância da prevenção, para reduzir danos, está na dificuldade que organizações como a Defesa Civil e os Bombeiros muitas vezes enfrentam para conseguir retirar as pessoas de suas casas em áreas de risco, no momento de um desastre. Isso ocorre principalmente pela falta de percepção de risco dessas pessoas. Para o Major Neto, as pessoas não têm noção de risco. Elas acreditam que isso pode acontecer com os outros, mas

que não vai acontecer com elas. Mesmo estando em local de risco, a pessoa, de certa forma, busca bloquear a preocupação.

O Tenente Coronel Adilomar Silva, da Defesa Civil, concorda com isso e argumenta que muitas vezes as pessoas moram há dez ou vinte anos em uma casa e por isso acham que não vai acontecer nada com elas e com seu lar. Neto lembra que isso se deve a uma falta de percepção de risco no Brasil. Para ele, hoje não se tem um maior investimento na Defesa Civil no Brasil porque a própria sociedade não cobra isso.

Outras informações importantes de serem passadas, como relembra o Major dos Bombeiros, é informar operações técnicas que devem ser tomadas pela população em um momento de crise. Assim, de tanto ouvir ou ler sobre o assunto, em um momento de crise, a pessoa consegue se acalmar e saberá o que fazer. Essas informações seriam, por exemplo, relativas aos locais para onde se pode ir em um grande evento, os locais de abrigo, o que pode e deve ser retirado das casas, o que se deve levar, etc. O Tenente Coronel Adilomar Silva também acredita que a abertura de canais técnicos na mídia, principalmente no meio universitário, tem contribuído para a questão da prevenção. Além disso, os exemplos de países desenvolvidos, como o Japão, mostram avanços nessa área.

O que os especialistas argumentam é que não há como evitar os desastres, mas que cada vez mais há a possibilidade de minimização de danos; quanto mais a sociedade estiver preparada, mais ela vai ter capacidade de resistir e acabará sofrendo menos danos. A questão da prevenção também estaria ligada à credibilidade dos órgãos de meteorologia, que, segundo o Tenente Coronel Adilomar Silva, ainda é pequena. O motivo seria a falta de investimento, no Brasil, de satélites e radares, que são utilizados prioritariamente para o controle aéreo. Assim, o Brasil ainda necessitaria de muito investimento para ter uma previsão com maior eficiência.

Pega uma área de risco e uma grande previsão de volume de chuvas, quanto mais correta for, mais precisa essa informação, melhor a possibilidade de se adotar uma medida de evacuação, uma medida de retirada de pessoas, de se colocar as equipes de socorro de prontidão, de se colocar as equipes de reposta de sobreaviso. Por isso que nós precisamos ter um investimento mais volumoso na questão da detecção dos fenômenos [...]. Em países como o Japão, em que existe o perigo eminente de um abalo sísmico, tocado o alerta as pessoas sabem para onde tem que correr, qual é o seu lugar na fila, por onde tem que sair e qual é o local para o qual tem que se dirigir. Por que elas têm consciência disso, os órgãos que trabalham com isso também têm credibilidade, que se constrói também com a precisão dos mecanismos de previsão. (SILVA, 2012).

Tânia Sausen, do INPE, tem um ponto de vista um pouco diferente do da Defesa Civil.

Para ela, não adianta investir em equipamentos se não houver uma educação para a prevenção. Porém, o ponto de vista da pesquisadora é que a própria mídia não se interessa por isso, o que reflete a falta de uma “cultura da prevenção” no Brasil. Ao invés da “cultura de prevenção”, o Brasil teria uma “cultura do desastre”. Isso implica só se preocupar em arrumar os estragos depois que o desastre acontece:

o que adianta colocar um sistema de alerta de um milhão de reais, se as pessoas não são educadas para responder aquele alerta. Então não é só ter o alerta, é ser educado para ter o alerta. (SAUSEN, 2012).

Sausen acredita que deveria haver principalmente mais reportagens mostrando as atitudes positivas que são feitas para prevenir ou reduzir um desastre. Ela lembra que se gasta mais dinheiro para prevenir do que para se recuperar, o que tem um apelo econômico. Os indicadores sociais também ficariam mais positivos ao se prevenir um desastre. Para ela, a mídia não mostra por desconhecimento do assunto, mas por falta de interesse.

O Tenente Coronel Adilomar Silva, dos Bombeiros, concorda e acrescenta que os governantes não investem nessa área, pois não há cobrança da sociedade em geral. Essa cobrança também não aparece na mídia. Ele vê isso de uma maneira ampla e não apenas em desastres relativos ao clima, mas também de incêndios residenciais ou acidentes no trânsito. Ele mostra que essa cultura do “não acontece comigo” não faz sentido, pois nos últimos anos, no Brasil, os desastres têm atingido pessoas de diferentes localidades e classes sociais. No passado, talvez houvesse no país uma visão de que apenas moradores de localidades como morro ou favelas, ou então de classes sociais mais baixas, fossem atingidos por fenômenos como enchentes.

Silva explica ainda que isso acontece porque há cada vez mais áreas urbanizadas. Então, esses desastres se tornam também cada vez mais noticiados. Na região de Santa Maria, RS, por exemplo, a ponte sobre o Rio Jacuí<sup>19</sup>, que caiu em 2012, demonstra isso. Segundo Silva, em uma enchente normal, a área de extensão de alagamento para nós parece muito grande. Porém, aquela é a área do rio. Como o homem não preserva a mata ciliar, nem a mata nativa, planta e mora em locais onde ele não deveria, o número de pessoas envolvidas em desastres tem aumentado, situação que poderia mudar com uma maior prevenção.

Sausen também lembrou o episódio da ponte sobre o Jacuí em sua entrevista e o

---

<sup>19</sup> A ponte sobre o Rio Jacuí ligava os municípios de Restinga Seca e Agudo. Ela caiu no dia 5 de janeiro de 2012 devido à forte correnteza do Rio Jacuí, que estava acima de seu nível normal. Pelo menos 15 pessoas estavam sobre a estrutura no momento da queda. Dez conseguiram sair da água por conta própria ou foram resgatadas. Cinco desapareceram.

atrito que teve com uma jornalista por causa disso:

Por exemplo, teve uma menina aqui do Diário de Santa Maria, lembra quando deu aquela inundação no Jacuí? Eu disse para ela: eu só te dou a entrevista se tu disseres na tua reportagem que a culpa não é do rio, porque vocês dizem assim na reportagem “o rio invadiu a casa” e o rio não invadiu, se a tua casa acabou sendo inundada é porque ela estava em um lugar em que ela não deveria estar. Geralmente, as pessoas têm mania de querer construir a casa em um lugar em que ela não deveria estar, ao ponto que dê para por a mão para fora da janela e brincar na água do Rio, e depois acha ruim quando a casa inunda. Se tu disseres que a culpa é do rio, que o rio que está invadindo, que o rio está avançando, eu já não dou a entrevista. Aí ela disse “não, eu me comprometo”. Aí o título da reportagem saiu assim “A culpa não é do rio”. Então eu acho que é mais uma questão de postura, da própria editoria, do próprio jornal. E não é só aqui no Diário de Santa<sup>20</sup> Maria, são todos os jornais. (SAUSEN, 2012).

O representante da Defesa Civil, Tenente Coronel Adilomar Silva, lembra que a mídia também deve prestar informações sobre o trabalho das instituições que seja relativo à prevenção. Segundo ele, muitas vezes há um equívoco e a população em geral acredita que a Defesa Civil apenas leva cestas básicas ou retira pessoas de escombros no momento em que acontece uma crise. Porém, a entidade trabalha em diferentes momentos, que incluem a prevenção. Silva cita como um exemplo de avanço na questão da prevenção, por exemplo, as casas dos projetos habitacionais populares construídas no Brasil, que antigamente possuíam telhas muito finas, que acabavam sendo destruídas com eventos climáticos mais extremos. Porém, atualmente, por causa da atenção da mídia dada ao assunto, as casas já possuem telhas que conferem uma melhor proteção às casas.

Os especialistas concordam que o importante é que a mídia aborde o tema da prevenção de uma forma perene, ou seja, não apenas quando acontecem grandes chuvas, mas justamente no momento em que é preciso que as localidades que podem sofrer com elas adotem medidas preventivas. Adilomar Silva, que coleciona matérias de jornais onde a Defesa Civil é citada, mostra como isso hoje não acontece:

No mês de janeiro, fevereiro eu tenho muitas reportagem que falam sobre a Defesa Civil, em outros meses eu tenho uma ou duas matérias. Então, isso demonstra o que, quando se deveria estar mais pensando em Defesa Civil, que é no momento da em tese da tranquilidade, que é o momento em que deveriam ocorrer os investimentos, ocorrer as ações educativas, é o momento em que a mídia não dedica tempo para isso. (SILVA, 2012).

A Cruz Vermelha reafirma essa opinião e mais uma vez podemos ver um conflito

---

<sup>20</sup> O jornal Diário de Santa Maria, pertence ao Grupo RBS e foi lançado em 2002 na cidade de Santa Maria, porém a sua cobertura abrange 36 municípios.



entre os especialistas e a mídia, quando a representante da entidade, Débora Andres da Silva, observa que a mídia não aborda o assunto, pois para ela interessaria mais o impacto do desastre do que as ações de prevenção, cuidado e estudos. Essa seria a área em que a Cruz Vermelha mais atuaria. Entre as ações para isso estão cursos, treinamentos, multiplicação de conhecimentos, etc.

Como podemos notar pelas entrevistas, a prevenção é um tópico essencial dentro da questão de desastre, pois é por meio das ações preventivas que é possível obter uma boa resposta em um momento de crise. Os desastres relativos ao clima têm acontecido em diferentes partes do país, em diferentes épocas, talvez se a mídia dessas localidades tivesse chamado à atenção a população para a prevenção desses desastres a situação poderia ter sido diferente, tanto em relação a atitudes de governantes, como retirar pessoas de áreas de risco, como a própria consciência dessa população de estar morando em uma área de risco.

Muitas vezes, atitudes simples, como a citada pelo Tenente Coronel Adilomar Silva, da Defesa Civil, de trocar os telhados das casas populares por um material mais resistente pode evitar grandes danos futuros. Também, uma mudança de hábito da população em geral, como ter mais cuidado com o meio ambiente ou evitar acumular lixo em locais indevidos. No último item, percebemos que o trabalho para minimizar os danos causados por desastres deve ser feito de forma conjunta. Agora concluímos que esse trabalho só pode ser feito de forma conjunta se as pessoas envolvidas tiverem consciência da situação. Isso deve e pode ser feito por meio da prevenção.

#### 4.6.2 Momento de crise: os cuidados e limites para os jornalistas em um desastre

A Comunicação de risco, como nos lembra Serra (2006), está dividida em categorias. Ela é considerada *Normal*, quando a situação é de normalidade e se aborda um risco que pode acontecer em breve ou a longo prazo. Já a Comunicação de risco *de crise* é aquela que acontece imediatamente no momento de crise. É esta que iremos abordar agora.

A crise, ou seja, o momento em que o desastre propriamente dito acontece é sempre um momento delicado, seja para jornalistas ou para os profissionais que trabalham nas operações de busca e salvamento. Por isso, podem surgir muitos atritos. Perkins e Izard (2010) nos lembram que é comum haver muita tensão durante as situações de risco, tensão potencializada pelo fato de que os próprios jornalistas também são vítimas. Uma situação de

risco é sempre uma situação complicada para ambas as partes, como veremos a seguir. Em meio a esse contexto, é importante tentar achar algumas soluções para minimizar conflitos e harmonizar a convivência de profissionais especialistas e jornalistas nessas situações.

O representante da Defesa Civil, Tenente Coronel Adilomar Silva, opina que o jornalista não pode se colocar como um “estorvo” na ânsia de divulgar a informação. Ele tem que saber respeitar a área de risco, saber se posicionar e tem que ter uma linha franca e direta com a chefia do teatro de operações. Ele relembra um caso em que, em um sequestro, no momento em que um grupo de policiais ia entrar para resgatar a vítima, o sequestrador viu a imagem pela televisão e se preveniu para evitar que a polícia o pegasse. Mesmo não sendo um desastre, esse caso nos mostra como é importante que os jornalistas saibam como trabalhar com a informação em uma cobertura delicada, na qual há vidas de pessoas em risco.

Débora Silva, da Cruz Vermelha, constata que o importante é que os jornalistas tenham a noção exata de até onde eles podem ir na cena do desastre, pois em cada desastre há um local específico para a mídia, dentro do planejamento. Porém, às vezes esse local pode causar controvérsias. O Major Romeu Cruz Neto, dos Bombeiros, relembra que, durante um desastre no Rio de Janeiro, a equipe de Bombeiros reclamou muito do posicionamento de um grande grupo de comunicação nacional, que ficou em um local melhor que o do próprio comando de operação. A imprensa teria escolhido o local e não quis mais sair. O Major argumenta que o comando precisa de uma visão centralizada do que acontece, mesmo assim, nesse episódio, acabaram tendo que ficar em outra rua. Sorribes e Rovira (2007) já identificavam em seus estudos como um dos principais problemas dentro da negociação da informação, em um momento de desastre, o tratamento não igualitário dado aos meios de comunicação, fato que podemos observar nessa declaração do Major dos Bombeiros.

A representante da Cruz Vermelha, Débora Silva, explica que no gerenciamento de abrigos tem sempre alguém que é eleito entre os representantes para falar com a mídia, normalmente é o gestor do abrigo que irá passar as informações atualizadas. Porém, existe um tempo prévio para essas informações serem passadas. Ela explica que na primeira hora existe uma grande divergência de informações, muitas pessoas chegam e ninguém sabe muito bem o que está acontecendo. Débora Silva argumenta que não é que não haja organização, mas que aquele momento da chegada e do cadastramento das pessoas é um momento complicado de passar informação para a mídia. O Major Romeu Cruz Neto, dos Bombeiros, concorda com a opinião de Débora Silva. Segundo ele, na primeira ou segunda hora de um desastre, ninguém se acha e a situação é muito confusa.

O Major aponta que mesmo que existam assessores para lidar com a mídia, nas

instituições, muitas vezes, no momento em que um desastre ocorre, os primeiros a chegar são os Bombeiros, a Defesa Civil e a imprensa. Isso pode gerar um conflito entre imprensa e instituições:

De repente, tu (jornalista) estas de plantão pela imprensa, tu chegas quase junto comigo no desastre. O assessor não vai chegar junto. E tu vais começar a trabalhar. E eu também. Juntos. Daqui a pouco tu começar perguntar aquelas coisas assim [...]: “o que aconteceu?” Eu também não sei, eu cheguei junto contigo. Tem vítimas? Parece que sim, ou não. Mas quantas? Dá vontade de dizer, cheguei agora, cheguei junto. (CRUZ NETO, 2012).

Além disso, o Major afirma que muitas vezes os jornalistas acabam “falando mal” do comando por não saberem informar quantas vítimas o desastre tem, etc. Muitas vezes, também, os jornalistas passam informações que ainda não foram confirmadas e depois não corrigem. Isso gera até determinado “receio” dos agentes de passarem algumas informações para a mídia. Cruz Neto argumenta ainda que ele não pode deixar de fazer o seu trabalho para estar tentando, por exemplo, impedir os jornalistas de entrar em locais em que não poderiam entrar.

É complicado, eu vejo assim, conscientemente as equipes de imprensa tinham que entender isso, tinham que ter um acordo de cavalheiro entre as empresas de veículos imprensa, de respeitar. Não que a gente queira negar. Parte da própria equipe também, a gente não sabe ainda o que aconteceu, não tem certeza, não sabe qual o risco de uma réplica, do que pode acontecer, então às vezes parece que é sonegar, mas não é essa a intenção. (CRUZ NETO, 2012).

Apesar de algumas restrições ao trabalho da mídia, as instituições reconhecem a importância desse trabalho. Adilomar Silva, da Defesa Civil, considera que a sociedade está cada vez mais exigente para as informações e que é essa a sociedade que queremos: que não sonega informações e que não privilegia dados. Débora Silva, da Cruz Vermelha, defende que jamais a mídia deve deixar de passar informação. Porém, quanto ao tipo de informação passada, a Cruz Vermelha faz restrição ao nome dos mortos, ato que Débora Silva classifica como “arriscado e degradante”:

Imagina: tu está sentado na tua casa, assistindo televisão, e tu sabe que no bairro do teu familiar houve um desastre e ouve: “fulano de tal morreu”. Eu acho que poderia ser usado outro tipo de informação, houve tantas vítimas, houve mortos, mas não os nomes. Mas isso acontece até na TV aberta, na mídia em geral. (SILVA, 2012).

Além de causar pânico, já houve casos, segundo Débora Silva, em que foram

mostrados mortos e identidades diferentes. Ela considera que esses contratempos acontecem pela velocidade da informação e que essa informação, se possível, deveria ser humanizada, assim como é humanizado todo o atendimento feito dentro do desastre. Porém, ela entende que isso muitas vezes é um desafio para os jornalistas:

Tenho consciência que é difícil, mesmo porque, para alguns jornalistas tudo é novidade e assustador também. Então, acaba que por mais experiência que tenham, acabando passando um pouco dessa impressão pessoal, se envolvendo emocionalmente com o cenário. Porque não é fácil. Para todo mundo é um desafio. Claro que tem pessoas que são treinadas e já esperam um cenário, já se tem uma noção mínima do que se pode fazer em determinadas situações, mas dizer que é fácil, para ninguém é. Porque envolve vidas, eu digo na questão emocional principalmente, eu falo em coisas gigantes, assim como o que aconteceu em Nova Friburgo, eu creio que para quem trabalhou lá mudou a vida das pessoas. (SILVA, 2012).

O Major Romeu Neto, dos Bombeiros, confirma a opinião da representante da Cruz Vermelha. Ele reitera que é sempre complicado trabalhar em uma ocasião de desastre. Ele conta que quando estava sobrevoando Santa Catarina, no desastre de 2008, foi comentando com o comandante da operação que foi “rasgando” os manuais do curso dos bombeiros, pois por mais que seja feito o curso, o cenário real produz muito mais efeito. Ele diz que as instituições tentam estar preparadas e cada vez mais estão montando mais cursos e treinamentos específicos para isso. Porém, ele enxerga que parece que os desastres estão sempre sendo mais rápidos do que as instituições. Há dez anos, essa era uma temática que não preocupava, porém, hoje, é cada vez mais necessário que as instituições se adaptem a esse tipo de ocorrência. Seria importante, também, que os próprios jornalistas fizessem os cursos:

Por exemplo, aquele caso do repórter que levou um tiro na ação do RJ. Se ele tivesse feito um curso que a gente até vai fazer aqui, que é de APH (Atendimento Pré Hospitalar) tático, poderia ter evitado o acontecimento. Eu não vejo nenhum problema um pessoal da imprensa fazer esse curso. Primeiro, porque tu quer ir acompanhar as equipes de polícia, e isso está acontecendo muito, as equipes de repórter acompanharem as equipes de polícia. Então, às vezes, de repente um procedimento que tu possa ver ajuda. Porque é a tua vida que tá em jogo também. Ou até mesmo tu saber como andar em um local de dificuldade, ou que tem risco, saber se tu podes andar, não podes, se podes acessar, se eu posso botar lá minha câmera, meu avião, se meu helicóptero pode subir, se eu posso ir ali, se tá no meu limite, se eu tenho condições. Isso aí tu aprende em um curso, não é 100%, mas é muito melhor. Tu podes mandar uma equipe e ela pode ser soterrada, o mesmo risco é em uma equipe de reportagem, às vezes tá subindo e a gente nem tá sabendo, às vezes o melhor é que suba junto com a gente. Não é que a gente queira isolar, muito pelo contrário. (CRUZ NETO, 2012).

Para a representante da Cruz Vermelha, Débora Silva, passar a informação é um mal

necessário e com o tempo os especialistas acabam sabendo como lidar com isso:

Com o passar do tempo tu acaba tendo jogo de cintura para lidar com isso, a informação tem que ser passada, eu sei que existe pouco tempo para que isso vá para a mídia. As coisas não escolhem um momento para acontecer, então elas tem que ser divulgadas. E hoje com a internet então, é melhor que seja divulgada o quando antes por mídias confiáveis, do que por mídias paralelas. Mas às vezes atrapalha, como tudo que não faz parte do cronograma. (SILVA, 2012).

Como solução, o Major Cruz Neto, dos Bombeiros, pressupõe que se tiverem sempre informações passadas para a mídia, de dois a três *releases* ou notas por dia e reuniões com a imprensa, isso acalma a “vontade de dar informação”. Então, a ideia é que, sempre que possível, as organizações passem a informação e que os jornalistas tenham calma para esperá-la.

Segundo o Tenente Coronel Adilomar Silva, da Defesa Civil, nos momentos de crise, é por meio da imprensa que são expedidos os alertas. O Tenente nos lembra de uma referência de Serra (2006) neste trabalho de que a mídia é importante no momento de crise, pois pode veicular informações como alertas, recomendações e relatórios, tanto de entidades responsáveis quanto por meio de suas próprias apurações.

Além disso, em um momento de crise é preciso também que as organizações consigam ter a imprensa divulgando outras informações necessárias e mantendo um diálogo franco com as instituições, para que, assim, a imprensa possa esperar mais meia hora ou mais uma hora se for necessário e não precise cometer atos como romper o cordão de isolamento, pois haverá um profissional designado para passar as informações no momento adequado. Para o Tenente Coronel, é preciso que as organizações entendam o papel da imprensa em um desastre:

Então, o que ocorre, o que a gente observa, é que nos locais em que os órgãos de socorro não estão preparados para o convívio da imprensa, onde se coloca um profissional desqualificado, ou o comandante da ação de socorro do teatro de operações acha que não precisa da imprensa, que tem que esperar para dar a informação quando ele quiser, acontecem problemas. Se toda a sociedade tá voltada para aquela acidente, nada mais justo, nada mais normal que o repórter esteja ali querendo passar a informação mais exata, e na sociedade atual ninguém mais aceita mais que a informação seja omitida [...] claro que nós vamos ter, talvez maus profissionais por parte da imprensa, mas acho que isso são exceções. (SILVA, 2012)

Outro problema apontado por Silva, nessa relação, é que muitos profissionais utilizam esses momentos para aparecer, para ter promoção pessoal, muitas vezes sem conhecimento das informações que precisam ser passadas. Frequentemente, acabam passando informações erradas que podem prejudicar ou criar mais pavor e pânico. O principal cuidado colocado pelos especialistas, em um momento de crise, é não causar e espalhar pânico e tornar o

problema maior do que já é. Ter um jornalista pronto para trabalhar nessa área melhoraria a situação:

Todos os órgãos públicos tem que ter alguém, porque às vezes o comandante não é a pessoa mais qualificada e às vezes quem ta atendendo a ocorrência não é a pessoa mais tranquila para passar a informação. As próprias instituições estão investindo em contratar profissionais formados dessa área, a Defesa Civil do estado tem jornalista trabalhando junto a ela, então esse profissional tem uma relação pessoal com os demais colegas dos demais veículos de comunicação. E ele sabe o que divulgar, quando divulgar, quais os termos, quais os momentos. Claro, sempre seguindo a informação da sua coordenação, da sua chefia. O jornalista ele segue a informação da sua coordenação, da sua chefia. (SILVA, 2012).

Diego Araújo, jornalista e ex-editor da Editoria de Geral, conta que, a partir da enchente do Vale do Caí, começaram a acompanhar mais os fenômenos como desastres que envolvem o clima, que antes aconteciam mais em áreas não habitadas. Segundo ele, em 2004 essa situação chegou ao máximo com o ciclone tropical Catarina, a partir daí começou-se a discutir porque o Brasil não tem condições de prever fenômenos como esse.

Ele e Carlos Etchichury, jornalista do Zero Hora, explicam que quando esse tipo de fenômeno ocorre são criadas forças tarefas na redação, onde se reúnem vários editores e jornalistas que já estão acostumados com esse tipo de acontecimento e também já possuem informações prévias para tratar o assunto. Segundo Araújo, algumas pessoas dentro da redação se especializaram no assunto e fizeram cursos para trabalhar com o tema. Ele explica que, quando ocorre um desastre, quem está no local tenta reconstituir o que aconteceu e contar o drama das pessoas, enquanto o pessoal da redação costuma buscar um viés mais científico. Porém, imprevistos podem acontecer. Araújo relembra um caso em que não havia luz para mandar informações para o jornal.

Ele argumenta que não há como não se envolver em uma situação dessas, que é natural que o texto contenha emoção e que em alguns casos é até benéfico, desde que não comprometa a informação. Ele relembra que durante o ciclone tropical Catarina recebeu uma ligação de uma jornalista que estava muito abalada com o acontecimento. Eles acabaram utilizando o depoimento dela em uma matéria, como testemunho. Para ele é preciso entender que o jornalista também é vítima. Trezzi, jornalista do Zero Hora, discorda dessa constatação, pois para ele o jornalista não pode assumir o papel de vítima, como veremos mais adiante.

Para Araújo, o mais importante é que o jornalista não atrapalhe o trabalho das operações. Os jornalistas precisam também buscar o porta-voz da corporação. Ele relata que normalmente o próprio porta-voz vai ao encontro dos jornalistas, para dar informações sem

prejudicar o trabalho. Ele considera que o relacionamento costuma funcionar bem e que são raros os episódios em que não há alguém designado para falar com a imprensa.

Etchichury, repórter geral, conta que até pouco tempo atrás possuía uma mala na redação, para estar sempre pronto para sair da cidade ou do estado se a situação exigisse. A mala continha coisas básicas: galochas, escova de dente e uma muda de roupa. Como agora mora perto da redação, já não precisa mais deixar a mala lá. Porém, confirma que para os repórteres a regra é: a qualquer hora, a qualquer momento. Trezzi, também repórter do Zero Hora, conta que tem no armário do jornal equipamentos para estar sempre pronto para viajar: capas de chuva, bota de borracha, roupa de inverno e verão e um conjunto de artigos pessoais. Caso a viagem seja internacional, apenas passa em casa para pegar o passaporte.

Para Etchichury, fazer a cobertura de acidentes em geral é parecido. Se o acontecimento exige viagem, normalmente um grupo vai até o local na mesma noite em que o acidente ocorreu com a função de produzir a matéria para o dia seguinte, o dia posterior à tragédia.

Blumenau, começou com vários dias de chuva na cidade e na região. A gente começou a tomar conhecimento do que tava acontecendo no sábado de manhã, na verdade, no final da noite de sexta já começaram a surgir informações de que estava precária a situação em Blumenau. No sábado de manhã, a gente tinha mais elementos indicando que haveria algo diferente em Blumenau e no vale do Itajaí como um todo [...]. Os desabamentos começaram na noite de sábado e madrugada de domingo. A gente tomou conhecimento de que tinha um evento realmente muito diferente, de grandes proporções, e que o jornal tinha que se deslocar para lá, tinha que mandar gente para lá. Então, fomos, o Humberto Trezzi e eu como repórteres, o Tadeu Vilani e a Adrini Franciosi como fotógrafos e dois motoristas. Qual era nossa função básica lá? Duas funções: reforçar a equipe local, que a RBS tem em Blumenau e em SC como um todo, e produzir matérias para a Zero Hora. Matérias que fossem especiais ou que tivessem maior interesse para os nossos leitores, e aí nós ficamos uma semana lá produzindo essas matérias. Qual era a nossa preocupação, a minha e do Trezzi? Era contar história de pessoas que sobreviveram. (ETCHICHURY, 2012).

Etchichury define que a tarefa do enviado especial é basicamente contar histórias de pessoas e reconstruir o cenário. O repórter fez um curso recentemente, cerca de duas ou três semanas, sobre jornalismo em área de conflitos, ministrado pelo exército brasileiro para jornalistas de todo o país. O curso prepara para cobrir áreas de conflito urbano, como subir favelas acompanhando operações militares ou guerras. Porém, para ele, em casos como de desastres, é impossível não se envolver e não há como voltar a mesma pessoa de um evento como esse. Ele observa que talvez para alguns colegas de profissão a situação seja diferente, mas que para ele os acontecimentos ficam passando na cabeça durante uma semana ou um

mês.

Trezzi também já fez alguns cursos, porém argumenta que o principal preparo que um jornalista deve ter é o psicológico. Para ele, pessoas delicadas, que sofrem como as pessoas que estão do desastre, ou seja, que se envolvem com elas, não “se dão bem” nesse tipo de cobertura. Ele enxerga que é preciso ser mais frio e que se o repórter se envolver com a pessoa ele não vai conseguir trabalhar. O repórter define que o jornalista deve criar uma “capa de defesa”.

Quando tiver uma área de catástrofe, se ele se sentir como aquela vítima, ele não vai trabalhar. Ele não pode sentir a fome, o frio. Ele tem que desenvolver uma proteção. Ele pode sofrer, mas não no mesmo grau de intensidade emocional. Se ele sofrer no mesmo grau, ele vai ficar paralisado, vai ficar com medo [...]. Teve um terremoto gigantesco, que todo o prédio tremeu e que as coisas começaram a cair, agora se eu fico paralisado, o que acontece? Eu não trabalho mais. Eu tive que ficar correndo atrás de internet, para mandar isso pra rádio, tudo isso no meio, enquanto estavam caindo as coisas. (TREZZI, 2012).

Para ele, deveria haver um foco maior da mídia dos desastres que envolvem a natureza. No caso de Blumenau, por exemplo, ele cita que há anos as empresas de construção civil sabem os limites, mas que as pessoas continuam construindo nos morros suscetíveis aos deslizamentos. O repórter acha que isso poderia gerar reportagens especiais. Porém, diz que não tem disponibilidade para fazer isso, pois cobre vários assuntos na semana e as coberturas de catástrofes aconteceram mais na sua trajetória profissional por estar acostumado a fazer viagens para cobrir outros acontecimentos. Porém, diz não ter muita interação com as organizações que trabalham com essa área, somente um pouco com os bombeiros, com quem já fez cursos.

Trezzi conta que nos desastres procura chegar a lugares sem acesso, nas pessoas ilhadas, fazer a descrição de quem estava tentando sobreviver à catástrofe, de quem sobreviveu, etc. Além disso, coloca que, muitas vezes, é difícil conseguir acesso e contato com a redação. Quanto às pessoas, ele diz que elas costumam chamar os jornalistas para mostrar sua situação de risco, pois querem chamar a atenção. Trezzi relembra o lado social do trabalho jornalístico quando diz que o jornalismo não é a salvação, mas é o meio de contato “a porta para quem está lá em cima com o guarda chuva”. (TREZZI, 2012).

Mais uma vez, o momento de crise de uma catástrofe se torna motivo de atrito entre jornalistas e especialistas. Porém, das ideias de ambos os lados podemos trazer algumas contribuições interessantes para pensar o jornalismo em momento de crise. A principal delas seria os jornalistas respeitarem os limites e os espaços que são destinados para eles, assim



como saber esperar pela informação, principalmente para não causar mais pânico.

Outro ponto interessante é que mesmo que os jornalistas trabalhem na Editoria de geral, onde costumam cobrir assuntos de áreas diferentes, podem buscar cursos para se especializar em como trabalhar nesse tipo de situação. Embora, não generalizem o trabalho jornalístico por causa da má atuação de alguns jornalistas, os especialistas relatam diferentes casos em que os jornalistas agiram de forma equivocada ou mesmo imprudente. Uma preparação especial poderia ao menos tentar minimizar esse aspecto, tendo em vista que por estar ligada também com situações emocionais, uma cobertura de desastre jamais será uma situação fácil de lidar para um jornalista, como relatam os repórteres do Zero Hora.

Além disso, é importante lembrar o que os especialistas declaram sobre o jogo aberto que deve existir entre quem está no comando de operações e os jornalistas; para haver uma harmonia, deve haver também sinceridade de ambas as partes. Tanto para não serem passadas informações errôneas, quanto para o jornalista saber o quanto vai ter que esperar por uma informação, o importante disso é estabelecer uma relação mútua de confiança, confiança na pessoa e no trabalho realizado.

Da fala dos jornalistas é interessante analisar como é colocado por um jornalista que ele acha interessante que sejam feitas matérias de prevenção, mas que ele não poderia fazer isso porque lida com diversos assuntos ao longo da semana. Mais uma vez a lógica jornalística impede uma cobertura considerada adequada pelos jornalistas.

Por último, é interessante observar que muitas vezes a atuação dos jornalistas passa por limites muito tênues, em que o jornalista deve ter bom senso para decidir o que é adequado fazer ou não fazer. Conforme nos lembra Pont (2007), o humanitarismo em uma situação de risco é essencial.

#### 4.6.3 Após o desastre: a fiscalização jornalística

O último fator apontado pelos especialistas como importante na atuação jornalística, diz respeito ao depois do desastre, ou seja, à fiscalização jornalística da atuação política nessa área. Essa fiscalização aparece de diferentes maneiras, tanto para recuperar os prejuízos e perdas causados por um desastre, quanto em ações e obras para evitar futuros desastres.

Os representantes dos Bombeiros e da Defesa Civil concordam com isso. De acordo com o Major Romeu Neto, dos Bombeiros, a mídia precisa fazer com que a sociedade cobre

das autoridades. Além disso, precisa ocupar um papel fiscalizatório, para que os recursos que são destinados sejam realmente empregados. O representante da Defesa Civil, Adilomar Silva, vai além e diz que a mídia costuma atender a população em um momento de desastre, por exemplo, quando acontece a estiagem e a população “grita por água”, porém no momento pós-crise, em que precisariam ser feitas obras de prevenção, o assunto é esquecido:

No momento pós-crise, em que deveriam ser construídos açudes e ser feitas obras de prevenção, há um esquecimento. É esse momento que é o mais importante, no sentido de nós termos a percepção bem clara de que comunidades que foram atingidas. Citando o exemplo da seca, que nós levamos água, seria de bom alvitre, seria inteligente da parte de todos, que se a seca se repetir, se a estiagem se repetir, em um padrão linear de acordo com os já se repetiram outros anos, que não se precise levar água lá, porque ao longo de um ano, ou dois, se fez uma obra preventiva lá [...]. Assim como, locais onde tiveram deslizamento de massa, de encostas, onde tiveram pessoas que vieram a perder suas vidas, passados dois ou três anos, as demais, as que continuavam ali, deveriam ter sido removidas, para áreas não de risco, deveria ter tido um investimento para que as encostas fossem estabilizadas com as várias obras de engenharia que são possível hoje e que onde não fosse possível minimizar o risco, que se removesse aquelas pessoas dali. (SILVA, 2012).

Adilomar Silva lembra ainda outros questionamentos que a mídia pode fazer: onde vão ser feitos investimentos? As pessoas serão retiradas dos locais de risco? Haverá casas para as remoções? Assim, a mídia ocuparia um papel mais incisivo para cobrar das autoridades.

Para Tânia Sausen, a recuperação do desastre no Brasil não é feita de maneira satisfatória. Ela cita casos como da região serrana do Rio de Janeiro, onde mesmo após um ano e meio do desastre ainda há pessoas que não têm casas e estão voltando para os locais onde moravam. Ela também cita Alagoas, onde as pessoas ficaram oito meses sem casa. Em Santa Catarina, observa Tânia, muitas pessoas ainda moram no mesmo local das enchentes de 2008. Sausen lembra ainda que o prefeito de Nova Friburgo, na região serrana do Rio de Janeiro, foi acusado de roubar sete milhões de reais que deveriam ir para a recuperação de obras.

O representante da Defesa Civil, Adilomar Silva, que já trabalhou em diferentes desastres relembra que em alguns lugares há realmente pessoas que aproveitam esses momentos para garantir alguma vantagem pessoal. Ele cita como exemplo os políticos que enxergam nesses momentos oportunidade de buscar dinheiro ou contratar conhecidos e faturar em obras. Romeu Neto, dos Bombeiros, diz também que, em um momento de crise, já teve que lidar com essa situação, como em um caso em que cestas básicas estavam sendo desviadas. A mídia se mostra assim muito importante no acompanhamento desses casos:

Como nós vimos no Rio de Janeiro, foram compradas não sei quantas mil garrafas de refrigerante e as ações de retirada de encostas de remoção de áreas de risco efetivamente não foram implementadas. Hoje, quer seja uma simples questão de entrega de cesta básica, entrega de cheques, como se teve no Norte do Brasil, elas são divulgadas, quantos cheques foram entregues, quais foram os critérios utilizados. Isso evita que sejam desviados milhões, talvez ocorram alguns erros, mas nós temos que caminhar para que cada vez esses erros sejam menores e a imprensa é imprescindível nesse acompanhamento. (SILVA, 2012).

Andressa Silva, representante da Cruz Vermelha, entende que se fosse divulgado que ainda hoje existem pessoas desabrigadas devido a desastres, de alguma forma a população saberia que a situação não acabou ali, que ainda há informações e que a mídia ainda tem coisas a passar sobre o assunto.

Os jornalistas concordam com a opinião dos especialistas, embora avaliem que ainda não fazem isso com frequência. Segundo o jornalista Carlos Etchichury, a cobrança tem sido feita em alguns casos, mas não ainda de uma maneira sistêmica. Ele considera esta uma falha não só do Zero Hora, mas dos jornais como um todo. Apesar disso, ele considera que voltar a um assunto desses renderia como, por exemplo, para ver o que foi feito, como foi feito, porque foi feito e o que vai ser feito para evitar o próximo.

Mas se os jornalistas consideram o tema importante, porque ainda não fazem isso com frequência? O jornalista aponta alguns motivos:

Muito em função da pauta, a gente tem dificuldade para voltar em assuntos antigos, ficar acompanhando os assuntos, acho que isso é um problema, acho que em função do trabalho, do acúmulo do trabalho. Acho que esses dois elementos eu destacaria. (ETCHICHURY, 2012).

Além disso, ele diz que é importante ser feita nas matérias uma análise de quanto o Estado ou a União haviam ou não investido nas áreas atingidas, se as famílias estavam em áreas de risco e o que foi feito para retirá-las destas áreas, há quanto tempo estavam em áreas de risco, se o Estado deu dinheiro para as famílias saírem e elas eventualmente não saíram, etc. Para Etchichury, toda a comunicação do governo deveria ser mais transparente, contendo, por exemplo, o nome das pessoas que receberam verbas ou algo do governo. Porém, atualmente isso ainda é muito amador e precário no Brasil.

O jornalista cita um caso em que junto a um aluno da UNISINOS buscou investigar quem tinha recebido a autorização por parte do governo para ter acesso ao fundo de garantia e não teve, após a enchente no Vale do Caí<sup>21</sup>. Mas essa informação não foi liberada pelo banco

---

<sup>21</sup> O Vale do Caí fica na região leste do estado do Rio Grande do Sul e é composto por 20 municípios.

federal responsável. Etchichury (2012) argumenta que esse tipo de informação tem que ser pública, afinal, em tese, essas pessoas foram prejudicadas.

O jornalista e ex-editor geral, Diego Araújo, acredita que há um espaço muito grande ainda para ser percorrido pela imprensa. Porém, eles já começaram a voltar aos locais para ver como as situações estavam após os desastres. Esse é o caso das reportagens feitas na cidade de Canela, Rio Grande do Sul, em que o jornal procurou mostrar onde o dinheiro havia sido aplicado.

A responsabilidade social do jornalista é vista como importante tanto para especialistas como para jornalistas, ambos acreditam que o jornalista deve ter um papel de fiscalização na sociedade. Além disso, ele deve alertar a população para que também esteja atenta e cobre das autoridades que o seu dinheiro seja investido e utilizado de maneira correta. Isso nos lembra das ideias do jornalismo público, ou seja, um jornalismo que tem como objetivo estar orientado para as necessidades e os problemas da população.

Assim, o jornalismo estaria cumprindo o seu papel de fazer com que a notícia seja uma ferramenta de mudança e desenvolvimento social. Talvez, esse tipo de jornalismo seja a chave para resolver os problemas da Comunicação de risco. Um jornalismo em que os jornalistas são agentes vocacionados para um papel, que seria não o de ganhar em cima do sofrimento humano, mas sim incentivar o avanço social. (SILVA, 2003). O jornalismo seria um serviço público, dentro das preocupações da Comunicação de risco. E, como nos lembra Elías (2008), um dos pilares para o progresso da sociedade é a comunicação do conhecimento dos especialistas.

Vemos pelo depoimento dos jornalistas que eles já estão tentando aplicar isso em suas rotinas produtivas, mas como foi colocado, muitas vezes eles não conseguem acompanhar as notícias. Um problema na lógica jornalística que já havíamos abordado no item sobre valores-notícias, a lógica da notícia imediata e desfragmentada é mais uma vez motivo de divergência entre jornalistas e especialistas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da revisão bibliográfica e da pesquisa de campo feita nesse trabalho, podemos chegar a diversas conclusões. Em primeiro lugar, percebemos, por meio da revisão bibliográfica, que a Comunicação de risco e desastre ainda apresenta uma reflexão incipiente no país, que precisa e deve avançar. Em segundo lugar, percebemos que a comunicação, assim como outros setores, precisa estabelecer protocolos para trabalhar nas situações de desastre e que o jornalismo assume importante papel dentro desse cenário.

A Comunicação de risco pressupõe uma rede de instituições com funções previamente definidas e uma delas é a mídia. Cabe, portanto, também às instituições jornalísticas participar dessas redes e abrir mão, eventualmente, de sua lógica heterônoma em prol da construção de uma cobertura qualificada e prestadora de serviço.

Poupart (2008) nos lembra que interrogar atores sociais é uma forma de conhecer a realidade social. Foi isso que tentamos fazer por meio das entrevistas com especialistas e jornalistas, ou seja, entender como funciona a cobertura jornalística de desastres no contexto brasileiro e como se relacionam especialistas e jornalistas. Por meio das entrevistas, conseguimos apontar uma série de divergência de opiniões entre os campos.

Em primeiro lugar, os jornalistas e especialistas entram em conflito sobre os valores-notícias. Os especialistas acreditam que os jornalistas produzem conteúdos apelativos, que vendam mais. Por exemplo, quando privilegiam a morte e as desgraças à prevenção. As matérias também utilizariam mais fontes testemunhais, em detrimento do conhecimento especializado. Os jornalistas, por sua vez, acreditam que apenas relatam a realidade. Porém, admitem que às vezes há um limite tênue entre a notícia ficar ou não ficar sensacionalista, o bom senso do jornalista seria essencial para estabelecer esse limite. Ainda, de acordo com os especialistas, o jornalismo ainda teria o poder de potencializar os acontecimentos para o bem ou para o mal, tornando uma situação de desastre mais tranquila ou ainda mais caótica. Notamos, pelas entrevistas, que o campo dos especialistas busca um trabalho a longo prazo, enquanto o campo jornalístico segue uma lógica imediatista.

A principal causa de desavença entre jornalistas e especialistas, na categoria apuração, são os erros e equívocos cometidos por jornalistas. Esses erros acontecem por falta de pesquisa, checagem e de tempo dos jornalistas dentro das rotinas produtivas. Os jornalistas, em primeiro lugar, não teriam conhecimentos suficientes sobre o campo dos desastres. Em

segundo lugar, a pressa de divulgar informações rapidamente, dentro de um desastre, faria com que os jornalistas dessem informações sem confirmá-las. O ideal para resolver o problema seria que os jornalistas se especializassem ou procurassem cursos e mais informações na área, para tratar o assunto de maneira correta.

Em terceiro lugar, percebemos que nas relações entre jornalistas e especialistas há um conflito em torno do capital simbólico. Ou seja, o conjunto de reações sociais de um indivíduo ou grupo. (BOURDIEU, 1997). O capital simbólico, de acordo com Bourdieu (1997) está acima dos demais, ele é uma propriedade valorizante que permite o reconhecimento. Nessa categoria, percebemos que o ideal seria que jornalistas e especialistas trabalhassem de forma unida e que um diálogo franco pudesse fazer com que a relação fosse mais harmoniosa. Os especialistas acreditam que ter um assessor de imprensa em um momento de desastre poderia facilitar a relação entre os campos, já os jornalistas acreditam que um assessor poderia minimizar os acontecimentos. Enquanto os especialistas reclamam que muitas vezes os jornalistas não sabem esperar pela informação, os jornalistas argumentam que alguns especialistas são “arrogantes”. Apesar dos atritos, especialistas consideram que os jornalistas são essenciais para tornar a informação acessível à população.

Após ouvir os jornalistas e especialistas e identificar os antagonismos entre os campos, delimitamos propostas para um jornalismo considerado ideal pelos especialistas em casos de desastres.

A primeira delas diz respeito à necessidade de o jornalismo focar na prevenção e não apenas na cobertura do desastre em si. Para os especialistas, a sociedade não cobra dos governantes atitudes relativas a esse assunto, pois muitas vezes ela não tem a percepção dos riscos aos quais está exposta, papel que poderia ser feito pelos jornalistas. A prevenção poderia também ajudar as pessoas a saberem como agir em situações extremas e reduzir os danos causados por desastres.

A segunda delas diz respeito ao momento de crise. Nesse momento, os jornalistas não podem atrapalhar os profissionais que estão cumprindo o seu trabalho. É preciso que os jornalistas saibam respeitar os profissionais e os limites delimitados para o seu trabalho. Na pressa de passar a informação, o jornalista deve tomar cuidado para não divulgar informações erradas, tendo em vista que esse é um momento complicado e alguma informação errada pode causar ainda mais pânico. Por outro lado, os especialistas precisam ser claros e francos ao lidar com os jornalistas, para explicar o que está acontecendo da melhor maneira possível e quando os jornalistas terão acesso às informações necessárias de serem divulgadas. O ideal também é que se tenha uma pessoa nomeada para cumprir esse papel dentro das instituições.

Nesse ponto, especialistas e jornalistas discordam, enquanto os segundos acreditam ser benéfico ter um assessor de imprensa, os jornalistas acreditam que um assessor poderia tentar “minimizar” o acontecimento. Como uma situação de risco é sempre uma situação delicada, muitas vezes os limites do que o jornalista pode ou não fazer são tênues; assim, tanto especialistas quanto jornalistas acreditam que o jornalista tem que ter um bom preparo psicológico e bom senso.

A terceira ideia está ligada ao fato de que a mídia poderia cobrar os políticos, tornando os desastres naturais um foco de atenção e assim cobrando soluções para os mesmos. A mídia poderia dar mais atenção para a questão das verbas destinadas tanto à prevenção quanto à recuperação de desastres naturais e a todos aqueles que foram atingidos por algum e, até hoje, não tiveram soluções para os estragos causados pelo mesmo.

Por fim, notamos que ainda há muito o que se avançar no diálogo entre o campo jornalístico e as fontes especializadas. Um conflito que talvez só possa ser resolvido com muito diálogo e trocas, tendo em vista que ambos são essenciais dentro do processo de uma Comunicação de risco efetiva e de qualidade. Entendemos que é somente através desse intercâmbio e diálogo que podemos trazer uma nova percepção sobre o risco para a sociedade, tendo em vista que essa é uma percepção, como já vimos, simbólica. O jornalista não pode ser apenas um testemunho dos fatos, mas tem que ter um trabalho intelectual para analisá-lo e compreender a sua função e seu papel dentro da rede de desastres.

Percebemos que a mídia hoje exerce um papel de liderança na sociedade. A mídia pode fazer com que os diversos campos, que interagem durante um desastre, trabalhem mais unidos. Assim, pode também promover uma troca de conhecimentos.

Os desastres, como vimos, são hoje desafios que se impõem à rotina jornalística. Os jornalistas narram e constroem publicamente esses desastres; sem os meios de comunicação, a percepção sobre os riscos, muitas vezes, não existe para a população em geral. Embora o jornalismo siga também lógicas como a de ordem econômica, entendemos que ele tem um papel social com a população. Por isso, acreditamos que o jornalismo público é um conceito importante para se pensar o jornalismo na Comunicação de risco, ou seja, por meio de uma comunicação orientada para as demandas da população.

Como nos lembra Rothberg (2011), quando o jornalismo está vitimado por uma tendência ao entretenimento e aos apelos ao espetáculo e sensacionalismo, ele não está sendo público e sim atendendo aos imperativos comerciais. Assim, não estaria atendendo ao interesse coletivo. Porém, não podemos cair na concepção simplista de que a busca de um retorno financeiro e o jornalismo público sejam necessariamente antagônicos, pelo contrário,

o jornalismo público poderia conectar o público aos veículos de comunicação.

Mas o que é o interesse público? De acordo com Rothberg (2011), é o interesse no desenvolvimento de uma sociedade com um todo, por meio da distribuição generalizada de bem-estar. Acreditamos que a Comunicação de risco é de interesse público, pois está entrelaçada com diversos aspectos do dia-a-dia das pessoas, o que se potencializa em momentos de crise.

Como vimos no primeiro capítulo, hoje vivemos em uma sociedade classificada, por autores como Beck (2010), como sociedade de risco. Desde que a Revolução Industrial se expandiu pelo mundo no século XIX, novos cenários e desafios se instalaram no planeta. Uma das grandes discussões da atualidade é a questão ambiental. Os rumos nessa área só foram realmente traçados quando conferências e pesquisas começaram a ser feitas sobre o tema. A partir de então, é reconhecida globalmente a interdependência do homem e da natureza. As decisões são tomadas para que a produção e o consumo não diminuam, o que poderia prejudicar a economia de países como o Brasil, ao mesmo tempo em que fica cada vez mais evidente que esse consumo desenfreado está contribuindo com a intensidade das catástrofes e dos desastres naturais<sup>22</sup>, principalmente, pelo aumento mundial das emissões de carbono, originado da maior produção de alimentos, produtos, circulação de carros, etc. Embora esse consumo seja efetuado por uma minoria da população com maior poder aquisitivo, os problemas decorrentes deles são globais.

No Brasil, na segunda metade do século XX, mais de 50% da população passou a residir nas cidades<sup>23</sup>. Essa urbanização não planejada causa sérios problemas sociais e ambientais. O relatório do Programa Habitat, órgão ligado à ONU, aponta que 52,3 milhões de brasileiros – 28% da população – atualmente vivem em favelas.

Essas áreas isoladas das grandes cidades, devido aos fenômenos naturais, muitas vezes são áreas de risco, sujeitas a deslizamentos. Todos os anos, durante o período de fortes chuvas no país, as notícias são sempre as mesmas: deslizamentos e enchentes. Na maioria das vezes, o resultado são casas destruídas e pessoas desabrigadas. Além disso, muitas dessas áreas, antes de serem ocupadas ilegalmente, eram áreas de preservação ambiental. Diante desse cenário, entendemos que a Comunicação de risco está intrinsecamente ligada ao

---

<sup>22</sup> Relatório recente da ONU divulgou que o clima será cada vez mais extremo. Um aumento nas ondas de calor, chuvas mais intensas, enchentes e ciclones mais fortes, além de deslizamentos de terra e secas mais severas, devem ocorrer neste século no mundo todo conforme matéria da Folha de São Paulo sobre o relatório. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1008553-relatorio-do-ipcc-da-onu-indica-que-clima-sera-mais-extremo.shtml>>.

<sup>23</sup> Dados retirados do texto Urbanização no Brasil – Consequências e características das cidades de Ângelo Tiago Miranda. Disponível em:



desenvolvimento da sociedade como um todo e com a distribuição de bem-estar, sendo, portanto, um assunto de interesse público.

O campo da Comunicação de risco de desastres ainda apresenta uma pesquisa incipiente no país, esperamos que o nosso trabalho possa servir como um começo para que essa pesquisa avance, tendo em vista que esse é um tema rico e de suma importância para um país que tem vivenciado diversos acontecimentos catastróficos nos últimos anos, com consequências graves para a população.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHMANN, Gotthard. Riesgo y sociedad post-moderna. In: LÚHAN, José Luiz; ECHEVERRÍA, Javier (Ed.). *Gobernar los riesgos*. Ciencia y valores em la sociedad del riesgo. Madri: Editora Biblioteca Nueva, 2009.

BECK, Ulrich. *Sociedade de Risco: rumo à outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica do julgamento Social*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

\_\_\_\_\_. *Bourdieu and the journalistic Field*. Edited by Rodney Benson and Erik Neveu. UK: Polity Press, 2005.

\_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: BCD União de Editoras S.A., 2000.

\_\_\_\_\_. *Os usos sociais da ciência*. Texto revistado pelo autor com a colaboração de Patrick Champagne e Etienne Landais. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_. *Razões práticas*. Sobre a teoria da ação. 4ª ed. São Paulo: Papirus, 2003.

\_\_\_\_\_. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRAGA, José Luiz. A prática da pesquisa em comunicação: Abordagem metodológica como tomada de decisões. *Revista Nacional dos Programas em Pós-Graduação em Comunicação E-compós*, Brasília, v.14, n.1, jan/abril 2011.

BRUSEKE, Franz Josef. Risco e Contingência. *Societec e-printes*, Florianópolis, v.1, n.2, p. 35-48, Jul-Dez 2005.

BUENO, Wilson. *O jornalismo científico e democratização do conhecimento*. 2012. Disponível em: <[http://www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo\\_cientifico/artigo27.php](http://www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo_cientifico/artigo27.php)>.

CAR, Steve; IBARRA, Andoni. Las construcciones del riesgo. In: LÚHAN, José Luiz; ECHEVERRÍA, Javier (Ed.). *Gobernar los riesgos*. Ciencia y valores em la sociedad del riesgo. Madri: Editora Biblioteca Nueva, 2009.

CARVALHO, Ana bela. *As alterações climáticas, os media e os cidadãos*. Coimbra: Grácio Editor, 2011.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

COMA, Jordi Farré. Comunicacion de Riesgo y Espirales del Miedo. Universidad de Guadalajara, México. *Comunicación y Sociedad*, n.3. pp. 95-119, enero-junio 2005.

CORTIÑAS Sergi; PONT, Carles. Actores periodísticos y políticos em momentos de crisis: un estudio de caso. *Comunicar - Revista Científica de Comunicação e Educação*, n.27, p.129-35, 2006.

DUARTE, Jorge (org.). Entrevista em profundidade. In: *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

\_\_\_\_\_. *Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*. São Paulo: Atlas, 2007.

ELÍAS, Carlos. *Fundamentos de periodismo científico y divulgación mediática*. Madri: Alianza Editorial, 2008.

GARCIA, Sâmia C.; BARICHELO, Eugênia M.R. Mídia impressa: a percepção de jornalistas e pesquisadores sobre a divulgação da ciência. In: SILVEIRA, Ada Cristina Machado da (org.). *Divulgação Científica e Tecnologias de Informação e Comunicação*. Santa Maria: UFSM, Facos, 2003.

GENRO FILHO, Adelmo. *O Segredo da Pirâmide*. Por uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê! Editora Ltda, 1987.

GIULIO, Gabriela M. *Divulgação científica e Comunicação de risco – Um olhar sobre Adrianópolis, Vale do Ribeira*. 2007. Dissertação (Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, 2007.

GRZESIUK, Mariana Dourado. O jornalismo cidadão na internet. In: *XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste*, Goiânia-GO, 27 a 29 de maio de 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2010/resumos/R21-0316-1.pdf>>.

HALL, Stuart. et al. A produção social de notícias: O mugging nos medias. In: *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega Editora, 1999.

KUSCINSKI, Bernardo. Apresentação. In: DUARTE, Jorge. *Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*. São Paulo: Atlas, 2007.

LAGE, Nilson. *Relacionamento do repórter com as fontes: procedimentos e teoria*. 2004. Disponível em: <<http://www.crisluc.arq.br/Relacionamento%20do%20rep%F3rter%20com%20as%20fontes.pdf>>.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 1994

LOZANO ASCÊNCIO, Carlos. *La expression/representación de catástrofes a través de su divulgación científica em los medios de comunicacion social*. 1995. Tese (Doutorado na Facultad de Ciencias de la Informacion) – Universidad Complutense de Madri, 1995.

LÚHAN, José Luiz; ECHEVERRÍA, Javier (Ed.). *Gobernar los riesgos*. Ciencia y valores em la sociedad del riesgo. Madri: Editora Biblioteca Nueva, 2009.

MACHADO, Elias. Dos estudos sobre jornalismo às teorias do jornalismo. *Revista Eletrônica e-compós*, ed. 1, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/e-compos>>.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Ser Jornalista: A Língua como Barbárie e a notícia como mercadoria*. São Paulo: Paulus, 2007.

MARTINI JUNIOR, Luis Carlos. *Comunicação de risco Tecnológicos Ambientais*. 1995. Tese (Mestrado do programa de Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.

MATOS, Heloiza. *Comunicação pública, esfera pública e capital social*. In: DUARTE, Jorge. *Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*. São Paulo: Atlas, 2007.

MEDINA, Cremilda. *Notícia: Um produto à venda*. São Paulo: Summus, 2005.

MIRANDA, Luciano. *Pierre Bourdieu e o Campo da Comunicação*. Por uma teoria da comunicação praxiológica. Porto Alegre: EdPUCRS, 2005.

MORETZOHN, Silvia. O mito libertário do “jornalismo cidadão”. *Comunicação e Sociedade*, v. 9-10, p. 63-81, 2006.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Pesquisa em jornalismo no Brasil: o confronto entre os paradigmas midiocêntrico e sociocêntrico. In: *Congresso da IAMCR*. Porto Alegre, 2004.

MURDOCK, G; PETTS, J; HORLICK-JONES, T. *Social amplification of risk: The media and the public – Contract Research Report*. Sudbury: Health & Safety Executive, 2001.

PALMER, V.M. *Fields studies in Sociology: A Student's Manual*. Chicago: University of Chicago Press, 1928.

PERKINS, Jay; IZARD, Ralph. *Covering disasters*. Lessons from Media Coverage of Katrina and Rita. New Brunswick: Transaction Publishers, 2010.

PINTO, Louis. *Pierre Bourdieu e a Teoria do Mundo Social*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

PONT, Carles. Analysis of information sources and respect for professional ethics in crisis situations: the media treatment of Barcelona's Carmel case. *Quaderns del CAC*, n.31-32, p.127-33, July 2008 - June 2009.

\_\_\_\_\_. *La comunicació d'emergències*. Barcelona: Editorial UOC, 2009.

POSNER. Richard A. *Catastrophe: Risk and Response*. USA: Oxford University Press, 2004.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean. et al. *A pesquisa qualitativa*. Enfoques epistemológicos e metodológicos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

RODRIGUES, Adriano Duarte. *Experiência, modernidade e campo dos media*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1999.

ROTHBERG, Danilo. *Jornalismo Público*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

RUBIN, Anaquéli. *Da previsão do tempo às catástrofes naturais: os valores-notícia dos acontecimentos climáticos no jornal Zero Hora*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria. 2012.

SANDMAN, Peter M. et al. *Environmental Risk and the Press. An Exploratory Assessment*. USA: Transaction, INC, 1987.

SANTOS, Rogério. *A negociação entre jornalistas e fontes*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1997.

SCHMITZ, Aldo A. *Fontes de notícias: Ações e estratégias de fontes no jornalismo*. Florianópolis: Editora Combook, 2011.

SCHNABEL, Ulrich. God's formula and Devil's contribution: science in the press. *Public Understanding of Science*, v.12, n.3, p. 255-59, 2003.

SERRA, Paulo. Os riscos da comunicação na comunicação dos riscos. In: *Colóquio Sociedade, Comunicação e Risco*. Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores. Ponta da Delgada, 2 de dezembro de 2006.

SILVA, Gislene. Mídia impressa e o universo das ciências. In: SILVEIRA, Ada Cristina Machado da (org.). *Divulgação científica e tecnologias de informação e comunicação*. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2003.

SILVA, Luiz Martins da. *Jornalismo Público: O Social como valor de notícia*. In: FRANÇA, Vera. et al. (orgs.). *Livro do XI Compós 2002: estudos de comunicação ensaios de complexidade 2*. Porto Alegre: Sulina, 2003.

SMITH, Keith. *Environmental Hazards: Assessing Risk and Reducing Disaster*. New York: Routledge, 2009.

SORRIBES, Carles P. *Conflictivitat comunicativa em episodis d'emergència. Aproximació a la cobertura informativa i a la gestió institucional de l'esfondrament d'un túnel del metro al barri del Carmel de Barcelona*. Societat Catalana de Comunicació, *Treballs de Comunicació* n.2, p.75-86, dez. 2008.

\_\_\_\_\_ ; CODINA, Lluís; JIMENEZ, Rafael P. Comunicación de riesgo y sistemas de información en la Web: cinco modelos. *El profesional de la información*, v.18, n.4, p. 389-97, julio-agosto 2009.

\_\_\_\_\_ ; ROVIRA, Sergi Cortiñas. *Proposal for good journalistic practice in risk situations: significant examples from Spain*. Universitat Pompeu Fabra. Barcelona. Catalonia. Spain. Esse trabalho faz parte de uma pesquisa financiada pelo ministério da ciência e da inovação de 2007.

SPONHOLZ, Liriam. Neutralizando conhecimento: como jornalistas lidam com *experts*. *Sociedade e Estado*, v.23, n.3, p. 591-619, 2008.

STEELE, Janet E. Experts and the operational bias of television news: the case of the persian gulf war. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, v.72, n.4, p.799-812, December 1995.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo*. Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.

TUCHMAN, Gaye. A Objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividades dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. (org). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Comunicação e Linguagens, 1999.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação de massa*. Lisboa: Presença, 1999.

#### **Outras fontes consultadas na Internet:**

EM-DAT, The International Disaster Database – Site. Disponível em: <<http://www.emdat.be>>.

Grupo RBS – Site. Disponível em: <<http://gruporbs.clicrbs.com.br/blog/2011/09/23/zero-hora-bate-recorde-com-circulacao-de-mais-de-190-mil-exemplares-em-agosto/>>.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Site. Disponível em: <<http://www.inpe.br>>.

Jus Navigandi – Site. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/19378/conflitos-socioambientais>>.

## APÊNDICE A

### **Roteiro Básico da Entrevista com as fontes especialistas**

- 1 - Como você avalia a cobertura da mídia de desastres naturais e mudanças climáticas?
- 2 - Como você avalia a cobertura da mídia sobre uma possível prevenção de desastres naturais?
- 3 - Você acha que é um desafio para a mídia fazer uma boa cobertura sobre desastres naturais? Por quê?
- 4 - Você avalia que as informações sobre riscos ambientais são difíceis de ser obtidas e difíceis de ser entendidas, para um jornalista com “deadline”?
- 5 - Como você avalia a relação entre especialistas e jornalistas na sua área?
- 6 - Você tem dificuldade para explicar assuntos para os jornalistas?
- 7 - Você acredita que deveria haver jornalistas especialistas em determinados assuntos dentro da imprensa?
- 8 - Você acha que a atuação da mídia atualmente tem ajudado ou tem sido benéfica para a prevenção de desastres ou para o entendimento do público sobre os mesmos?
- 9 - As matérias da mídia sobre o assunto trazem a percepção de risco para as pessoas? Ou podem trazer alguma mudança de hábito para evitar futuros riscos?
- 10 - Que tipo de informação sobre risco você considera importante ser publicada?
- 11 - Você considera que a mídia deveria ouvir mais especialistas sobre o tema?
- 12 - Você acha que a mídia também tem o dever de fazer matérias preventivas sobre o tema?  
(pergunta muito tendenciosa, tirar)
- 13 - Você considera que a cobertura da mídia é “sensacionalista” ou expõe (a cobertura é singular, então é expõe) demais as vítimas de tragédias?
- 14 - Você acha que a mídia costuma apontar culpados (como políticos, por exemplo) para os desastres naturais ou mesmo emitir julgamentos sobre os mesmos?



- 15 - Você compreende que os jornalistas poderiam explorar os desastres naturais de outras maneiras? Explorando outros aspectos, viés, etc. Quais?
- 16 - Você analisa que quando os jornalistas falam sobre mudanças climáticas ou perigos ambientais eles conseguem ser claros para a população em geral?
- 17 - Você acha que é mais fácil para jornais de maior porte ou de grandes metrópoles cobrir esse tema ou não?
- 18 - Você acha que os jornais de cidades pequenas, que muitas vezes não têm contato com especialistas, podem cobrir esse tema de maneira satisfatória?
- 19 - Em sua opinião, os jornalistas estão preparados para cobrir a questão dos desastres naturais ou das mudanças no clima e suas possíveis consequências?
- 20 - Você costuma ver muitos erros na sua área nas reportagens jornalísticas em relação a assuntos, temas ou temas científicos? Como você age nesses casos?
- 21 - Você acha que os jornais conseguem fazer relações entre a degradação ambiental e os desastres naturais? Ou também, sobre como as pessoas podem ter influência neles?
- 22 - Você acha que a mídia deveria discutir mais a questão do risco?
- 23 - Você considera a cobertura sobre meio ambiente em geral satisfatória?
- 24 - Vocês costumam enviar algum tipo de material para a imprensa ou ter algum tipo de contato com ela? Em caso positivo, esse material costuma ser publicado?
- 25 - Você avalia que a mídia utiliza fontes adequadas em suas matérias?
- 26 - O que você acha que poderia ser mudado/melhorado na cobertura jornalística de desastres naturais?

## APÊNDICE B

### Questionário para Jornalistas

- 1 - Como você avalia a cobertura da mídia de desastres naturais e mudanças climáticas?
- 2 - Como é trabalhar dentro de uma situação de risco?
- 3 - Quais você considera os maiores desafios da cobertura de um desastre natural?
- 4 - Como você procura agir para evitar o sensacionalismo?
- 5 - Como você acha que as situações, como os desastres naturais, alteram as rotinas produtivas de uma redação?
- 6 - Como você avalia a cobertura da mídia sobre uma possível prevenção de desastres naturais?
- 7 - Você acha que é um desafio para a mídia fazer uma boa cobertura sobre esse tema?
- 8 - Como é a sua relação com os especialistas? E como você avalia, de uma maneira geral, a relação entre especialistas e jornalistas?
- 9 - Quando você busca especialistas para as suas pautas?
- 10 - Você encontra alguma dificuldade ao interagir com os especialistas?
- 11 - Como você procura trabalhar com as nomenclaturas dos especialistas?
- 12 - Você acredita que deveria haver jornalistas especialistas em determinados assuntos dentro da imprensa?
- 13 - Você acha que a mídia atualmente tem ajudado ou sido benéfica para a prevenção de desastres naturais ou para o entendimento do público sobre os mesmos?
- 14 - Você acredita que matérias da mídia sobre o assunto trazem a percepção de risco para as pessoas? Ou podem trazer alguma mudança de hábito para evitar futuros riscos?
- 15 - Que tipo de informação sobre risco você considera importante ser publicada?
- 16 - Você acha que a mídia também tem o dever de fazer matérias preventivas sobre o tema?

- 17 - Você acha que a mídia também tem o dever de acompanhar o trabalho pós-desastre, por exemplo, conferindo se as verbas destinadas para essa área foram utilizadas corretamente?
- 18 - Você acha que os jornalistas poderiam explorar os desastres naturais de outras maneiras? Explorando outros aspectos, viés, etc.
- 19 - Você acha que é mais fácil para jornais de maior porte ou de grandes metrópoles cobrir esse tema ou não?